



Pacote

QUEM GANHOU ?



O certo é que não foi o agricultor. No balanço do último "pacote" do Governo fica claro que mais uma vez os maiores interessados não tiveram chance de dar a sua opinião.

— Página 17 —

**CUIDE DAS PRAGAS.
FAÇA O MANEJO**

— Página 6 —

**A RESPOSTA
DA COLZA**

— Última página —

**HOVE FRAUDE
NO TRIGO ?**

— Página 4 —

**ONDE ESTÁ
A TIMBAÚVA ?**

E o araticum, a cabriúva,
a guabiroba, o louro, o sete-capotes . . . ?

— Página 10 —



COOPERATIVA REGIONAL
TRITÍCOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, esquina
Porto Alegre - Caixa Postal 111
IJUI - RS
GERAL - PABX 332-1549

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA Nº 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva

Presidente:

Ruben Ilgenfritz da Silva

Vice-Presidente:

Arnaldo Oscar Drews

Superintendente:

Clóvis Adriano Farina

Diretores Contratados:

Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues Borges, Nelcy Rospide Nunes, Oswaldo Olmiro Meotti, Werner Ervin Wagner, Eduardo Augusto de Menezes, Valdir Zardin, Rui Polidoro Pinto, Luis Régis do Amaral, Bruno Eisele e Walter Suliman Duarte.

Conselheiros (Efetivos):

Bruno Eisele, Alberto Sabo, Erni Schünemann, Egon Eickhoff, Telmo Rovero Roos, Joaquim Stefanello.

Conselheiros (Suplentes):

Alfredo Driemeyer, Reinholdo Luiz Kommers, Ido Marx Weiller, João Telló, Arnaldo Hermann, José Carlos Vione.

Conselho Fiscal (Efetivos):

Dari Bandeira, Antoninho Boiarski Lopes, Alevino Righi.

Conselho Fiscal (Suplentes):

Leonides Dallabrida, Alvaro Darci Bernardi Contri, Eloy Milton Frantz.

Capacidade em Armazenagem:

IJUI (Sede)	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto	77.000 t
Tenente Portela	60.800 t
Vila Jóia	67.000 t
Esq. Umbú (Sto. Aug.)	50.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	48.000 t
Maracajú	84.000 t
Sidrolândia	12.000 t
Rio Brilhante	12.000 t
Dourados	60.000 t



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior. Nossa tiragem, 17.500 exemplares.

Associado da ABERJE



Associado da

AJOCOOP
Associação dos Jornalistas e Servidores de Cooperativas

Registrado no Cartório de Títulos e Documentos do município de Ijuí, sob n. 9. Certificado de marca de propriedade industrial M/C11 n. 022.775 de 13.11.1973 e figurativa M/C11 n. 022.776, de 13.11.1973.

REDAÇÃO

Christina Brentano de Moraes
Marlene François Motta

Composto no Jornal da Manhã, Ijuí, e impresso no Jornal do Comércio, Porto Alegre.

Ao leitor

Como planejar o futuro? Esta é uma pergunta que está na cabeça de milhões de brasileiros, impressionados com a instabilidade econômica que atravessa o País. Realmente é difícil saber como será a situação do amanhã, se dia a dia as regras do jogo estão mudando. Isto ficou flagrante depois do "pacote" de medidas econômicas anunciado pelo Governo no dia 7 de dezembro. Passou mais de um mês que este elenco de medidas chegou de forma incompreensível nos ouvidos de muitos brasileiros e até hoje pouca gente conseguiu entender de fato o que está acontecendo.

Reunimos 7 pessoas para falar sobre o assunto que se tornou a principal matéria da edição deste mês, iniciando na página 17 e prosseguindo até a 21. A inconstância da política econômica, especialmente da política que regula a atividade agropecuária, é evidente nas declarações dos participantes da mesa redonda. E mais evidente ainda ao se saber — depois de feita a matéria — que o Governo outra vez alterou as regras do jogo. O imposto de exportação sobre a soja, por exemplo — que retirou os ganhos que o produtor teria com a maxidesvalorização do cruzeiro em 30 por cento — já teve seu percentual reduzido. Ruim isto não é. Mas deixa bem claro que as indefinições de uma política agrícola completamente distanciada da realidade são mais do que flagrantes. É que nós, agricultores, não temos acesso a nenhuma das decisões que influem aqui em baixo no nosso dia a dia.

Efetivamente, assim, não é só difícil planejar o futuro. É praticamente impossível.

O desconhecimento da realidade provocou outro fato que ganhou ampla repercussão nos últimos dias de 1979: a acusação de que o agricultor teria cometido uma fraude na lavoura de trigo. A frustração de 70 por cento na colheita, como algumas pessoas deram a entender, teria sido provocada fundamentalmente por um desvio do crédito por parte de milhares de tricultores gaúchos. Acusação um tanto leviana que logo, logo recebeu desmentidos por tudo quanto é lado. Veja na página 4.

Não foi apenas o trigo que frustrou. A lavoura de colza, que mal começou a ser introduzida, também não

Do leitor

NASCE A COOCIÊNCIA

A Coociência, enfim, está nascendo. A longa gestação tem a dever as inúmeras contribuições da leitura do Cotrijornal e o exemplo dinâmico da Cotrijuí.

Ricardo Prata

Belo Horizonte - MG

NR - A Coociência é a Cooperativa de Trabalho Técnico-Científico de Belo Horizonte. Ela foi fundada agora no mês de janeiro, reunindo profissionais das mais diferentes áreas (advogacia, sociologia, engenharia, educação, economia, etc) para prestar assessoria a quem interessar, oferecendo o trabalho de profissionais de nível universitário. A Coociência pretende também "vir a ser um centro de conhecimento fora das empresas capitalistas, independente do Estado e além de uma Universidade divorciada da sociedade".

POESIA ECOLÓGICA

Eu fiz esta poesia dedicada à agricultura brasileira. Tento expressar não o que sou e sim o que penso e ajudar a resolver problemas, que eu acho, que podem ser resolvidos apenas com bom-senso, numa tentativa que o agricultor pense sobre estes erros e que os mesmos sejam analisados.

Eu pediria aos responsáveis pelo Cotrijornal para que esta poesia fosse im-

pressa nesse jornal.

Agradeço mui fuchudaço o tempo e atenção que será dedicada por vós com minha poesia. Aceitem atenciosamente um aperto de mão.

Diabo Her, chamado veneno,
o nome na cara já denuncia;
roça pobre e casa vazia,
muita máquina, um galpão sumido
a terra disse ninguém deu ouvido,
e de tanta "dosagem certa"
a terra fraca deu o alerta,
pedindo folga, uma escora,
se foi a famosa fauna e flora
e ela ficou tranqüila, deserta.

Eu falo só de herbicida
cada coisa em sua pasta
e, como se isto não basta,
vai combustível e implementos
e se saciei os vossos intentos
então pensem e depois digam-me:
que estamos com o tempo a perder
precisa a enchada vir e dizer:
"Os que forem brasileiros, sigam-me"?

Mauro Roberto Contri

Ijuí - RS

NR: Mauro a sua poesia era um tanto grande demais para publicarmos na íntegra. Seleccionados estes dois versos para dar uma amostra daquilo que você escre-

alcançou resultados excepcionais. O mau tempo castigou tudo quanto é planta, mas mesmo assim os rendimentos da colza não deixaram de ser animadores. Ao mesmo tempo em que a colza crescia nas lavouras deste interior, uma preocupação começava a surgir na cabeça de muita gente: e se dá da colza se tornar outra monocultura? E se as sementes plantadas pelos agricultores não forem bem controladas, já que algumas variedades trazem um inconveniente que apenas a pesquisa pode controlar (um tal de ácido erúsico e um glucosinolato que provocam distúrbios no organismo)? Pensando exatamente nisto, é que foi criado no estado um Comitê para tratar da introdução da cultura da colza. Na última página.

Acompanha esta edição um suplemento sobre a comercialização da soja. Vai demorar ainda um trecho para que a planta seja colhida, mas sempre é bom que o agricultor comece bem cedo a decidir como vai vender a soja, que este ano promete uma comercialização relativamente tranqüila. Isto, é claro, se não mudarem ainda mais os entraves para a sua comercialização no mercado mundial.

Quem é que lembra do araticum, da guajuvira, da guabiroba, do louro, do cedro e tantas outras árvores que tomavam conta da paisagem que hoje é só de trigo e soja? Pois é, estas árvores sumiram. Hoje está muito na moda falar em reflorestamento, mas o caso é que os incentivos vão só para as grandes áreas. Mesmo assim há gente que tenta devolver prá terra as sementes de algumas espécies florestais nativas e também anda lutando para que os projetos de reflorestamento recebam crédito mesmo nas áreas pequenas. Veja na página 10.

O mercado de hortifrutigranjeiros se caracteriza pela instabilidade. Um dia o preço é bom, no outro já o mercado não paga nada. Por que toda esta instabilidade? Tirando as razões que vão muito além do nosso alcance — como os intrincados caminhos da comercialização — há alguma coisa que se pode fazer aqui, longe dos grandes centros consumidores: planejar a produção para realmente conseguir vender sempre o produto ao melhor preço. Na página 22 se conta alguma coisa de que como a Cooperativa está coordenando o trabalho nesta área.

veu a todos os demais leitores do Cotrijornal.

NO MURAL DOS ENGENHEIROS

Vimos pela presente acusar o recebimento do Cotrijornal nº 69, correspondente a dezembro de 1979.

Agradecemos a gentileza pelo envio do mesmo e comunicamos a V.Sa. que o mesmo foi afixado em nosso quadro mural, para dar conhecimento aos nossos associados.

Eng^o Rubem da Silva Gay

vice-presidente

Sindicato dos Engenheiros - RS

Porto Alegre - RS

Recebemos e agradecemos os votos de feliz Ano Novo que continuam chegando. São do Diário de Pernambuco, Cooperativa de Eletricidade Rural Teutônia Ltda; Revista Notícias Pirelli; Wilmar Bordini e família; ministro Jair Soares; Camping Clube Turismo S/A; Cooperativa Tritícola Panambi Ltda; deputado Augusto Trein; Associação dos Jornais do Interior do Rio Grande do Sul; Irú Hotel; Héliconfilm; Fecotri; Embraer; Camping Clube do Brasil; Associação de Orientação às Cooperativas; Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves; Revista OCB; Sindicato dos Empregados no Comércio de Ijuí; Unibanco; Fidene; ICECOOP.



O PREÇO DA PLANTA

Sabem de quanto deve ser o preço mínimo do trigo para a próxima safra? Cr\$ 858,95. E o da soja que será colhida este ano? De Cr\$ 445,57. O preço do trigo ainda não foi definido pelo Governo, mas o da soja, mesmo que o mercado pague mais, foi fixado ainda no ano passado em Cr\$ 315,00.

Pois a determinação destes valores é o resultado de um trabalho realizado pelas Cooperativas dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Os técnicos destas entidades se reuniram nos dias 10 e 11 de janeiro lá em Porto Alegre, quando juntaram todas as informações sobre o custo de produção e fizeram sua estimativa de quanto deverá ser o Valor Básico de Custeio para a próxima safra. Além disso eles revisaram os valores para a safra de soja, que de julho de 78 a janeiro de 80, teve seus custos incrivelmente elevados.

AS INDEFINIÇÕES DE PREÇO

Esta é a segunda vez que as cooperativas do Sul do País fazem conjuntamente seus cálculos de custo de produção. A primeira foi no início de junho de 79, quando, em Curitiba, calcularam os Valores Básicos de Custeio e os Preços Mínimos necessários para as culturas de verão (soja, feijão, milho, arroz, sorgo, etc). Assim, falando uma mesma linguagem e defendendo uma posição comum, elas reivindicaram os mesmos preços para as mesmas culturas. Para a soja, por exemplo, o valor pedido na ocasião era de Cr\$ 326,40. O Governo deu Cr\$ 315,00.

O agrônomo Paulo Roberto da Silva, que representou a Cotrijuf nesta reunião, conta que o maior problema que se enfrentou até conseguir fechar os cálculos foi a falta de definição quanto aos preços de fertilizantes, defensivos e até mesmo de semente de trigo para a próxima safra. Isso sem contar que as quantidades de insumos utilizados na lavoura mudam de uma região para a outra. Assim, enquanto no Rio Grande do Sul os agricultores plantam em média 105 quilos de semente por hectare, no Paraná e em São Paulo já são 125 quilos. A mesma coisa acontece com os adubos. Enquanto aqui se recomenda a utilização de fórmulas com elevadas quantidades de Nitrogênio, para São Paulo e Paraná são aplicadas fórmulas com baixo teor de Nitrogênio, porém com posterior adubação de cobertura. Então foi preciso chegar a um meio termo que satisfizesse todo mundo.

Bom, depois de chegarem a solução comum para este primeiro problema, se entrou numa discussão realmente difícil: produtividade. Tanto no Paraná como em São Paulo as produtividades na lavoura são ligeiramente maiores do que as alcançadas no Rio Grande do Sul. Isto graças à aplicação de toda uma tecnologia, principalmente fungicidas, na lavoura de trigo. O Paulo faz uma colocação:

— O uso de fungicidas na lavoura de trigo é encarado de forma diferente aqui no Rio Grande do Sul da que no Paraná. Para eles o fungicida garante a produtividade, enquanto nós pensamos que ele eleva.

Isto é claro, lembra o Paulo, em anos normais. Se é de acontecer uma frustração o resultado financeiro para o produtor é bem menos compensador se ele usou muita tecnologia na lavoura, pois ele gastou também mais (veja na matéria das páginas 4 e 5).

LAVOURA PADRÃO

Acertados todos estes detalhes, assim é que começaram os cálculos de uma lavoura padrão, com tecnologia bastante representativa da lavoura tritícola brasileira. O pessoal elaborou dois valores de custo, um para lavouras com boa tecnologia mas onde não são utilizados fungicidas e outro com fungicidas. Mas fizeram uma advertência:

— Uma prática como a aplicação de fungicidas, por si só, não garante um acréscimo de produtividade, mas somente se estiver associada a um outro conjunto de medidas, como o plantio em área com rotação de culturas e todas as práticas recomendáveis dentro do sistema de produção.

Os dados para a elaboração deste

trabalho foram reunidos em novembro e dezembro do ano passado. É claro, portanto, que todos os preços tiveram que ser corrigidos até a época prevista em que serão praticados, isto a partir da metade deste ano.

Para cada componente do custo foi preciso fazer uma análise específica, adotando médias representativas da região sul. No caso da semente, por exemplo, foi adotado o preço que está sendo praticado no Paraná (Cr\$ 580,00 o saco de 50 quilos), que é o único lugar onde se encontra semente realmente disponível.

OS CÁLCULOS

Para o cálculo do Valor Básico de Custeio e do Preço Mínimo necessário para o trigo, foram utilizados os seguintes dados: *Semente* (125 quilos por hectare); *Fertilizantes*, 250 quilos da fórmula 6-30-15 e 45 quilos de uréia; *Herbicida*, 1,30 litros por hectare, para aplicação apenas em metade da área da lavoura; *Inseticida*, 2,0 litros por hectare e *Fungicidas*, 6,8 quilos por hectare. Só nesta parte de insumos modernos o produtor vai pre-

cisar de Cr\$ 6.839,07 por hectare, se não aplicar fungicidas e Cr\$ 8.288,07 se aplicar. Os outros itens de formação do custo são os *combustíveis e lubrificantes, mão-de-obra, conservação e reparos* e ainda os *fretes*, totalizando Cr\$ 3.147,14 nas lavouras sem fungicida e Cr\$ 3.366,90 por hectare de lavoura com aplicação de fungicida. No final das contas, segundo os cálculos das cooperativas, o Valor Básico de Custeio deve ser de Cr\$ 9.986,21 por hectare para lavoura sem fungicidas e de Cr\$ 11.654,97 para lavoura com fungicida.

Para determinar o preço necessário foi feita uma conta, baseada na produtividade esperada (19 sacos em lavouras sem fungicidas e 23 com fungicidas) e considerando ainda o preço de garantia que é equivalente a 60 por cento dos custos de produção. Assim, foi aplicada a seguinte fórmula: Valor Básico de Custeio dividido pela produtividade e multiplicado por 166,7 (que é o valor que se obtém dividido 100 por cento por 60 por cento). Para a soja, o raciocínio de cálculo é o mesmo.

TRIGO — ESTIMATIVA DO VALOR BÁSICO DE CUSTEIO — SAFRA 1980

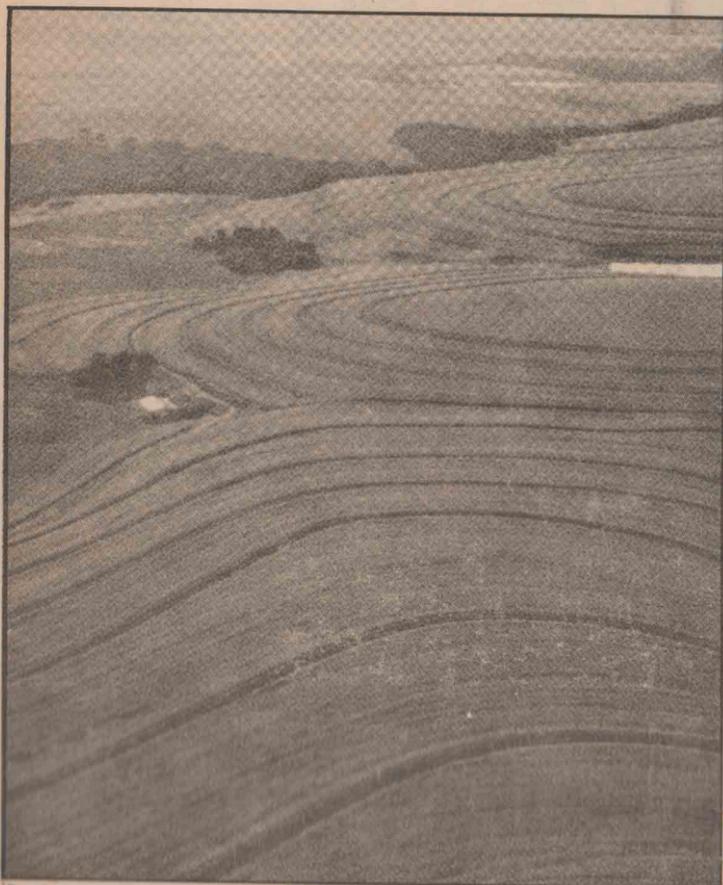
COMPOSIÇÃO DO V.B.C.	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE	Cr\$/UNIDADE	Cr\$/HECTARE	Cr\$/HECTARE
		ha		S/FUNGICIDAS	C/FUNGICIDAS
A — INSUMOS MODERNOS					
Sementes	Fiscalizada	125 kg	11,60	1.450,00	1.450,00
Fertilizante base	6-30-15	250 kg	16,35	4.087,50	4.087,50
	Cobertura	Uréia	45 kg	631,80	631,80
Herbicida	(50% da área)	2,4 D	1,30 l	210,00	136,50
Inseticida	Sistêmico (2 ap.)	Dimethoato	0,5 l	210,00	210,00
	Contato	Endofulfan+Monocrotophós	1,0 l	323,27	323,27
Fungicidas	1º Trat. (1 ap.)	Enxofre	2,30 kg	70,00	—
	2º Trat. (2 ap.)	Maneb	4,00 kg	126,00	—
	3º Trat. (1 ap.)	Triadimefon	0,50 kg	1.568,00	—
SUB-TOTAL (A)				6.839,07	8.288,07
B — OUTROS INSUMOS					
Combustíveis, lubrif. e filtros				1.614,00	1.674,70
Conservação e reparos				576,11	640,12
Mão-de-obra				666,03	701,08
Frete (lavoura/cooperativa)				291,00	351,00
SUB-TOTAL (B)				3.147,14	3.366,90
TOTAL (A + B)				9.986,21	11.654,97
PRODUTIVIDADE MÉDIA (SCS 60 kg)				19	23
V.B.C. POR SACCA				525,59	506,74
PREÇO NECESSÁRIO — V.B.C. x 1,667				876,16	844,74
PREÇO NECESSÁRIO (MÉDIA)				858,95	

SOJA — ESTIMATIVA DO VALOR BÁSICO DE CUSTEIO — REVISÃO SAFRA 1979/80

COMPOSIÇÃO DO V.B.C.	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE	Cr\$/UNIDADE	Cr\$/HECTARE	Cr\$/HECTARE
		ha	(Janeiro/80)	(Julho/79)	(Janeiro/80)
A — INSUMOS MODERNOS					
Sementes	Fiscalizada	100 kg	10,12 kg	900,00	1.012,00
Fertilizante	4-30-10	250 kg	7,97	1.776,00	1.992,50
Herbicidas	Trifluralin	2,0 l	178,00 l	250,00	356,00
	Metribuzin	0,5 l	1.179,32 kg	390,00	589,66
Inseticidas	Sistêmico	Monocrotophós	0,8 l	310,21	195,00
	Contato	Clorpirifós	1,0 l	249,88	217,00
		Endosulfan	1,5 l	172,77	176,00
SUB-TOTAL (A)				3.904,00	4.707,36
B — OUTROS INSUMOS					
Combustíveis, lubrif. e filtros				900,00	1.918,54
Conservação e reparos				420,00	489,34
Mão-de-obra				464,00	568,11
Frete (lavoura/cooperativa)				210,00	335,37
SUB-TOTAL (B)				1.994,00	3.311,36
TOTAL (A + B)				5.898,00	8.018,72
PRODUTIVIDADE MÉDIA (scs 60 kg)				30	30
V.B.C. POR SACCA				196,60	267,29
PREÇO MÍNIMO — V.B.C. x 1,667				327,73	445,57

O AGRICULTOR É CULPADO DA FRUSTRAÇÃO?

Até que ponto é possível admitir a acusação de que o agricultor cometeu uma fraude com a lavoura de trigo? Ele realmente não lançou mão de todo dinheiro que recebeu para aplicar na lavoura, desviando os recursos do crédito? Num ano anormal como este, é bastante arriscado fazer este tipo de acusação. Por que não falaram isto no ano passado, quando a lavoura se saiu mais ou menos bem? No final de toda história se chega a uma série de conclusões. A principal delas é que a pesquisa, efetivamente, está distante milhares de quilômetros da realidade da lavoura brasileira.



Será que metade dos triticultores do Estado fraudaram?

Não chegava o ano de 79 ter sido um fracasso em tudo quanto é lavoura e ainda por cima, antes de terminar o ano, andou correndo por este Rio Grande um falatório de que os agricultores tinham feito uma fraude com o trigo. Foram cinco dias, entre o Natal e o Ano Novo, cheios de denúncias, falatórios, comentários, desmentidos e até mesmo umas ameaças de processo.

A causa? Uma notícia que saiu num jornal de Porto Alegre, a Folha da Manhã, a partir da informação que um jornalista recebeu do Centro Nacional de Pesquisa do Trigo, da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), de que os produtores não usaram a técnica para alcançar uma maior produtividade.

Daí até concluíram que os produtores tinham empregado mal os recursos do crédito para formar a lavoura de trigo, e com isso tinham cometido uma fraude, foi um passo. O Cleber Canabarro, delegado do Ministério da Agricultura no Rio Grande do Sul foi quem acabou deixando clara a idéia de que os produtores deveriam ter fraudado. Até o próprio ministro da Agricultura, Ângelo Amauri Stábile, acabou declarando nos jornais que os produtores aplicaram mal os adubos, os defensivos e corretivos de solo que tinham comprado através do crédito rural.

A PRODUTIVIDADE

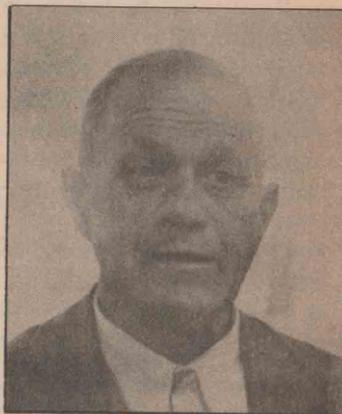
O CNPT, informava que em 40 lavouras acompanhadas pelos técnicos do Centro, onde foi empregada a melhor tecnologia, foi

obtida uma produtividade que variava entre 1.260 quilos e 1.454 quilos por hectare, enquanto no resto do Estado a média ficava entre 400 e 500 quilos, numa frustração de 70 por cento das lavouras.

E que tecnologia foi esta? Segundo o CNPT a tradicional (época de plantio, variedades, fertilizantes . . .) e ainda as novas informações conseguidas pela pesquisa, como o uso de fungicidas e a rotação de área de plantio.

Quando começaram a aparecer as reações dos triticultores à suspeita levantada, o CNPT tratou de desmentir o que fora publicado. E usou, como sempre acontece em situações semelhantes, um argumento mais que batido: foi o jornalista que não entendeu direito as explicações e tirou suas próprias conclusões.

Mesmo com as desculpas a acusação estava aí, bem clara. Aí o pessoal não aguentou mesmo e começou a gritar. No Estado devem existir perto de 80 mil triticultores (o número ninguém sabe ao certo) dos quais 50 por cento tinham solicitado até os primeiros dias de novembro a cobertura do Proagro. Se o trigo não deu mais uma vez este ano a razão não está numa fraude que os agricultores tenham cometido. Clima pior do que o ocorrido bem nos momentos críticos da lavoura — chuva, vento, granizo, geada — fazia tempo que não se via igual. Dá para acreditar então, que mais da metade dos agricultores gaúchos que mais uma vez arriscaram no trigo, tenham resolvido, isolada-



Kommers: fracasso da pesquisa



Theobaldo: mais adubo era pior

mente fraudar o Governo? Será que todo este povo pegou o dinheiro do custeio e não aplicou na lavoura? Esta é braba.

ENCOBRIR OS FRACASSOS

O seu Reinholdo Luiz Kommers, que é o presidente do Sindicato Rural de Ijuí — o dos empregadores — é categórico ao afirmar que os técnicos do CNPT estão tentando, com este tipo de declaração, encobrir seus fracassos:

— Afinal, o Centro de Pesquisas foi criado exatamente para ajudar o Brasil a obter melhores resultados com a lavoura de trigo. Só que eles não conseguiram, até hoje, criar uma variedade ou uma técnica adaptada para nós, para o nosso clima, o nosso solo, às nossas condições de lavoura. Então os técnicos, agora que começaram a



**ACABOU A MARMELADA.*
CHEGOU DUAL!**

* também chamada de papuá ou capim marmelada.

Chegou o herbicida para soja que acaba não só com a marmelada, mas também com pé-de-galinha, colchão, capim arroz, carrapicho e outras ervas daninhas de folhas estreitas e mais algumas de folhas largas.

Dual o herbicida para soja tão moderno que dispensa incorporação.

CIBA-GEIGY



Lembre-se sempre: os defensivos agrícolas são tóxicos. Eles podem matar não só as pragas como também o próprio agricultor. Consulte sempre um técnico antes de fazer qualquer aplicação.

ser cobrados pelo Governo, resolveram passar as culpas tudo para nós. O agricultor nunca que ia fazer uma fraude destas.

É meio difícil mesmo acreditar que usando tim-tim por tim a técnica que manda a pesquisa as coisas iam dar certo este ano no trigo. Tem o Theobaldo Emílio Lüdtke, de Tenente Portela, que conta:

— Se eu fosse usar os três sacos de adubo por um de planta que os técnicos mandam botar por hectare, aí mesmo que eu não colhia nada nesta safra. Botei só 1,5 a 2 porque tinha plantado o Maringá, que é um trigo grande de porte. Com mais adubo ia acamar tudo mesmo com o vento e nunca mais levantar.

É fraude o que fez seu Theobaldo?

E OS FUNGICIDAS

Todo tricultor sabe de tempos que o custeio do trigo é concedido em duas faixas: para quem aplica fungicida e para quem não aplica. Pois de todos contratos de financiamento feitos em Ijuí, apenas 3 agricultores solicitaram uma verba para aplicação de fungicidas.



Fungicida: técnica sofisticada que aumenta os prejuízos em anos de frustração

Um deles foi Fernando Craidy, que plantou uma lavoura de 200 hectares. Ele conta:

— Cuidei mais do que ninguém da lavoura de trigo. Apliquei tudo o que tinha que ser aplicado conforme os técnicos. Realmente colhi quase o dobro do que a média dos outros produtores, alcançando um rendimento de 18 sacos por hectare. Mas também acabei com isso botando dinheiro do meu bolso na lavoura.

Simples de explicar: o crédito para aplicação de fungicidas alcançava o valor de Cr\$ 1.215,00 por hectare. Na época de con-

tratamento do financiamento este dinheiro chegava para comprar os produtos. Só que na hora em que foi realmente preciso fazer as aplicações, os fungicidas já tinham subido exatamente Cr\$ 357,00 por hectare.

Isso sem contar os gastos para aplicação, com óleo diesel, mão-de-obra e reparos de máquinas. Independentemente do fato de aplicar ou não fungicidas, a verba para tratamentos culturais era absolutamente a mesma nos dois tipos de contrato: Cr\$ 1.500,00. Então, quem aplicou fungicidas, gastou ainda mais.

É por isto que o Fer-

nando explica:

— Mesmo colhendo o dobro na realidade o resultado da lavoura foi pior do que se eu não tivesse aplicado fungicida. Com o que eu colhi foi possível pagar exatamente o valor do financiamento. Mas o fungicida custou bem mais caro, chegando a ultrapassar este valor contratado. Com isto, quem ganhou foi o Proagro e não eu. Se não tivesse aplicado fungicida colheria a metade e seria o Proagro quem pagaria o Banco. Então eu não só não desviei os recursos do crédito como ainda botei dinheiro do meu próprio bolso na lavoura.

FALSEAR O PROBLEMA

O Centro de Ciências Agrárias da Fidene, que realiza um projeto de contabilidade agrícola em convênio com a Cotrijuí, analisou a experiência de 370 agricultores acompanhados na safra de trigo, concluindo que o processo produtivo fugiu mais uma vez das mãos do produtor. O CeCA afirma num artigo intitulado "O risco na agricultura regional e suas implicações", que "deslocar o problema para a "ineficiência técnica", para a incapacidade do produtor de assumir a tecnologia segundo as recomendações técnicas, é falsear o problema. Negar a vivência, a experiência adquirida pelo agricultor, a seleção de informações que aprendeu a fazer também é falso".

"O estrangulamento da agricultura na região", como salienta o artigo, "está para além do receituário técnico. Está justamente vinculado a uma política agrícola que introduziu na agricultura brasileira o jogo do risco e da incerteza. A agricultura voltada ao mercado externo com a função de pagar as dívidas que a indústria contraiu".

Práticas fora da nossa realidade

O Centro Nacional de Pesquisa enumerava três fatores para explicar o insucesso da safra: a ausência de um sistema de rotação de culturas, a aplicação incorreta de fungicidas, inseticidas e fertilizantes e ainda a incapacidade dos produtores em administrar suas propriedades.

A Cotrijuí, logo depois que saíram as notícias sobre uma possível fraude, tratou de mandar um telex — que é um telegrama impresso num aparelho parecido com máquina de escrever e que chega ao destino no mesmo momento em que é transmitido — ao ministro da Agricultura. O texto, assinado pelo presidente Ruben Ilgenfritz da Silva, é o seguinte:

"Senhor Ministro:

Os dados da produtividade na lavoura de trigo alcançado pelo inexpressivo número de 40 agricultores não dá direito a quem quer que seja de atribuir o fracasso da última safra de trigo à má fé e dolo na aplicação de recursos de custeio por parte de milhares de tricultores gaúchos.

Concordamos que se faz necessário a plena adoção das recomendações técnicas emanadas dos Centros de Pesquisa, no caso sintetizadas em três itens como veremos a se-

guir, desde que estas recomendações estejam adaptadas a nossa realidade sócio-econômica.

1 — ROTAÇÃO DE CULTURAS

Está é a prática mais importante, entretanto, encontra pelo menos dois sérios obstáculos representados pela estrutura fundiária (pequenas propriedades e terras arrendadas) e alternativas de cultura de inverno tecnicamente adaptáveis ao processo de rotação e com suporte no mercado consumidor. Desde 1974 vimos perseguin-

do esta meta, pesquisando a introdução da cultura de colza, que se vitoriosamente atenderá plenamente as premissas mencionadas. Esperamos que o mesmo comportamento assumam os centros de pesquisa.

2 — USO CERTO DE FUNGICIDAS, INSETICIDAS E FERTILIZANTES

Entendemos que a nossa dependência de doses certas de fungicidas (de forma especial) inseticidas e fertilizantes provavelmente continuará enriquecendo os grupos multinacionais detentores da produção e tecnologia dos insumos modernos e certamente empobrecerá mais o agricultor brasileiro e agravando ainda nossa dependência em relação aos países desenvolvidos, que infelizmente muitas das vezes abusam da nossa capacidade de crer, cometendo verdadeiros crimes contra a nossa economia como é o caso das vacinas de febre aftosa, fato que é do

seu conhecimento e que fez com que o Ministério da Agricultura tomasse medidas rígidas de controle.

3 — CAPACIDADE GERENCIAL DO DONO DA TERRA

Referente a essa última recomendação nos per-

guntamos se a incapacidade está no produtor ou nas pesquisas desenvolvidas que determinam práticas fora da nossa realidade social e econômica.

Assim posto senhor Ministro, esperamos ouvir sua manifestação que estabeleça a verdade".



CONTANDO AS PRAGAS E AJUDANDO O BOLSO

Quantas vezes normalmente o agricultor aplica inseticidas na sua lavoura de soja? De três, dificilmente este número não baixa. Isto quando as aplicações não são em número maior ainda. A plantinha mal começou a nascer e já aparecem umas lagartas e uns quantos percevejos prá ameaçar o desenvolvimento da soja. Pois cada aplicação de inseticida representa um custo de Cr\$ 287,50 em produto e mais Cr\$ 302,98 de aplicação. Isto quer dizer que o agricultor gasta exatamente Cr\$ 590,48 por hectare, segundo os cálculos do setor de planejamento da Cooperativa, em cada vez que procura fazer o controle de pragas através da aplicação de defensivos.

Pois existe um jeito de gastar bem menos. É só fazer aquilo que os técnicos chamam de manejo de pragas. Este manejo nada mais é que um controle mais barato e eficiente das pragas. Fazer o manejo é muito mais fácil do que muita gente pensa. É claro que dá mais trabalho do que só olhar se as pragas estão atacando e dê-lhe passar inseticida. Ele é uma técnica que utiliza vários critérios para controlar as pragas: começa pela contagem do bicharedo que infesta a lavoura, passando pela avaliação dos prejuízos que eles provocam, dos períodos de ocorrência, extensão dos danos e também levando em consideração a própria capacidade de recuperação da soja. Pois é. A soja é co-

nhecida de todos como uma planta forte que nem só ela. E a própria pesquisa já comprovou que ela aguenta perfeitamente um certo número de pragas sem diminuir com isto sua produção.

Aqui no Rio Grande do Sul se começou a falar de manejo faz pouco

tempo, como conta o agrônomo Luiz Wolney de Mattos Viau. Mas lá no Paraná muito agricultor já anda adotando esta prática que está sendo muito incentivada pelos técnicos. E os resultados têm sido muito bons mesmo, pois fazendo o manejo o agricultor só aplica o inseticida nos

momentos certos e realmente necessários.

O Wolney explica que geralmente o produtor vê uma lagartinha comendo as folhas da soja e já se assusta. Corre na busca de veneno. Isso só não aconteceu intensamente nas duas últimas safras, quando o problema de infestação de pragas foi bem menor do que nos anos anteriores. É que as mesmas condições climáticas que acabaram frustrando a lavoura também não permitiram um ambiente propício para que as lagartas e percevejos atacassem em massa as lavouras. Sorte de um lado, azar do outro.

O manejo de pragas é uma coisa que mais cedo ou mais tarde os agricultores terão que fazer. Não só pela economia que representa uma diminuição na aplicação de inseticidas, mas também pelas vantagens para a própria vida do agricultor, que pode viver com um ambiente menos envenenado à sua volta.

Mas também como lembra outro agrônomo, o Paulo Roberto da Silva, este manejo deverá ser uma prática adotada pela maioria dos produtores, numa forma de controle integrado das pragas. Será muito mais vantajoso se um grande número de produtores adotar o manejo do que se apenas um, isoladamente, se preocupar com os custos e conseqüências tóxicas dos venenos, se todos seus vizinhos pouca bola estão dando para o controle das pragas.



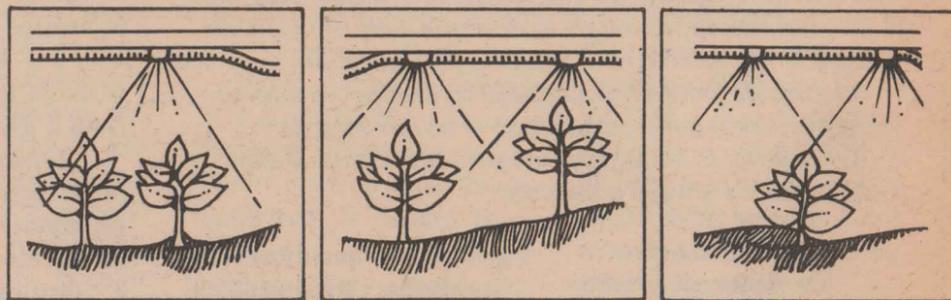
O manejo, ponto por ponto

Por esta época do ano passado, a Fecotriga, que é a Federação das Cooperativas Brasileiras de Trigo e Soja, lançou um manual sobre manejo de pragas, aproveitando um trabalho desenvolvido pela ACARPA (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná). Este manual foi adaptado para o Rio Grande do Sul pelos técnicos da Embrapa, Fecotriga e Emater.

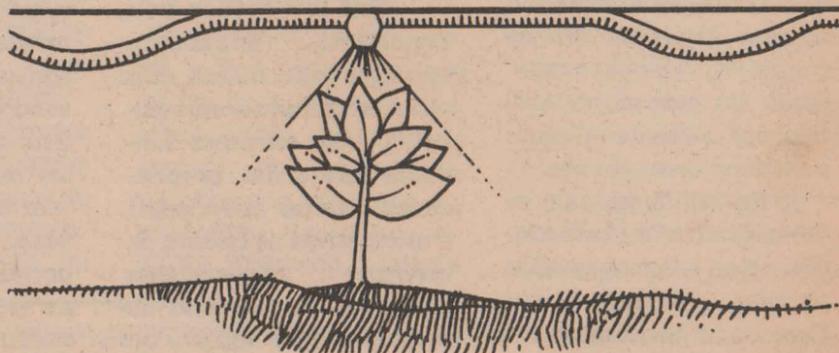
1 - A ECONOMIA

Fazendo o manejo de pragas o agricultor vai reduzir o número de aplicações de inseticidas normalmente exigidas para controlar a invasão de sua lavoura. Ele aplicará apenas a quantidade necessária de inseticida sem perder um quilo de soja por isto. Nas lavouras onde não se faz manejo, geralmente são necessárias 3 ou mais aplicações. Com o manejo as aplicações ficam reduzidas para uma ou duas durante toda safra e, às vezes, até nem são feitas, dependendo da situação da lavoura. Com isto dá para economizar inseticida, mão-de-obra, óleo, equipamento e até mesmo eventuais despesas com médico e hospital, nos casos de intoxicação.

SEM MANEJO = 3 APLICAÇÕES OU MAIS



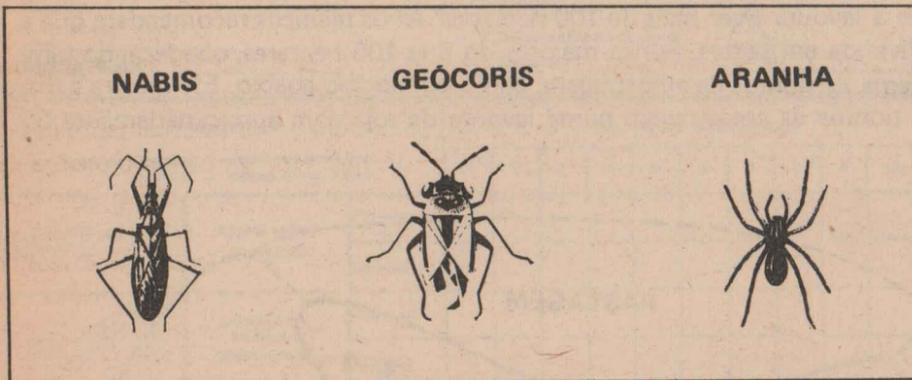
COM MANEJO = 1 OU 2 APLICAÇÕES



2 – OS INIMIGOS NATURAIS

A primeira coisa que o agricultor interessado em fazer o manejo de pragas deve aprender é a reconhecer os inimigos naturais das pragas. Eles são aqueles insetos e outros bichos que se alimentam de pragas, fazendo assim, muitas vezes, o papel do inseticida. Então, quem põe veneno à revelia na lavoura mata além das pragas os inimigos naturais, que não prejudicam em nada o desenvolvimento da planta. Muito antes pelo contrário, até ajudam, pois se alimentam das pragas. Os inimigos naturais são diferentes para os vários tipos de pragas e podem variar de local para local, e de acordo com a época do ano.

Estes são alguns inimigos naturais que atacam as pragas da soja:



3 – AS DOENÇAS DAS PRAGAS

Outro aspecto que o agricultor deve cuidar é se as pragas não estão doentes. Pois é, elas podem perfeitamente já estar morrendo de alguma doença no momento em que se aplica os venenos para matá-las.



A lagarta da soja e a lagarta falsa medideira podem ser atacadas pela Doença Branca, que deixa as lagartas mortas duras e brancas.

Já as lagartas mortas pela Doença Preta, que é provocada por um vírus, ficam moles e aparecem espichadas sobre as folhas ou ramos das plantas.

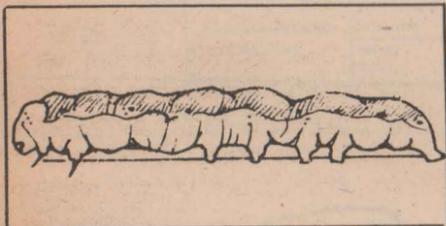
4 – AS PRAGAS IMPORTANTES

Nem todos insetos que comem as folhas da soja são pragas importantes. É por isto que o produtor deve examinar com cuidado a lavoura, tentando descobrir se existem ou não pragas que vão atrapalhar o crescimento normal da planta. As pragas mais importantes são as lagartas da soja, falsa medideira e a broca dos ponteiros ou axilas e ainda os percevejos (nezara), chamado de fede-fede, o pequeno (piezodorus) e o marrom (euschistus). As lagartas comem as folhas, causando o desfolhamento da lavoura. Os percevejos

chupam os grãos. Quando o ataque é intenso, as sementes ficam chochas, as vagens caem e acontece das folhas não amarelarem e também não se desprenderem do caule (o que o pessoal chama de soja louca). Isto acontece porque os percevejos atrapalham a frutificação da planta. Eles podem aparecer na lavoura tanto em forma de ninfas como de adultos. As ninfas são percevejos novinhos e apresentam cor e tamanho diferentes dos adultos, mas também causam prejuízos.

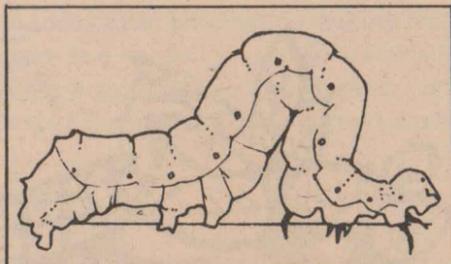
LAGARTA DA SOJA

Tem cor verde e traz quatro pares de pata na parte traseira do corpo. Quando há muita lagarta na lavoura ela se apresenta com uma cor escura. Esta lagarta é muito ligeira e quando incomodada joga-se no chão. Ela cresce comendo as folhas da soja.



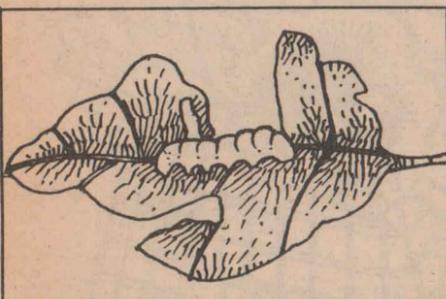
LAGARTA FALSA MEDIDEIRA

Ela caminha bem devagar, como se estivesse medindo palmos. É de cor verde e tem dois pares de pata na parte traseira do corpo.



BROCA DAS AXILAS OU DOS PONTEIROS

É uma lagarta pequena, de cor creme, que no início tem a cabeça preta. Ela ataca os ponteiros, as ramas e, às vezes, as vagens. Constatar seu ataque é bem fácil, pois os ponteiros ficam ligados por fios de seda, formando uma espécie de cartucho.

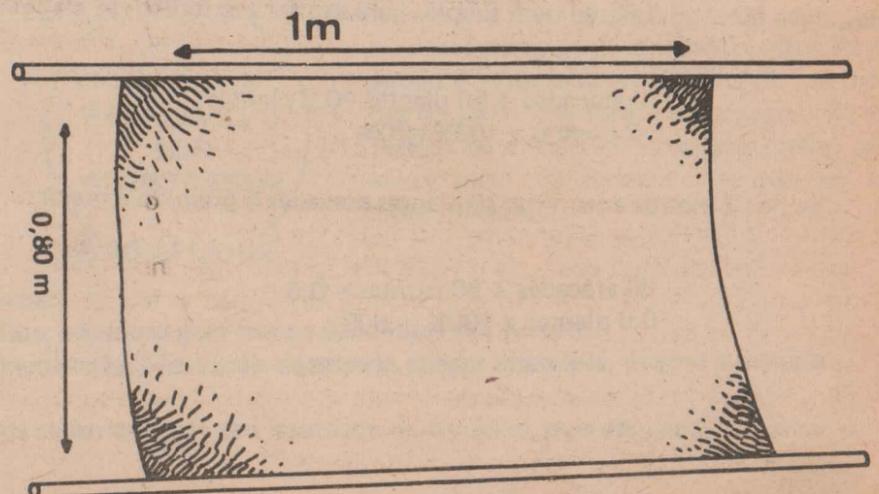


5 – CONTANDO AS PRAGAS

Bem, conhecidos os inimigos naturais e as principais pragas, é agora que começa mesmo o manejo. Para realmente aplicar menos inseticidas, o produtor deve, além de conhecer as pragas, se dar o trabalho de contar as que atacam sua soja e ver quanto das folhas foram comidas pelas lagartas.

6 – A ARMA: UM PANO BRANCO

Para contar as pragas se usa o pano de batidas, que deve ser um pano branco com um metro de comprimento por 80 centímetros de largura. Nos lados do pano, que pode ser feito de um lençol velho, são colocados suportes de madeira feitos até mesmo com dois cabos de vassoura.



PERCEVEJO VERDE

É também conhecido por fede-fede. No início da fase jovem, quando ainda são ninfas, eles têm uma cor escura com manchas brancas e vermelhas. O adulto tem cor verde e mede perto de 2 centímetros de comprimento. Seus ovos são postos nas folhas.



PERCEVEJO PEQUENO

No início da fase jovem tem cor escura, passando a apresentar pontuações vermelhas e pretas. Na fase adulta sua cor é verde claro. Os ovos são postos nas vagens e hastes.

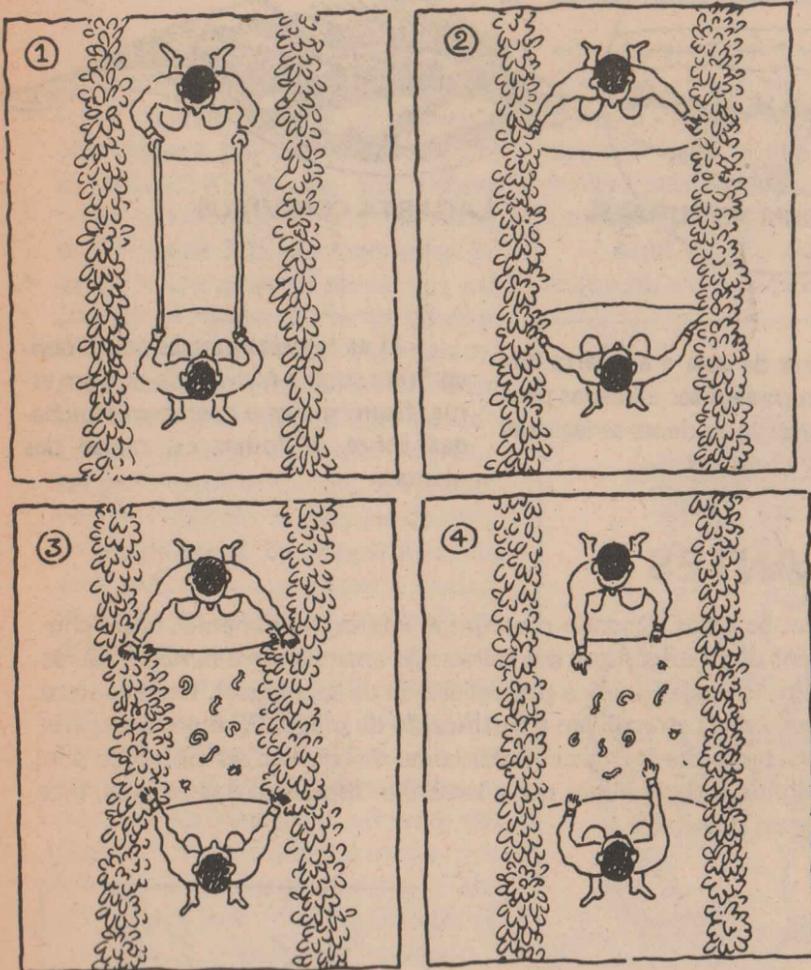


PERCEVEJO MARROM

As ninfas têm cor marrom claro e os adultos são fáceis de serem identificados: têm uns chifrinhos e são de cor marrom.

7 – USANDO O PANO

Para usar o pano de batidas será preciso a ajuda de mais uma pessoa. O pano deve ser colocado entre duas fileiras de soja e bem aberto. Aí se inclina as plantas de fora para dentro, batendo firme sobre elas, para que todas as pragas caiam em cima do pano. Depois de bater, se solta as plantas e se inicia rapidamente a contagem das pragas que caíram sobre o pano.

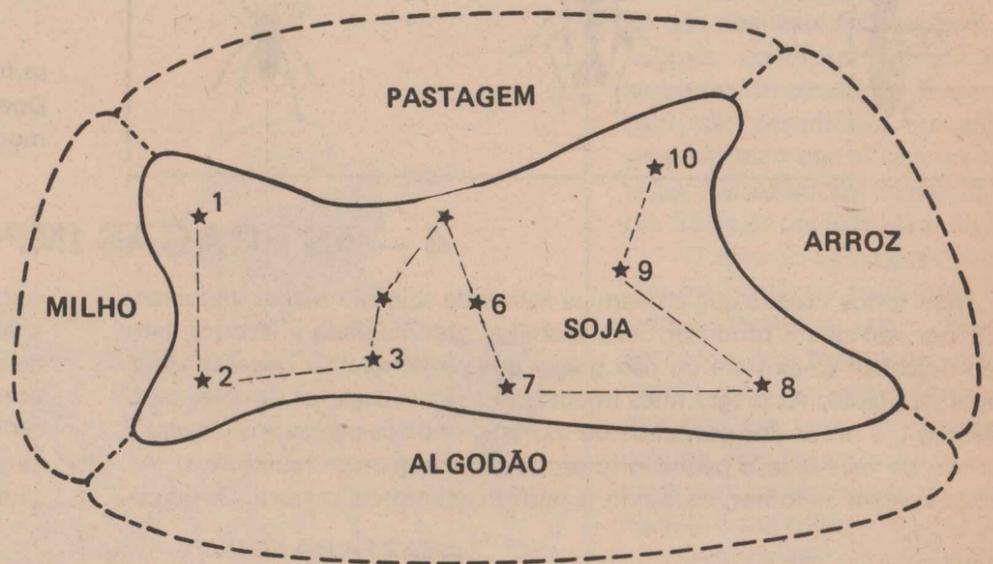


8 – AS AMOSTRAS

Contar apenas uma vez o número de pragas não é o suficiente. É preciso usar o pano de batidas mais de uma vez, em diferentes pontos de amostragem, para saber qual é a população de pragas que existe na lavoura. Os técnicos fazem a seguinte recomendação:

- Para lavouras de até 9 hectares – 6 pontos de amostragem
- Para lavouras de 9 a 29 hectares – 8 pontos de amostragem
- Para lavouras de 29 a 99 hectares – 10 pontos de amostragem

E quando a lavoura tiver mais de 100 hectares? Aí os técnicos recomendam que a lavoura seja dividida em partes, nunca maiores do que 100 hectares, obedecendo também um esquema de pontos de amostragem, como no modelo abaixo. Ele mostra a distribuição dos pontos de amostragem numa lavoura de soja com aproximadamente 80 hectares.



9 – BROCA DAS AXILAS

O pano de batidas não é o suficiente para constatar a invasão de brocas das axilas ou dos ponteiros. Acontece que esta praga é uma lagartixa que fica escondida dentro dos brotos da soja. Ela não cai no pano como as outras pragas quando se bate a soja, o que dificulta a leitura de quantas existem e qual é o dano.

Por isso o agricultor deve examinar com todo cuidado a parte de cima da planta para ver se está ocorrendo ou não o ataque da broca.

Primeiro ele deve contar o número de axilas atacadas em dois metros de linha de soja. Depois deve contar o total de plantas nos mesmos dois metros de linha de soja.

Feito isto, ele começa a calcular quanto das plantas estão atacadas. Veja nos exemplos:

Se nos 2 metros o produtor contar 50 plantas e encontrar as 50 atacadas, o ataque da broca é de 100 por cento.

Se nos 2 metros o produtor contar 50 plantas e encontrar 10 atacadas, deve fazer um cálculo bem simples para avaliar a extensão do ataque:

$$10 \text{ atacadas} \div 50 \text{ plantas} = 0,2 \text{ plantas}$$

$$0,2 \text{ plantas} \times 100\% = 20\%$$

Se nos 2 metros encontrar 30 plantas atacadas o prejuízo é maior:

$$30 \text{ atacadas} \div 50 \text{ plantas} = 0,6$$

$$0,6 \text{ plantas} \times 100\% = 60\%$$



10 – O REGISTRO DA CONTAGEM

Depois de bater a soja e contar todas as pragas, deve ser feita a anotação das pragas encontradas no pano. Para isso se usa uma ficha como a do modelo abaixo. Esta ficha mostra os tipos principais de pragas e também o tamanho delas.

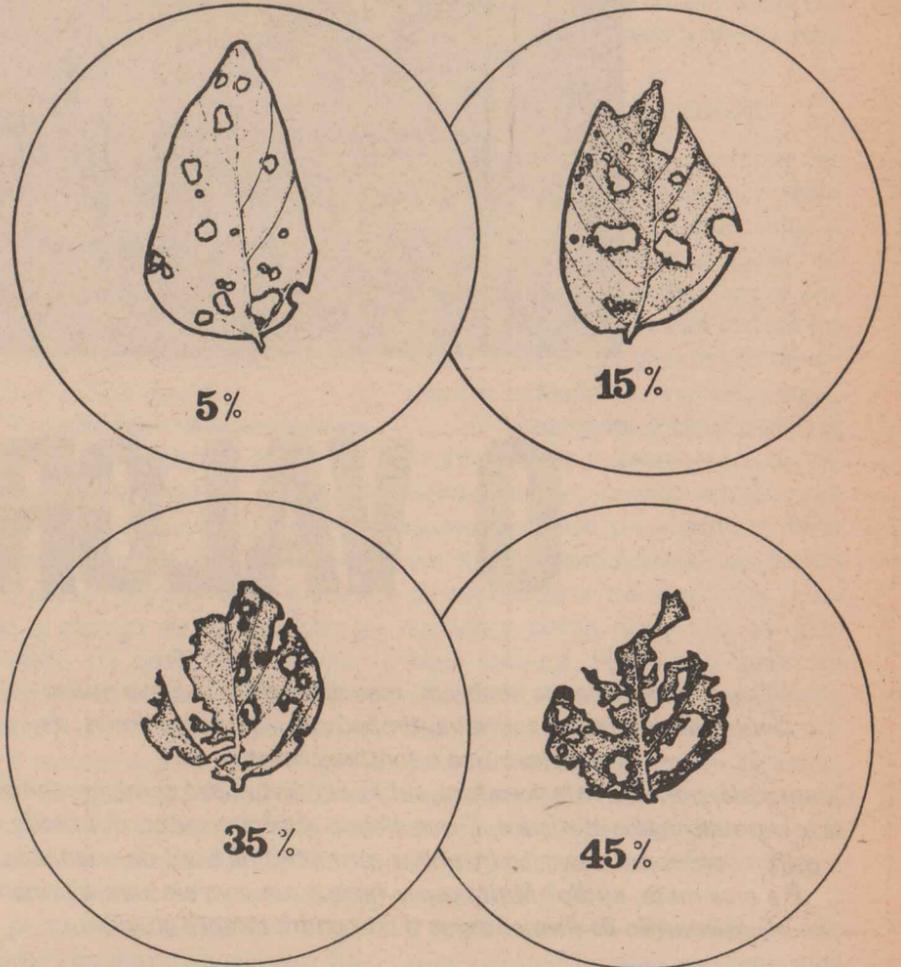
Pode se usar também para este registro um caderno com as anotações feitas pelo produtor a partir da ficha. É por estas anotações que o produtor saberá como está o ataque de pragas e se existe a necessidade de aplicar defensivos.

PRAGAS		PONTOS DE AMOSTRAGEM											
Lagartas: Pequenas = menores do que 1,5 cm. Grandes = maiores do que 1,5 cm.		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	Média
	Lagarta da Soja (Anticarsia)	Pequenas											
	Grandes												
	Lagarta Falsa Medideira (Pseudoplusia)	Pequenas											
	Grandes												
Lagarta com Nomuraea (Doença Branca)													
Lagarta com Vírus (Doença Preta)													
	Parvejo Verde (Nezara)	Ninfa											
		Adulto											
	Percevejo Pequeno (Piezodorus)	Ninfa											
		Adulto											
	Percevejo Marron (Euschistus)	Ninfa											
		Adulto											
	Broca dos Ponteiros (Epinotia)	Ponteiros Atacados											
		Nº de Plântas											
Desfolhamento (%)													

11 – DESFOLHAMENTO

No mesmo lugar onde foram feitas as batidas de pano, o agricultor deve também verificar qual é o desfolhamento causado pelas lagartas, anotando tudo na ficha de contagem ou no seu caderno.

Aprender a determinar quanto da folha a lagarta comeu não é uma coisa das mais simples. O agricultor deve pedir a orientação de um técnico da Cooperativa para aprender direitinho a leitura do desfolhamento, que se apresenta mais ou menos assim:



QUANDO APLICAR INSETICIDAS

Depois de fazer todas estas vistorias na lavoura e contar as pragas é que chega a hora de saber a parte mais importante do manejo de pragas: se é necessário ou não tratar a lavoura.

Os técnicos fazem a seguinte recomendação a partir das observações feitas nos levantamentos, considerando apenas as lagartas com mais de 1,5 centímetros de comprimento:

MENOS DE 40 LAGARTAS OU 30% DE DESFOLHAMENTO ANTES DA FLORAÇÃO

NÃO APLIQUE

MENOS DE 40 LAGARTAS OU 15% DE DESFOLHAMENTO DEPOIS DA FLORAÇÃO

NÃO APLIQUE

ATÉ 30% DE PONTEIROS ATACADOS PELA BROCA

NÃO APLIQUE

Só um detalhe: para os limites de NÃO APLIQUE dados antes da floração e do ataque das brocas, devem ser levados em conta as condições do tempo, disponibilidade de equipamentos de pulverização e a situação total da lavoura. Se a lavoura, por exemplo, estiver com um ataque muito próximo ao nível de controle e o tempo estiver para chuva, é melhor fazer a aplicação de defensivos por medida de segurança. Na dúvida, porém, é sempre melhor procurar a orientação de um técnico.

E OS PERCEVEJOS?

Os percevejos só começam a incomodar depois que as plantas tiverem vagens. Antes disso, qualquer aplicação para combatê-los é desnecessária e até mesmo pode prejudicar a lavoura.

É bom lembrar que o ataque de percevejos começa na beirada da lavoura, que sempre deve ser vistoriada pelo produtor. Se ele encontrar percevejos com mais de meio centímetro de tamanho deve aplicar defensivos apenas nesta faixa. Existe também um número máximo de percevejos que a lavoura pode suportar.

LEMBRE-SE: a vistoria da lavoura deve ser feita pelo menos uma vez por semana.

Se a população de pragas estiver muito perto do limite, o agricultor deve verificar a lavoura pelo menos duas vezes por semana.

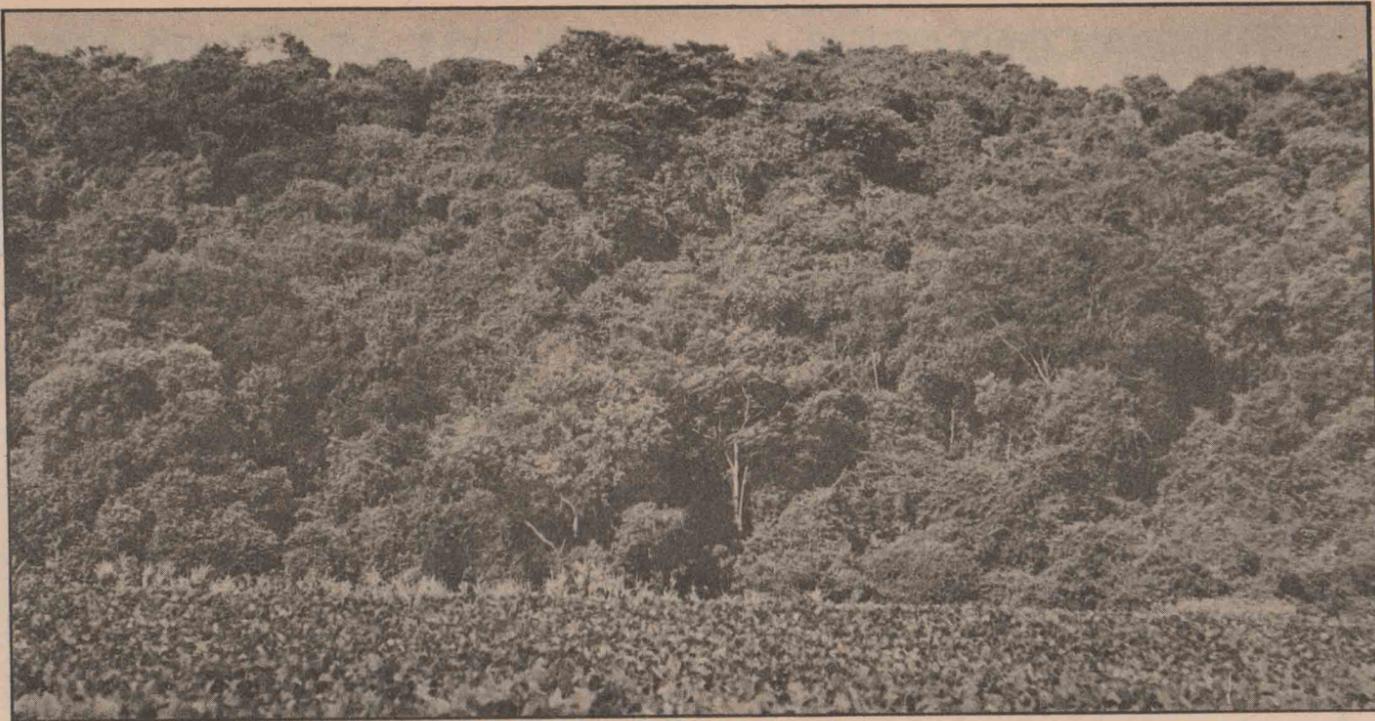
Assim que iniciar o amarelecimento e a queda das folhas da soja, na fase da maturação, não é mais necessário aplicar inseticida, mesmo existindo pragas na lavoura.

Não use defensivos de alta toxicidade. De nada adianta fazer o manejo de pragas se for aplicado um inseticida muito forte, pois ele também provocará a morte dos inimigos naturais das pragas.

MENOS DE 4 PERCEVEJOS POR AMOSTRAGEM

NÃO APLIQUE

Nas lavouras destinadas à produção de semente recomenda-se a aplicação de inseticidas assim que forem encontrados 2 percevejos com mais de meio centímetro por amostragem, pulverizando apenas os talhões infestados.



O VALOR DO MATO

Talvez nem todos se lembrem, mas desse chão brotava muito louro, muito cedro, cabriúva, timbaúva . . . Árvores lindas, de madeira boa e sombra gostosa.

Quanto piá, por esse interior afora, subiu em árvore prá comer guabiroba, sete-capotes, ingá e araticum. E que alegria as pitangueiras, dobrando os galhos verdes prá despejar frutinhas vermelhas na boca da criançada. E a erva-mate, então? Muita gente fazia a sua erva em casa e tinha chimarrão de primeira que o compadre sempre elogiava.

"Erva-mate é filha única de mãe viúva; se no Sul não se zelar por ela, ninguém o fará", disse uma vez o Paulo Machado Campos, delegado estadual do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal).

Ele falou isso quando pediu para o presidente do IBDF, Carlos Neves Galluf, para dar ao reflorestamento com erva-mate o mesmo tratamento dado ao reflorestamento com frutíferas, ou seja, uma área mínima de apenas 50 hectares ao invés dos 200 hectares para poder ter acesso aos incentivos fiscais.

Realmente a erva-mate anda escassa e quem gosta de um bom chimarrão está pagando muito dinheiro. É só pensar que no início de 1979 o quilo de erva industrializada

estava valendo de 15 a 20 cruzeiros e agora já custa de 60 a 80 cruzeiros. Por isso muita gente está pensando seriamente em ter ervais.

Mas, como diz o Nilo Rubem Leal da Silva, engenheiro florestal da Cotrijuí, "existe bastante dificuldade em produzir a muda, porque a germinação da semente não é fácil. Tem a casca dura e embrião dormente. Para quebrar esta dormência da semente, leva em torno de seis meses".

Após o quarto ano de plantio, se faz a poda de formação da erva-mate, já se aproveitando as folhas. Depois, de três em três anos, quando acontece a época de maturação, se pode fazer novas colheitas. Muitas vezes quando a gente compra uma erva fraca, sem gosto, pode ser que foi feita com folhas colhidas antes do tempo.

Getúlio Vargas, Palmeira das Missões, Carazinho, Ajuricaba, entre outros, ainda contam com bons ervais, enquanto que a maioria dos municípios do Planalto Médio, Alto Uruguai e Missões, que antes produziam bem, hoje estão praticamente devastados. Aliás, em termos de desmatamento, estas regiões são consideradas as mais atingidas do Rio Grande do Sul.

O FIM DO MATO

Se fosse apenas erva-mate, até que não seria tão grande o proble-

ma. Acontece, porém, que quase todo o mato natural que existia por aqui está desaparecendo. A madeira de lei, madeira nobre como o cedro, o louro, grápia, angico, cabriúva, canafístula, caroba, canjerana, guajuvira e o nosso pinheiro (araucária) praticamente sumiram. As poucas árvores que sobram são lembranças isoladas do verde que pintava grandes áreas do nosso Estado.

Segundo informações da Associação Sulriograndense de Reflorestadores, calcula-se que no Rio Grande do Sul ainda existam 478 mil hectares de matas (grande parte não é natural, são eucaliptos e pinus). Mas são abatidos, por ano, perto de 31 mil hectares, ou seja, mais de 6 milhões de metros cúbicos de madeira. Sabendo-se que anualmente são reflorestados uns 17 mil hectares, dá para se notar que em cada ano ocorre um déficit de 14 mil hectares. Portanto, as áreas desmatadas vão aumentando.

O mais triste nesta história, é que vão aumentando também os problemas do nosso solo. Com a falta de uma cobertura vegetal, a camada fértil do solo é carregada pelas chuvas e vai acabar no fundo dos rios. É aquilo que a gente conhece como erosão.

POLÍTICA INDEFINIDA

Na verdade, estas coisas impressionam, não apenas no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil. O desmatamento é um problema nacional que se torna cada dia mais grave. O próprio presidente do IBDF falou certa vez:

"Falta uma política claramente definida para o reflorestamento".
O Instituto Brasileiro de De-

senvolvimento Florestal sofreu um corte de 2 bilhões de cruzeiros no orçamento inicial para 1979. Foi reduzida a participação das Regiões Sul e Sudeste, sendo aumentado o percentual do Nordeste e Centro-Oeste.

As novas regras do IBDF estão levando em conta as três prioridades do Governo Figueiredo: maior apoio para o Nordeste; esforço na busca de alternativas energéticas (eucalipto para a produção de etanol), e produção de alimentos. Com relação à produção de alimentos, existem incentivos para quem plantar arroz, feijão e milho, principalmente, em pelo menos 30 por cento da área do projeto de florestamento ou reflorestamento.

Uma vez o Banco do Brasil já tentou adotar medida semelhante como condição para liberação do financiamento de custeio da soja. Mas não deu certo e a idéia foi abandonada.

Os políticos em geral têm se mostrado muito preocupados com o problema do desmatamento, assim como também se preocupam com a poluição, erosão, fome, etc... Num discurso pronunciado em abril de 1979, na abertura do V Encontro Nacional de Reflorestadores, em Canela, o Governador do Estado, Amaral de Souza, falou nos objetivos que seriam perseguidos no seu governo. Por exemplo: reflorestar as margens dos rios e barragens; promover o reflorestamento para a recuperação dos solos estéreis; dinamizar o programa de reflorestamento das margens de rodovias; promover o reflorestamento com fins ecológicos e econômicos, e ainda promover o reflorestamento à nível de propriedade.



Nilo: preferência por nativas



A erva-mate

OS 200 HECTARES

Uma velha reivindicação dos reflorestadores era reduzir de mil para 200 hectares a área mínima de plantio para os projetos de reflorestamento ou florestamento com os benefícios de incentivos fiscais.

Um estudo realizado junto aos projetos aprovados nos anos de 1977 e 1978, provou que muitos reuniram títulos de propriedades para alcançar a área mínima exigida. Acontece que aqui no Sul praticamente não existem áreas de mil hectares disponíveis para encher de árvores. Por causa disso, muitas empresas daqui estavam investindo em outras regiões, para poderem aproveitar os incentivos fiscais oferecidos pelo Governo.

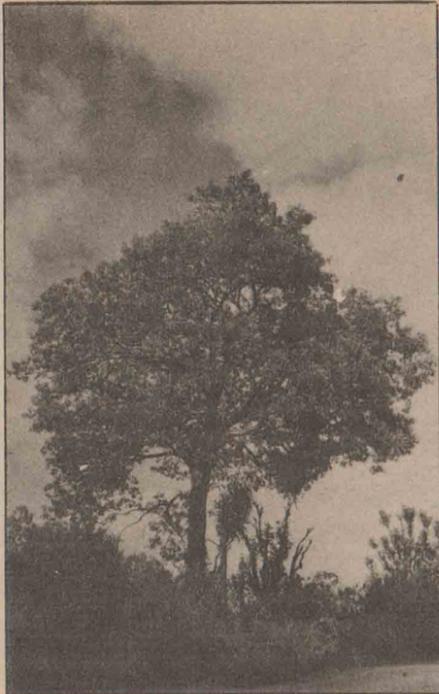
O novo Decreto (nº 84.097) foi assinado em outubro de 1979 pelo Presidente da República fixando em 200 hectares a área mínima de plantio para os projetos que pretendam beneficiar-se com os incentivos fiscais dispostos em decreto-lei de dezembro de 1974.

No I Encontro Florestal das Missões, realizado em dezembro último, na cidade de Santo Ângelo, foi solicitado ao presidente do IBDF que os 200 hectares que recebem recursos de incentivos fiscais pudessem ser divididos em 8 a 10 áreas num raio de 100 quilômetros. Dessa maneira, vários agricultores poderiam se reunir e fazer um único projeto, mesmo com áreas separadas.

Também nesse Encontro foi solicitada a ampliação do Distrito Florestal para todo o Estado do Rio Grande do Sul. Acontece que agora apenas uma parte do Estado é beneficiada com os incentivos (mais ou menos da metade do Estado em direção ao litoral).

A NATIVA É MELHOR

No Rio Grande do Sul, conforme dados da Associação Sulriograndense de Reflorestadores, existem mais de 10 milhões de hectares dis-



O louro

poníveis nos 232 municípios. São terras consideradas pouco produtivas e, portanto, apropriadas para uma cobertura vegetal com árvores nativas ou mesmo com eucaliptos.

A Região Pioneira da área de ação da Cotrijuí era uma região onde árvores como o louro, o cedro, o angico, enfim as madeiras de lei existiam em grande quantidade, principalmente por causa dos muitos rios que cortam esta área, fazendo parte da bacia do rio Uruguai.

Estas árvores atualmente são difíceis de encontrar e nos projetos de reflorestamento aparecem quase sempre o eucalipto e o pinheiro americano (pinus). Diz o Nilo Leal da Silva:

"O eucalipto, ainda se justifica, pois tem um aproveitamento econômico. Agora, o pinus, real-

mente não é aproveitado. Poderia ser vendido para as indústrias de papel, mas pagar o transporte não compensa, já que essas empresas ficam, em sua maioria, nos grandes centros do país".

Atualmente a orientação dada pela Cotrijuí para a proteção permanente do solo é de se usar ao máximo as espécies nativas. Também são sugeridas as frutíferas nativas, como: pitangueira, sete-capotes, ingá, amoreira, guabijú, guabiroba, cerejeira, araticum, uva-do-japão e outras, principalmente ao longo dos cursos de rios e nas beiradas dos açudes.

SELEÇÃO DE ÁREAS

A Cooperativa, através de fotografias aéreas, já selecionou as áreas conforme a capacidade de uso do solo. É o Nilo que diz:

"A gente faz a seleção de áreas nas fotografias e depois elabora o mapa com a delimitação das áreas próprias para o reflorestamento. A gente leva em conta os solos ao longo dos cursos d'água, onde é obrigatório o plantio de árvores para a preservação da qualidade da água. Também se considera a inclinação do terreno, para evitar a erosão, e ainda a recuperação dos solos (vossorocas e pedregosidade). Numa área com muita pedra, deve ser plantado erva-mate ou eucalipto".

Ao contrário do que muita gente pensa, "o eucalipto não esgota o solo", explica o engenheiro florestal, "mas recupera, porque retira nutrientes das camadas mais profundas do solo, adicionando matéria orgânica (folhas, cascas, frutos,

galhos) nas camadas superficiais".

De acordo com a propriedade, é possível se preparar projetos diferentes. Se um agricultor tem criação de peixes, será orientado no sentido de plantar as nativas frutíferas. Se for o caso de um apicultor, deverá plantar espécies melíferas, visando renovar e reconstituir com uma cobertura florestal o solo da região, conseguindo assim um ambiente natural satisfatório para a abelha produzir mel.

SEMENTES PRÓPRIAS

O projeto da Cotrijuí, que recém está sendo implantado, pretende ainda estimular os associados a produzirem suas próprias mudas ao invés de comprá-las. Por isso o Departamento Técnico está instruindo sobre a época de maturação de sementes, como fazer os viveiros, etc...

O importante é fazer com que todos sintam a importância do reflorestamento, mesmo em propriedades pequenas, onde pode ser feito em áreas improdutivas, nas divisas da propriedade, ao longo dos rios e estradas, enfim onde não se pode fazer lavoura. "Uma boa cobertura florestal", conforme falou o Hélio Ito Pohlmann, agrônomo da Cotrijuí, "além do aspecto de ecologia, tem a vantagem do aproveitamento da madeira. Por exemplo, um matto de eucalipto, pode ser utilizado em 4 ou 5 anos".

Mesmo que essa madeira não seja comercializada, ela tem uma grande importância na economia familiar, como lenha para cozinhar, forno e o madeiramento necessário às pequenas construções e cercas.

É preciso plantar

— O que adianta plantar soja até a beira do rio se depois a água lava tudo?

Foi o que perguntou o Armindo Reinoldo Deckert, que tem 36 anos, mora em Vila Mauá, interior de Ijuí. Ele planta 48 hectares em Bom Sucesso, no município de Catuípe e há dois anos está se preocupando com o problema de reflorestamento.

— É preciso a gente plantar árvores. Vamos ter que fazer o pessoal plantar. Prá que deixar esses cantos aí de banhado criando cobra? Onde está virando barroca tem que plantar árvores também. Todo mundo tem que ter essa preocupação.

O seu Armindo comprou mudas na Cotrijuí e plantou 2.500 eucaliptos numa várzea, "mas morreram uns quantos. As mudas vieram misturadas e uma parte era uma variedade que não era apropriada pra esse banhado, que no inverno fica muito molhado e muito frio".

Agora ele já está produzindo mudas próprias e tem em casa um viveiro de mais ou menos umas 30 caixas, de eucalipto e canafístula. É só para reflorestar suas terras porque "dá muito trabalho, por isso não faço pra vender. Nem tenho



tempo".

Quem o ajuda é o filho Gerson, de 12 anos. Acompanha o pai muito entusiasmado e também sabe das coisas.

Mas as variedades de eucalipto que deram bem no banhado foram o "robusta" e o "viminalis". Este último não é muito conhecido e segundo o seu Armindo "tem jeito de aguentar bem. Seria bom juntar mais semente, porque é o que tá se apresentando mais resistente".

Além do eucalipto, na beira de um resto de mata nativa, ele plantou uns 100 pés de ipê e guajuvira, além de frutíferas como cerejeira e pitangueira.

Plantar árvores exige um certo trabalho e muita dedicação. "A gente tem que sempre dar uma olhada nas mudas. Veja esse matto, é tudo árvore torta, sem valor, uma capoeira. O que tinha de madeira boa foi tirada. Por isso a gente tem que plantar de novo, pra valorizar e garantir madeira que preste pra daqui uns anos".

ISSO SIM É SECA

Quarenta dias sem chover pra nós já é seca das braba. Agora, imaginem 6, 12 ou até 18 meses sem chuva. E faz muito que acontece isso lá no Nordeste. Desaparecem os rios e os açudes, as plantas morrem e o gado vai caindo aos poucos diante dos olhos dos homens que nada podem fazer. Homens, mulheres e crianças fugindo. Pra onde? Nem eles sabem.

"Não é fácil presenciar o boi morrer de sede, cair mugindo porque não tem água para beber", disse um agricultor lá de Pernambuco.

É que lá, no Nordeste do Brasil, está acontecendo uma época de seca das piores que a região já viveu. Segundo conta o jornal PONTEIRO, editado pela Assocene (Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste), já são mais de 500 mil flagelados que estão se alistando nas frentes de trabalho que o governo está fazendo. Gente que chega de lugares onde não tem mais nada para comer e nem água para beber. Carregam nas costas os trastes que sobraram e que vão levando Deus sabe pra onde.

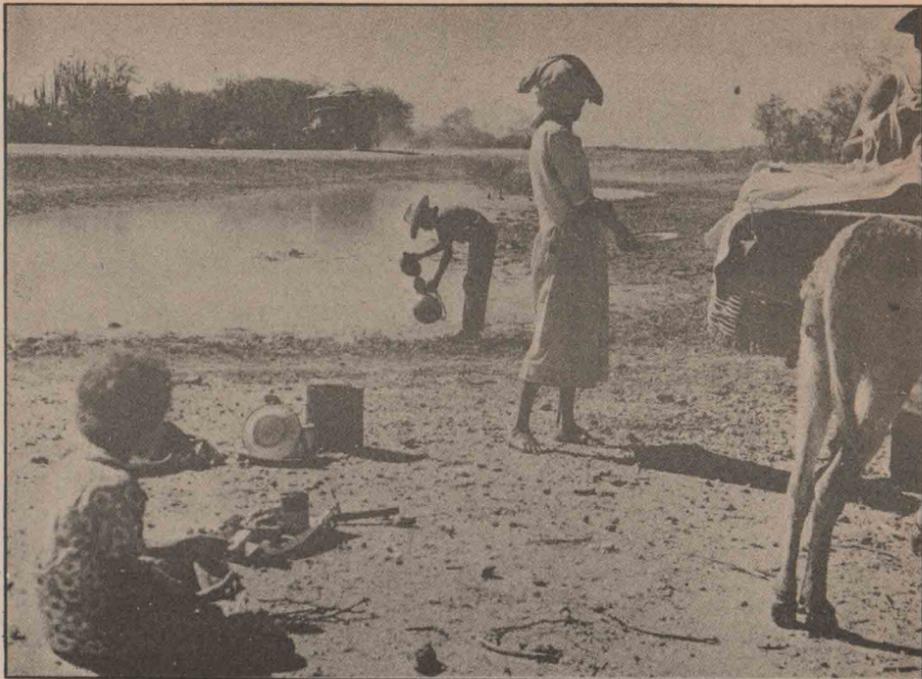
"A água acabou, os pastos secaram. Não cai uma gota d'água. Os sertanejos já não encontram mais trabalho nas fazendas. São mandados embora porque a terra não produz mais nada que alimente os homens e animais. Sem emprego,

sem comer, sem água, os homens caminham pelas estradas, tristes e acabrunhados", conta no jornal.

A FOME É MUITA

O problema da seca no Nordeste não é de hoje. Há muito tempo acontece. Grande parte dos rios são temporários, secando quando faltam as chuvas. Os municípios são pobres em sua maioria, não contando nem com um caminhão pra distribuir água. É isso mesmo. Porque lá a falta de água é tão grande que caminhões e animais transportam água. E quando são particulares que trazem a água, ela é vendida.

"Carroças puxadas por jumentos magros ou carros-de-bois cantam pelos seus cocões, transportando água para vender. Água esta que parece lama. É tirada dos charcos, pequenos açudes, onde bebem animais e pessoas, difícil de distinguir se é água pura ou uma mistura com urina de gado e outros animais".



No Nordeste muitos rios são temporários.

Mais de 500 municípios do Nordeste estão sob estado de emergência e calcula-se em mais de 9 milhões de pessoas atingidas pela seca. Homens, mulheres e crianças caminham pelas beiras das estradas, buscando as vilas e cidades. Aí se amontoam pelas portas das casas, bares, hotéis, pedindo um prato de comida. O próprio suplente de delegado de polícia de uma cidade pernambucana, Brejinho, disse para o pessoal do jornal:

"É lamentável a fome que o povo vem sofrendo, além do abandono a que todos estão relegados. Se eu não fosse autoridade, me juntaria a esse povo faminto e invadiria a feira livre de Brejinho. O povo está caminhando prá isso. Ninguém brinca com a fome alheia. E aqui a fome é muita".

O ÊXODO RURAL

Muitos dos que fogem da seca, nunca mais voltam para o campo. Ficam nas cidades, aumentando a população marginalizada. É que um outro problema grave daquele povo é a terra. Poucos são os donos e grandes os latifúndios. Os açudes que existem na região pertencem aos grandes proprietários que exploram mal as terras e empregam pouca gente. E quando empregam, pagam mal. Vem a seca, termina o trabalho e lá se vai prá estrada o trabalhador rural e toda a sua família. Na maioria das vezes, mendigar prá pelo menos viver mais uns tempos.

O governo sabe disso e sempre promete tomar decisões que resolvam o problema. Mas até agora "falar na miséria do Nordeste, dá votos aos políticos, aplausos nas conferências, manchetes nos jornais e até cargos importantes no poder público. Já se tornou até folclórico falar sobre a pobreza e a miséria desta região brasileira".

Até o ex-ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter, falou que "o que se deseja, antes que seja tarde, é levar para o Nordeste a justiça social e dar-lhe participação condigna

no usufruto dos bens da sociedade industrial". Acontece que ninguém mais está acreditando nas promessas. E reforma agrária, até em promessa já está esquecida.

E VEM MAIS SECA

Disse um deputado arenista da Assembléia Legislativa de Pernambuco que em 79 anos de seca o Governo não gastou no Nordeste o que gastou até agora com a hidrelétrica de Itaipu (no rio Paraná).

Mas o que é mais triste nesta história da seca do Nordeste é que existe um trabalho feito pelo Centro Técnico Aeroespacial do Ministério da Aeronáutica que está prevendo um período de seca de 6 anos para a região.

O estudo, que é considerado um dos mais sérios e importantes feitos até hoje, diz que as probabilidades de repetição de seca nos próximos anos são muito grandes. O documento que tem como título "Prognóstico de Período de Seca para o Nordeste Brasileiro", foi divulgado em fins de dezembro de 1978 e considera possível uma seca que se estenderá de 1979 a 1985.

Como aconteceu em outros anos, muitas cidades têm medo de serem invadidas por toda aquela gente faminta. Alguns municípios estão tentando esquemas de segurança como fez por exemplo o prefeito de Jatauba, uma cidade que fica a 230 quilômetros do Recife, que chamou reforços policiais.

Na maior parte do sertão nordestino chove no período de outubro a março. Deveria estar chovendo nesta época, mas, até agora, ocorreram chuvas apenas no sul do Piauí e em alguns lugares da Bahia. Deu prá salvar as lavouras, mas não para encher os açudes e abastecer de água a população. Já no verão de 78/79 as chuvas foram poucas. E desde lá as coisas têm piorado cada vez mais.

Onde ainda não choveu neste ano, o algodão, o feijão e o milho estão perdidos.



Depois de 7 meses de seca, mais de 500 municípios nordestinos estão em estado de emergência. Pode-se ver no mapa do Brasil acima, os Estados atingidos (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Sergipe).

ESCOLHA COMO VENDER SUA SOJA



No momento de entregar o produto na Cooperativa, você diz se quer:

1 – Entregar o produto a COTRIJUI com direito a adiantamento por conta, para receber o PREÇO MÉDIO obtido pela Cooperativa em sua comercialização, ou

2 – Depositar a soja na COTRIJUI, sem direito a qualquer adiantamento, para liquidá-la ao PREÇO DO DIA ou comercializá-la livremente fora da Cooperativa, ou, ainda,

3 – Entregar seu produto a COTRIJUI mediante um preço previamente fixado, optando por cotações em meses futuros, (maio, junho, julho, etc) configurando a modalidade SOJA FUTURO.

No primeiro caso, o associado se beneficia da experiência adquirida pela Cooperativa na comercialização da soja e de seu conhecimento de mercado.

No segundo caso, o associado comercializará livremente sua produção.

No terceiro caso, o associado poderá optar pela comercialização de um percentual da safra prevista, mesmo antes da

colheita, mediante assinatura de contrato com a Cooperativa, para liquidação em maio, junho, julho, agosto, setembro, etc.

Se você já se beneficiou dessa modalidade e, após cumprida a entrega total à Cooperativa do produto assim contratado desejar fazer novas comercializações para recebimento futuro, poderá fazê-lo em qualquer quantidade, desde que a soja da nova comercialização já tenha sido entregue em qualquer armazém da Cooperativa.

Para tanto bastará a assinatura de novo contrato indicando o volume e o mês da opção para a liquidação.

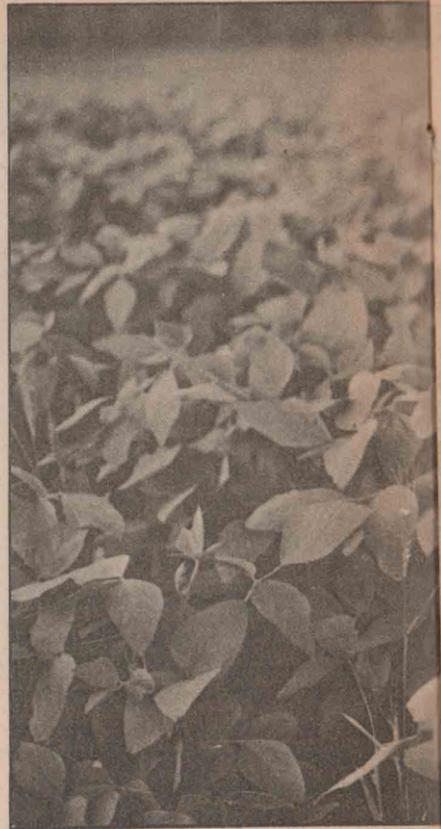
Claro que você pode usar as três modalidades, entregando parte da produção a PREÇO MÉDIO, parte a SOJA DEPÓSITO e parte SOJA FUTURO.

Mas sua escolha feita na entrega do PRODUTO é definitiva e não poderá ser modificada.

É importante:

Todo produto entregue na COTRIJUI, APÓS O DIA 10 DE JUNHO, será considerado soja em DEPÓSITO.

O QUE RESOLVEU O CONSELHO



Resolução aprovada em reunião do Conselho de Administração em 4 de fevereiro de 1974, 27 de janeiro de 1975, 15 de março de 1976, 17 de janeiro de 1977, 9 de janeiro de 1978, 19 de março de 1979 e 15 de outubro de 1979.

1 - Se no momento da entrega nada constar na Nota Fiscal de Produtor e ainda estiver dentro do prazo determinado pela presente resolução, a soja será considerada na modalidade de PREÇO MÉDIO.

2 - SOJA PREÇO MÉDIO - COMERCIALIZAÇÃO PELA COOPERATIVA. É a modalidade que vem sendo usada nas últimas safras e consiste:

2.1. - Na entrega da soja com direito a receber o adiantamento por conta do produto entregue;

2.1.1. - Considera-se como "Adiantamentos", vinculando, obrigatoriamente, produto na modalidade de PREÇO MÉDIO, os seguintes:

2.1.2. - Adiantamentos em dinheiro, concedidos diretamente ao associado, em qualquer dos escritórios da Cooperativa mediante a assinatura do recibo especial;

2.1.3. - Pagamentos realizados a companhias de aviação aérea, por serviços prestados em pulverização na (s) lavoura (s) do (s) associado (s), mediante solicitação e autorização deste (s), independente de sua assinatura no recibo especial;

2.1.4 - Recolhimentos efetuados ao Banco do Brasil S/A ou a qualquer outro Banco, quando solici-

tados por esses, para cobertura de débitos de responsabilidade do associado, independente de sua assinatura em qualquer autorização especial.

2.2. - No ressarcimento à Cooperativa através de débito em conta corrente do associado, da despesa financeira que incidir sobre o adiantamento retirado, que é calculada considerando o valor e o tempo decorrido desde o recebimento do adiantamento até a data da liquidação da safra pela Cooperativa.

2.3. - No recebimento do preço médio apurado pela comercialização efetuada pela Cooperativa.

3 - SOJA EM DEPÓSITO - LIVRE COMERCIALIZAÇÃO. A presente modalidade consiste:

3.1. - Na entrega da soja sem direito a adiantamento de qualquer espécie;

3.2. - A soja assim comercializada poderá ser liquidada ao PREÇO DO DIA, desde o dia de sua entrega;

3.3. - O associado que não julgar conveniente o valor do preço do dia oferecido pela Cooperativa, no momento em que desejar efetuar a liquidação da soja depositada, fica autorizado a efetuar a comercialização fora da Cooperativa, INDENIZANDO-A por despesas de recebimento, limpeza, armazenagem, embarque e capitalização, conforme tarifa anexa, que será atualizada por ocasião de cada safra e procedendo da seguinte maneira:

3.3.1. - Comunicando POR ESCRITO à Cooperativa, que sua soja

foi comercializada com tal firma, preenchendo o documento próprio para esta finalidade, a ser fornecido pela Cooperativa;

3.3.2. - A Cooperativa se responsabilizará pela entrega da soja nos armazéns em que a mesma estiver depositada, cobrando as despesas constantes no item 6.3. da presente resolução.

4 - TARIFAS PARA SOJA ENTREGUE PELOS ASSOCIADOS, PARA SER COMERCIALIZADA PELA MODALIDADE SOJA DEPÓSITO, QUANDO VENDIDA A TERCEIROS SAFRA 1979:

4.1. - RECEBIMENTO, SECA- GEM, LIMPEZA, ARMAZENAGEM e EMBARQUE:

4.1.1. - Pelo período compreendido desde a data da entrega da soja à Cooperativa pelo associado até 30.09.79, a tarifa única e indivisível de Cr\$ 224,00 (duzentos e vinte e quatro cruzeiros) por tonelada métrica (1.000 kg).

4.1.2. - Após 30.09.79, além da tarifa supra, acrescentar:

a) Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros) por tonelada por quinzena ou fração;
b) Desconto físico de 0,15% (quinze décimos por cento) por quinzena ou fração correspondente à quebra técnica.

4.2. - CAPITALIZAÇÃO

Haverá capitalização de acordo com os percentuais em vigor em cada região, incidente sobre o valor do produto retirado, calculado pelo preço do dia da Cooperativa na data da

elaboração dos documentos de que trata o item 6.3.1.

5 - MODALIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO DE SOJA FUTURO:

A presente modalidade consiste em:

5.1. - O associado terá duas opções para liquidar sua safra na modalidade "SOJA FUTURO", ou seja:

5.1.1. - PRIMEIRA OPÇÃO: Nesta primeira opção o associado poderá comercializar sua safra de soja mesmo antes do plantio dentro das seguintes condições:

a) Os associados poderão comercializar na modalidade "SOJA FUTURO" até o limite de 540 quilos por hectare, com base no seu contrato de financiamento ou o limite de 30% sobre a maior entrega na CO-TRIUI nas safras 1977, 1978 ou 1979;

b) Associados que ingressaram no quadro social após a comercializa-

MODELO 1

NOTA FISCAL DE PRODUTOR Nº 483030 1ª VIA NC-010
DESTINATÁRIO DA MERCADORIA

Nome: _____
Endereço: _____
Município: _____ Estado: _____
Inscr. no C.G.C.(M.F.): _____ Inscr. Estadual: _____

Unid. data	Quantidade	Peso Líquido	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS ESPECIFICAÇÃO	PREÇO unitário	Total
PREÇO MÉDIO					

DESPESAS ACESSÓRIAS POR CONTA DO DESTINATÁRIO:
Frete Cr\$ _____
Seguro Cr\$ _____
Total Cr\$ _____

VALOR TOTAL DA NOTA Cr\$ _____
IMP. DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS já incluído no preço Cr\$ _____
(Calculado pela alíquota de _____ %)

SAÍDA DOS PRODUTOS: _____
REMETENTE DA MERCADORIA

Data de emissão: _____
Inscrição Estadual: _____
Nome: _____
Endereço: _____
Município: _____
Estado do RIO GRANDE DO SUL

C.G.C.: _____
Cód.: _____

ATENÇÃO: Esta Nota só pode ser emitida até: 618887

Nome do Transportador: _____
Endereço: _____
Placas do veículo: _____

Marca	Número	Quantidade	Características dos Volumes Espécie	Peso Bruto	Peso Líq.

CORAG - Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas - Rua Cel. Aparício Borges, 2.199 - Inscr. Est. 096/0511008 - C.G.C. 87.161.501/0001-38 - 100.000 ds. 4x10 - 000.001 a 999.999 - 4/78 - Aut. p/Imp. Nº 096/2.000/78

MODELO 2

NOTA FISCAL DE PRODUTOR Nº 483030 1ª VIA NC-010
DESTINATÁRIO DA MERCADORIA

Nome: _____
Endereço: _____
Município: _____ Estado: _____
Inscr. no C.G.C.(M.F.): _____ Inscr. Estadual: _____

Unid. data	Quantidade	Peso Líquido	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS ESPECIFICAÇÃO	PREÇO unitário	Total
SOJA DEPÓSITO					

DESPESAS ACESSÓRIAS POR CONTA DO DESTINATÁRIO:
Frete Cr\$ _____
Seguro Cr\$ _____
Total Cr\$ _____

VALOR TOTAL DA NOTA Cr\$ _____
IMP. DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS já incluído no preço Cr\$ _____
(Calculado pela alíquota de _____ %)

SAÍDA DOS PRODUTOS: _____
REMETENTE DA MERCADORIA

Data de emissão: _____
Inscrição Estadual: _____
Nome: _____
Endereço: _____
Município: _____
Estado do RIO GRANDE DO SUL

C.G.C.: _____
Cód.: _____

ATENÇÃO: Esta Nota só pode ser emitida até: 618887

Nome do Transportador: _____
Endereço: _____
Placas do veículo: _____

Marca	Número	Quantidade	Características dos Volumes Espécie	Peso Bruto	Peso Líq.

CORAG - Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas - Rua Cel. Aparício Borges, 2.199 - Inscr. Est. 096/0511008 - C.G.C. 87.161.501/0001-38 - 100.000 ds. 4x10 - 000.001 a 999.999 - 4/78 - Aut. p/Imp. Nº 096/2.000/78

MODELO 3

NOTA FISCAL DE PRODUTOR Nº 483030 1ª VIA NC-010
DESTINATÁRIO DA MERCADORIA

Nome: _____
Endereço: _____
Município: _____ Estado: _____
Inscr. no C.G.C.(M.F.): _____ Inscr. Estadual: _____

Unid. data	Quantidade	Peso Líquido	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS ESPECIFICAÇÃO	PREÇO unitário	Total
SOJA FUTURO					

DESPESAS ACESSÓRIAS POR CONTA DO DESTINATÁRIO:
Frete Cr\$ _____
Seguro Cr\$ _____
Total Cr\$ _____

VALOR TOTAL DA NOTA Cr\$ _____
IMP. DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS já incluído no preço Cr\$ _____
(Calculado pela alíquota de _____ %)

SAÍDA DOS PRODUTOS: _____
REMETENTE DA MERCADORIA

Data de emissão: _____
Inscrição Estadual: _____
Nome: _____
Endereço: _____
Município: _____
Estado do RIO GRANDE DO SUL

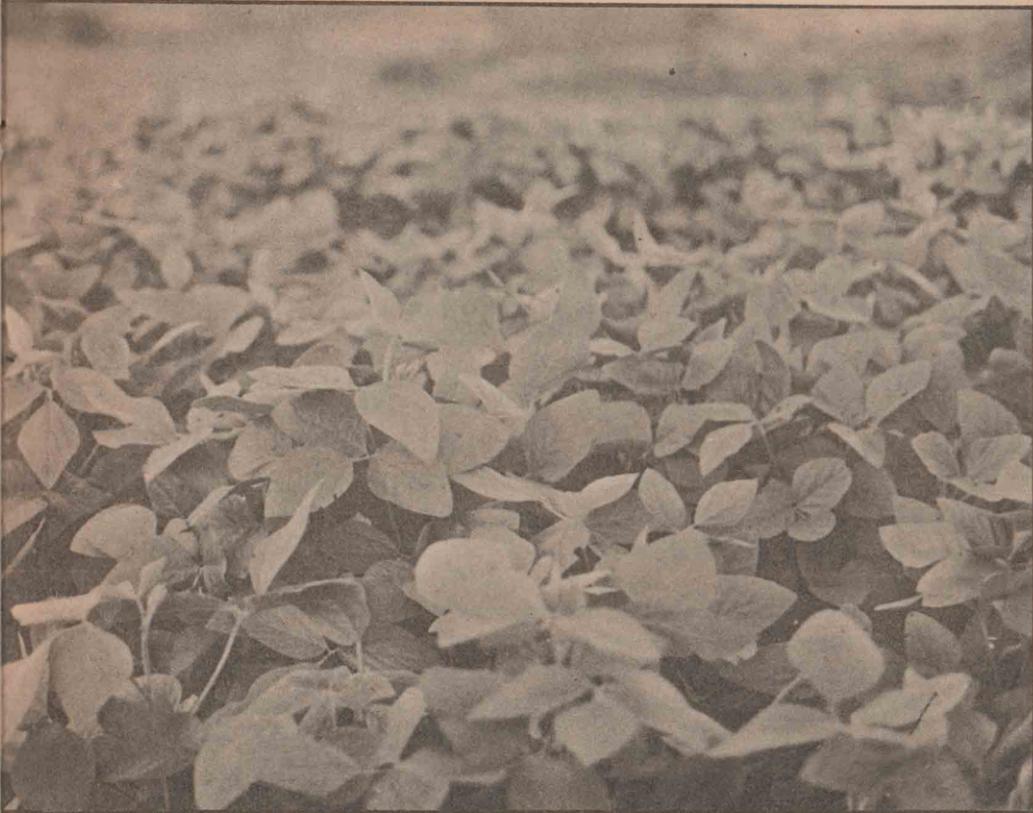
C.G.C.: _____
Cód.: _____

ATENÇÃO: Esta Nota só pode ser emitida até: 618887

Nome do Transportador: _____
Endereço: _____
Placas do veículo: _____

Marca	Número	Quantidade	Características dos Volumes Espécie	Peso Bruto	Peso Líq.

CORAG - Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas - Rua Cel. Aparício Borges, 2.199 - Inscr. Est. 096/0511008 - C.G.C. 87.161.501/0001-38 - 100.000 ds. 4x10 - 000.001 a 999.999 - 4/78 - Aut. p/Imp. Nº 096/2.000/78



A soja nem foi colhida, mas já é bom ir pensando o que fazer com ela.

ção da safra de 1979, ou que ainda não comercializaram soja através da COTRIJUI, deverão comprovar sua estimativa de produção mediante a apresentação de cópia do contrato de financiamento bancário e/ou repasse Cotrijuí;

5.1.2. — SEGUNDA OPÇÃO: O associado que já tenha entregue sua soja na modalidade "SOJA DEPÓSITO", poderá optar pela comercialização de "SOJA FUTURO", bastando para isso firmar com a Cooperativa para o mês desejado, um contrato de comercialização;

5.1.2.1. — A possibilidade prevista no item anterior fica vedada ao associado que tendo assinado um contrato de "SOJA FUTURO" não o tenha ainda cumprido;

5.1.2.2. — O associado não poderá liquidar "SOJA DEPÓSITO" ao preço do dia, sem antes haver entregue seu produto comprometido com contrato de "SOJA FUTURO";

5.1.2.3. — Cumprido (s) o (s) contrato (s) vigente (s) poderá o associado firmar novos contratos de "SOJA FUTURO", baseado em sua estimativa de colheita;

5.2. — DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.2.1. — O prazo máximo para a entrega da soja à COTRIJUI, comercializado na modalidade "SOJA FUTURO" será, impreterivelmente, até o dia 22 de maio de 1980, seja qual for o mês da opção.

5.2.2. — Com 15 (quinze) dias de antecedência a COTRIJUI avisará seu quadro social a data de encerramento da comercialização do "SOJA FUTURO".

5.2.3. — A Cotrijuí divulgará diariamente os preços da soja para os meses futuros.

5.2.4. — Para evitar transtornos com acúmulo de liquidações em um mesmo dia, a Cooperativa estipulará no contrato a data do respectivo pagamento.

IMPORTANTE:

a) Todo o associado que efetuar contrato de comercialização na modalidade "SOJA FUTURO" deverá entregar seu produto fazendo constar na Nota Fiscal de Produtor "SOJA FUTURO";

b) Eventuais excessos de entregas de SOJA na modalidade "SOJA FUTURO" reverterão automaticamente para a modalidade "SOJA DEPÓSITO";

c) As eventuais faltas para cobertura de contratos "SOJA FUTURO" serão revertidas, prioritariamente,

te de "SOJA DEPÓSITO" e caso ainda não dê cobertura integral, será revertida de "SOJA PREÇO MÉDIO";

d) Se a soja entregue para cumprimento de contrato SOJA FUTURO for produto semente, além do preço estipulado no contrato, o associado fará jus à bonificação que for estipulada pela Cooperativa.

6 — As quantidades de soja entregues para semente na modalidade SOJA EM DEPÓSITO somente poderão ser comercializadas com terceiros sob a forma de SOJA COMÉRCIO, com direito a bonificação.

LOCAIS DE ENTREGA DO PRODUTO:

AJURICABA AUGUSTO PESTANA CORONEL BICACO CHIAPETTA DOM PEDRITO ESQUINA UMBU IJUI	SANTO AUGUSTO TENENTE PORTELA VILA JÓIA DOURADOS MARACAJU SIDROLÂNDIA RIO BRILHANTE
--	---

7 — ENTREGA EM OUTRAS COOPERATIVAS:

Associados que tiverem lavouras próximas a armazéns das cooperativas:

COTRICRUZ — Cruz Alta COTRIPAL — Panambi COOPERA — Carazinho CAMIL — Itaqui COOPATRIGO — São Luiz Gonzaga	COTRISA — Santo Ângelo COOPASSO — Passo Fundo COTRIROSA — Santa Rosa COTAP — Giruá COTRIMAIO — Três de Maio AGROPAN — Tupanciretã
---	--

poderão efetuar as entregas em nome da Cotrijuí em quaisquer armazéns das Cooperativas acima e nas mesmas condições e modalidades já descritas. Para tanto basta preencher a sua nota fiscal de produtor endereçada normalmente à Cotrijuí, porém mencionando no corpo da nota o nome da Cooperativa recebedora e endereço do armazém, conforme modelo "4".

O associado deverá se informar com a Gerência da Unidade onde deseja entregar o produto, os números de inscrições, CGC e endereço para

emissão da nota fiscal de produtor. As notas de entrada e acertos desse produto serão feitos na Unidade Cotrijuí de sua jurisdição.

OBSERVAÇÕES

Esta opção só é válida para produto indústria.

Caso sua lavoura esteja localizada próxima a armazéns de Cooperativa não relacionada acima e deseje entregar seu produto neste local em nome da Cotrijuí, consulte a Gerência Cotrijuí da Unidade de sua jurisdição.

DELO 4

NOTA FISCAL DE PRODUTOR Nº 483030 1ª VIA NC-410
DESTINATÁRIO DA MERCADORIA

Nome: COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA — COTRIJUI
Endereço: AV. PORTO ALEGRE, 995
Município: IJUI Estado: RS.
C.P. no C.G.C. (M.F.): 90726506/0016-51 Inscr. Estadual: 065/0018567

Qtde	Peso Líquido	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	
			Unitário	Total
C 100		SOJA		A RENDIMENTO

LOCAL DE ENTREGA: COOPERATIVA TAL LTDA.
RUA TAL Nº — MUNICÍPIO: —
CGC ICM Nº —
CGC MF Nº —
MODALIDADE: PREÇO MÉDIO OU DEPÓSITO OU SOJA FUTURO

DESPESAS ACESSÓRIAS POR CONTA DO DESTINATÁRIO:
Frete Cr\$
Seguro Cr\$
Total Cr\$

VALOR TOTAL DA NOTA Cr\$
IMP. DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS já incluído no preço Cr\$
Calculado pela alíquota de %

SAÍDA DOS PRODUTOS:
REMETENTE DA MERCADORIA
Inscrição Estadual
Nome
Endereço
Município
Estado do RIO GRANDE DO SUL

ATENÇÃO: Esta Nota só pode ser emitida até: 01/05/80

Nome do Transportador:
Placas do veículo:
Características dos Volumens
Marca Número Quantidade Espécie Peso Bruto Peso Líq.

LAG — Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas — Rua Cel. Aparício Borges, 2.199 — Inscr. Est. 096/0511008 — CGC. 61.501/0001-38 — 100.000 ds. 4x10 — 000.001 a 999.999 — 4778 — Aut. p/Imp. Nº 096/2.000/78

Facilitando a entrega

Este ano os associados que têm lavoura distante dos armazéns da Cotrijuí, mas perto das instalações de outra cooperativa, poderão perfeitamente entregar seu produto, em nome da Cotrijuí, na cooperativa mais próxima de onde ele estiver.

Esta decisão foi tomada em conjunto pela Cotrijuí e outras 11 cooperativas do Estado, atendendo uma reivindicação antiga de agricultores não só daqui mas também de outras regiões. Realmente é muito desperdício de tempo e dinheiro transportar por quilômetros e quilômetros o produto para levar até os armazéns da cooperativa da qual o produtor é associado, se bem perti-

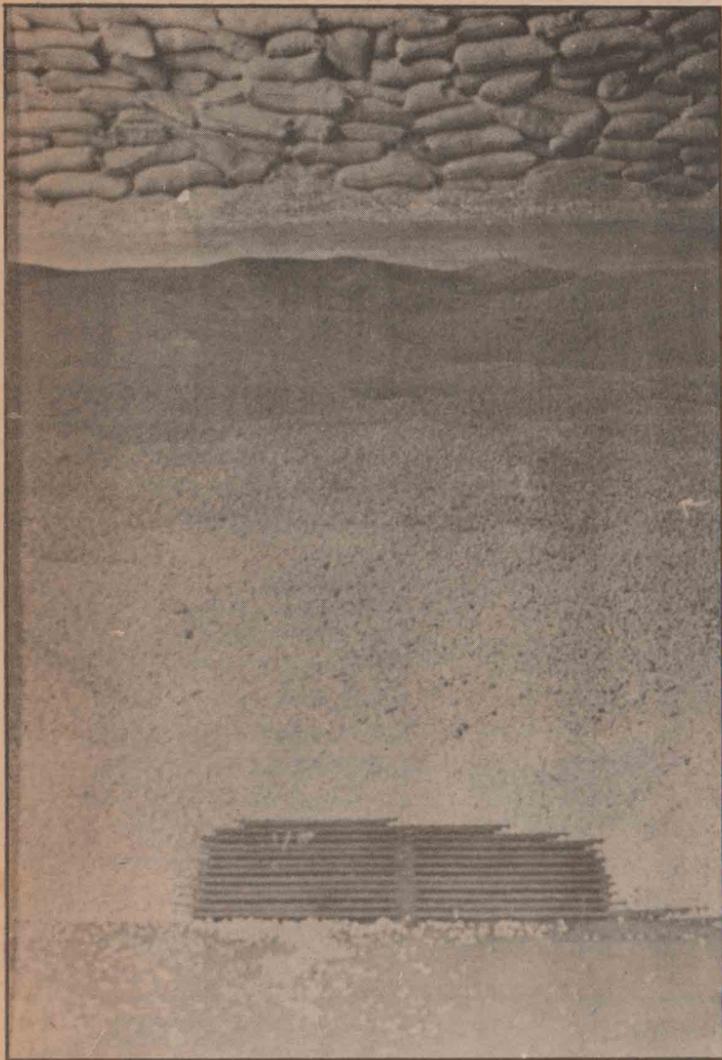
nho existe uma instalação adequada para este recebimento. Além da economia que vai representar esta chamada padronização de recebimento e prestação de serviços entre cooperativas, ela significa um passo bem longo para a efetiva unificação do sistema cooperativista.

Para não criar confusões, as cooperativas definiram uma única tabela para os descontos normais como umidade, por exemplo. Os outros descontos, como capitalização, obedecerão os critérios de cada uma das cooperativas. Assim, o associado da Cotrijuí que entregar, por exemplo, seu produto na Cotrisa, de Santo Ângelo, terá descontado o

percentual de capitalização de acordo com as normas da Cotrijuí e não com as da Cotrisa.

As cooperativas que participam deste sistema padronizado estão relacionadas na matéria acima.

Será preciso muita atenção ao preencher a Nota Fiscal do Produtor. Ela deverá ser endereçada normalmente à Cotrijuí, porém escrevendo em algum lugar da nota o nome da Cooperativa onde foi entregue o produto e o seu endereço. Para tirar quaisquer dúvidas, olhe bem no modelo 4 das Notas de Produtor que são reproduzidas nesta página, ao lado.



O adiantamento vincula 24% da produção a Preço Médio

Adiantamento

UM DINHEIRO EM BOA HORA

A partir do dia 22 de janeiro os associados que comercializarem a safra de soja na Cotrijur receberão um adiantamento de Cr\$ 100,00 por saco. Só que para isso deverão se sujeitar a determinados critérios.

Os associados tanto da Região Pioneira como de Dom Pedrito terão direito a solicitar este adiantamento de Cr\$ 100,00 por saco de 60 quilos até o limite máximo da maior produção entregue nas últimas três safras. Assim, se o maior volume que ele comercializou na Cooperativa foi na safra de 1977, es-

ta produção é que servirá de base para definir até quantos sacos a Cooperativa liberará seu adiantamento. Também podem servir de base as safras de 78 ou 79.

Já para os associados do Mato Grosso do Sul, onde a Cooperativa iniciou suas operações há pouco mais de dois anos, servirá como base o maior volume da safra de 1979.

E os novos associados, como é que fica? Bom, aqueles que se associaram depois da safra passada poderão obter adiantamento tendo com base a produtividade estimada de 15 sacos por hectare. Só um detalhe: o adiantamento apenas será concedido com a comprovação, através de documentos, de que sua lavoura foi financiada para esta safra. A medida pode parecer meio enjoada, mas ela tem a finalidade de evitar que associados que até agora não participavam da cooperativa, possam eventualmente aproveitar-se da situação, declarando ter plantado uma área de soja muito maior do que realmente aconteceu. Assim, podem levar o dinheiro mas depois não têm produção para entregar.

AS CONDIÇÕES

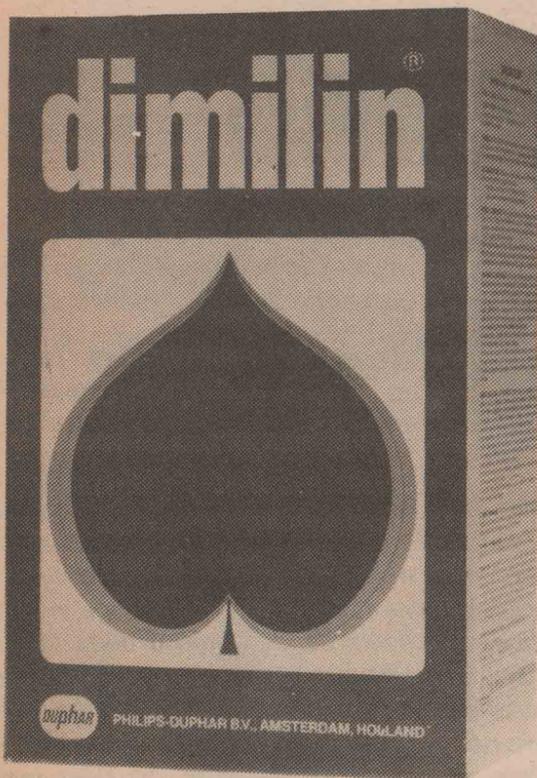
Para receber o adiantamento os associados deverão também pagar pelo menos 50% por cento dos seus eventuais débitos com a Cooperativa. Mas é bom lembrar que não serão descontados deste adiantamento os débitos em cartão de crédito da atual safra. Assim, todas as compras feitas na Cooperativa até o final de 79, além de todas as dívidas que ele têm de financiamentos de

safras passadas, deverão ter pelo menos a metade de seu valor pagas. Já as compras feitas a partir do início de janeiro não terão seu valor descontado deste adiantamento.

Ao receber o adiantamento o associado se compromete também a entregar 24 por cento do total de sacos que valerem de base para o adiantamento, na modalidade de comercialização Preço Médio. Os 76 por cento restantes podem ser comercializados como o associado bem entender. Se o maior volume entregue na safra que servirá de base foi, por exemplo, de 1.000 sacos, 760 sacos ficarão para serem comercializados à livre escolha do produtor. Agora, caso seja do interesse do associado, é natural que ele poderá entregar mais soja ainda do que os 240 sacos automaticamente comprometidos na modalidade Preço Médio.

Sobre o valor do adiantamento concedido o produtor deverá pagar um juro de 3,6 por cento ao mês. Este juro começa a contar na data da retirada do adiantamento e vai até a data de liquidação do Preço Médio. A incidência do juro pode também cessar quando o associado devolver o adiantamento através da liquidação de produto ao Preço do Dia. Assim, depois de já cumprir a entrega do produto comprometido a Preço Médio, ele pode liquidar uma parcela da safra na modalidade de Preço do Dia, aproveitando parte deste dinheiro para devolver o adiantamento. Desta forma, o juro estará incidindo apenas até a data desta devolução.

Dimilin. O inseticida que mata a lagarta da soja sem matar a natureza.



Uma das pragas que mais prejuízos causa ao sojicultor é a *Anticarsia gemmatilis*, ou lagarta da soja. O problema de todos os inseticidas que acabam com ela é que eles acabam também com uma porção de outras coisas ao mesmo tempo. Inclusive com os inimigos naturais da lagarta. Dimilin não. Dimilin é muito diferente deles. Ele é específico para controle da lagarta. Dimilin age por ingestão, interferindo no organismo dos insetos de tal forma que eles vêm a morrer quando mudam de instar. Devido a essa forma de agir e à sua baixíssima toxicidade, Dimilin é inofensivo a homens, animais, aves e também aos inimigos naturais da lagarta, transformando-o no produto ideal para controle integrado. Por tudo isso, Dimilin é o único inseticida que deve ser usado no controle da praga. Se você quer acabar com a lagarta da soja mas se preocupa com a natureza, pode usar tranquilamente Dimilin. Você vai estar fazendo um bem à natureza.

Dimilin.
O inseticida ideal para manejo de pragas.



Herbicida, inseticida, fungicida, carrapaticida ...
Tudo isto é veneno, alguns mais fortes outros mais fracos.
Mas todos são tóxicos, para o homem e para o meio ambiente.
Antes de aplicar qualquer um deles, vá conversar com um técnico.
Ele pode ajudá-lo a não envenenar tanto este mundo.

ASSIM É IMPOSSÍVEL PLANEJAR O FUTURO

Quem é que conseguiu entender o último "pacote econômico" anunciado pelo Governo? A não ser os iniciados nos difíceis caminhos e na linguagem complicada da economia, poucos foram os brasileiros que perceberam o alcance destas medidas.

Na verdade, parece que a intenção mesmo, é que as pessoas não entendam as coisas. Mas também, como entender e explicar medidas tão inconstantes como estas que vêm sendo adotadas principalmente nos últimos tempos? Aqui nesta mesa-redonda, tentamos analisar o último pacote e as conseqüências das medidas nele reunidas.

Foi difícil. Na verdade é difícil analisar apenas o pacote, que não passa um reflexo de toda política que vem dirigindo os rumos da vida brasileira. As decisões são tomadas de cima para baixo, sem consultar os interessados e se caracterizam por uma inconstância que torna praticamente impossível entender o que se passa.

Comprovando a inconstância das coisas, depois de realizada esta mesa redonda, duas medidas foram mais uma vez alteradas: as taxas do imposto de exportação tiveram seus percentuais alterados (felizmente reduzidos, mas mesmo assim ainda existentes) e também a data em que entram em vigor as novas taxas de juros para os financiamentos de investimentos agropecuários, transferida de 1º de fevereiro para 1º de março. Como se pode, assim, planejar o futuro?

Cotrijornal — Existe um clima de instabilidade muito grande em toda economia brasileira. A partir do último pacote econômico anunciado pelo Governo, em 7 de dezembro do ano passado, parece que este clima ficou mais instável ainda. Pelo que se vê, há três medidas que interessam diretamente ao agricultor: a maxidesvalorização, a grande desvalorização do cruzeiro, que passou a valer 30 por cento a menos em relação ao dólar; a criação do imposto de exportação — através do qual para exportarmos produtos primários, temos que pagar uma taxa ao Governo — e a diminuição dos subsídios ao crédito, com o aumento das taxas de juros pagas pelo produtor. E ninguém está entendendo, mesmo hoje, passado mais de um mês que o pacote foi anunciado, a situação real em que ficamos. Que tipos de repercussões trouxe este pacote, quais as maiores conseqüências destas medidas?

Ruben — Antes de mais nada eu faria uma colocação de ordem geral. Eu acho que continua havendo uma série de decisões tomadas de cima para baixo. Inclusive a denominação de pacotes já evidencia um pouco isto. Há, vamos dizer, um certo desprezo aos outros poderes constituídos, no caso principalmente o Legislativo, que não tem tido qualquer participação nisto. Em segundo lugar, existe a falta de participação dos interessados, seja os empresários, seja

os produtores, seja os sindicatos patronais ou não, seja de serviços, etc. Além disso há a inconstância das medidas. Está muito difícil a gente programar o futuro. Uma série de coisas se modificaram a partir daquelas medidas adotadas em 7 de dezembro. Por exemplo, em relação à maxidesvalorização, houve agora uma maxi-mini. Depois de desvalorizar o cruzeiro em 30 por cento em 7 de dezembro, o Governo desvalorizou mais uma vez a moeda no início de janeiro, agora em mais 3 por cento. Inclusive se lendo em revistas especializadas, comentários de técnicos, de especialistas, já há os que imaginavam que já houvesse uma midi-desvalorização. Outros já prevêm uma maxi-desvalorização para julho porque inclusive o dinheiro, o cruzeiro, ficou tão caro no mercado interno, que provavelmente para poder conseguir os recursos que precisa para as coisas todas andarem, novamente o industrial, o empresário, o produtor, seja quem for, vai tomar dólares.

Serpa — Mas isto vai ao encontro do interesse do Governo brasileiro.

Cotrijornal — Mas por que uma desvalorização tão grande de uma vez só?

Farina — Isto aí tem uma explicação até técnica e lógica. Acontece que nós viemos de uma realidade cambial que era uma irrealdade cambial. O valor em cruzeiros representado pelos dólares que buscávamos no mercado externo era irreal. Era abaixo

dele. Com uma série de minidesvalorizações ao longo do tempo, houve sempre uma preocupação em manter índices oficiais de baixo teor de inflação, quando ela era sempre superior a estes índices. Então, havia uma série de artifícios para manter o cruzeiro numa faixa razoavelmente baixa, quando a faixa real, que é a do câmbio negro, do câmbio realmente praticado, era bem mais alta. A maxidesvalorização aproximou bastante o câmbio oficial do câmbio manual, mas mesmo assim ainda está abaixo.

Ruben — Interessa ao Governo que entre dólares. Mas por que interessa ao Governo que entre dólares?

Serpa — Para fazer frente aos compromissos e encargos internacionais. Em 1980 o Brasil precisa quanto? 40 bilhões de dólares. É mais de 1,5 trilhões de cruzeiros. Por que nós vamos exportar?

Farina — Mas quais foram todas as pressões que nós sofremos do GAT (Acordo Internacional de Tarifas) e outros acordos internacionais? Porque nós nos valíamos de artifícios para pagar mais em cruzeiros por razões governamentais.

Serpa — A defesa da prioridade cambial era uma reivindicação quase milenar pelo empresariado que participa do mercado exportador.

Ruben — Ela inclusive, em relação ao setor primário, teoricamente tira um peso do subsidiar os produtos manufaturados.

Walter — Mas foi criado um imposto sobre o setor primário e automaticamente vai gastar em subsídio. Quer dizer, continuamos subsidiando só que muda o nome.

Farina — Aí é outro ângulo. Aqui nós estamos falando do pacote. Em primeiro lugar se falou na maxidesvalorização. Eu acho que a maxidesvalorização tratou de repor a nossa moeda praticamente a níveis que ela vale efetivamente no mercado.

Ruben — Aliás, teoricamente, parece que a maxidesvalorização era uma imposição que se colocava à política cambial. Agora vamos ver as conseqüências da maxidesvalorização em relação ao setor primário.

Arnaldo — O grande pecado na maxidesvalorização é que o Governo sabia quando é que iria fazer. E o Governo trancou as importações da matéria prima dos principais componentes dos custos da lavoura. e só abriu depois que tinha decretado a maxidesvalorização.

Farina — Os erros foram muito gran-

des. Agora, se nós analisarmos por partes, a maxi eu acho que é necessária.

Walter — Bem, inclusive estava levando para fora dos níveis de controle do Banco Central a questão do câmbio. O que se estava fazendo de câmbio negro por aí era uma coisa de louco.

Baggio — Mas o problema também da maxidesvalorização é fundamentalmente de criar mecanismos para a realização da idéia do Delfim Netto que era prioritária: encher a panela do povo. Para isto ele tentou dinamizar a experiência de crédito, vai e vai, e ultimamente deixou o mercado internacional. Então me parece que com esta maxi ele tentou basicamente reajustar o Brasil com o mercado internacional.

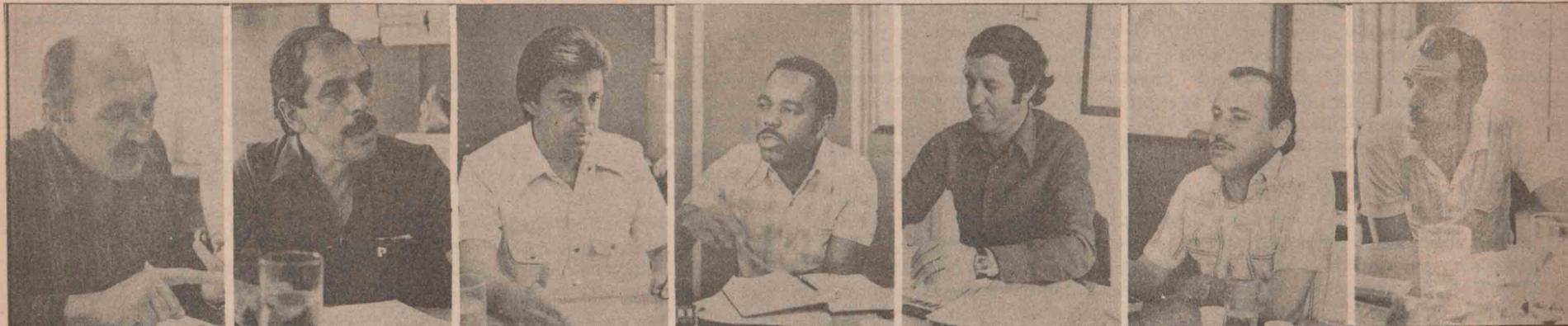
Ruben — Mas o Baggio, o problema é o seguinte: o GAT e estes órgãos todos que têm o controle, a participação do Banco Mundial e das potências e tal, criou a situação que nós, por exemplo, no passado tínhamos total isenção sobre óleo e farelo...

Farina — ... e incentivos

Ruben — ... até que o Mercado Comum Europeu passou a exigir, ou melhor os americanos passaram a exigir, que o Brasil cobrasse certos tributos, no caso basicamente ICM, para evitar uma concorrência maior da produção industrializada brasileira no Mercado Comum Europeu, que é o grande mercado consumidor tanto de americanos como de brasileiros, e que é o grande mercado consumidor de todo mundo. É uma região, digamos, de economia mais estável, de maior poder aquisitivo, com maior infra-estrutura. Então, por outro lado, eu entendo até que seria uma maneira de aceitar novas imposições vindas de fora, que ao lado da nossa história econômica têm ocorrido e que a maxidesvalorização fez com que se eliminasse todos os incentivos. Claro, ela tem seus aspectos positivos, mas qual foi o benefício do setor primário?

Baggio — Mas aí é que está o detalhe. Na medida em que foram tomadas medidas para solucionar em relação às instituições financeiras e na medida em que se precisava realmente reajustar os componentes em relação ao mercado internacional, me parece que as financeiras internacionais tenham na política de pacotes um excelente negócio. Ele é muito mais um negócio do que uma forma de administrar.

Serpa — Eu teria uma outra visão. Sobretudo nós teríamos que analisar a série de razões que teriam levado o Governo a



Participaram do debate: Clóvis Farina, diretor-superintendente da Cotrijornal; Ruben Ilgenfritz da Silva, presidente; Jorge Serpa, gerente-adjunto do Banco do Brasil em Ijuí; Paulo Roberto da Silva, gerente do Departamento de Projetos; Walter Suliman Duarte, diretor de comercialização; Arnaldo Oscar Drews, vice-presidente e Adelar Baggio, diretor do CeCA da Fidene.

esta decisão, pois ele estava fortemente pressionado por muitos termos negativos, certo? O nosso acentuado desequilíbrio de balanço Comercial, o peso dos nossos compromissos internacionais, o descontrole da nossa política monetária nacional . . .

Farina — . . . o serviço da dívida que é dos ítems mais pesados.

Cotrijornal — O que quer dizer serviço da dívida?

Farina — São os royalties (um valor que se paga para poder usar a tecnologia estrangeira), juros . . .

Ruben — Quer dizer é o custo do dinheiro.

Farina — Sim. O custo do dinheiro e o custo do direito de uso, o tal de royalty.

Serpa — Bom, mas isto aí descontrolava, vamos dizer assim, a inflação interna. Vejam que se deveria buscar alternativas que pudessem conciliar todos os interesses em jogo, inclusive a própria prioridade, dentro do quadro de prioridades do Governo, para o setor agropastoril. Como viabilizar, digamos assim, um grande incremento às atividades do setor primário se o próprio Tesouro estava com um déficit espantoso? Como sustentar isto aí tendo em vista a nossa terrível inflação interna?

Ruben — Mas será que não está ocorrendo, o que ocorreu ao longo do tempo, que sempre os prejuízos foram socializados e os lucros foram capitalizados? Não foi o Governo, ao longo do tempo, o absorvedor de todas as deficiências inclusive do próprio mundo capitalista em que vivemos, dos prejuízos dos grandes grupos, das grandes empresas, de tudo isto?

Farina — As influências aconteceram nas medidas complementares à maxidesvalorização. É o seguinte: para o produtor primário que produz alguma coisa destinada ao mercado externo, a maxidesvalorização traria compensações de todas as frustrações, de todos os erros administrativos do passado, porque corrigiria o valor em cruzeiros. Como a dívida, notoriamente em cruzeiros, neste setor é quase toda a juros negativos — vamos dizer a verdade — então o produtor rural ficaria altamente compensado pela maxidesvalorização e se sentiria extremamente estimulado a produzir mais.

Quando, afinal, termina o pacote?

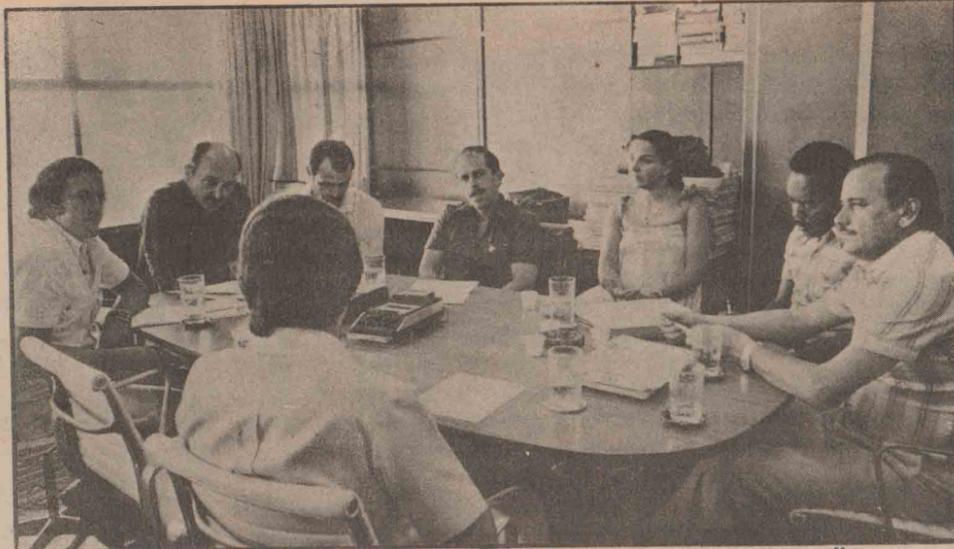
Cotrijornal — Mas isto contradiz o próprio pacote agrícola, anunciado pelo Delfim em maio, que dava prioridade ao abastecimento do mercado interno. Desvalorizando o cruzeiro, estaria remunerando mais os produtos destinados à exportação. Então aí é que entra o imposto de exportação?

Farina — Está certo. Ele começou a querer tirar do produtor de produtos exportáveis o ganho que ele teria com a maxi. Então tivemos ao longo de apenas uma semana, três modificações nas instruções. De repente começou a pôr 30 por cento de imposto de exportação, o que transformava a atividade agrícola em completamente desinteressante. Se tu pagas 30 por cento sobre um valor que não é FOB . . .

Ruben — O valor FOB é a soja colocada dentro do navio num porto brasileiro, já incluídos então todos os custos de transporte, armazenagem, etc.

Farina — . . . e teu custo de produção também aumentou 30 por cento, então tu vais receber menos no valor real. Então começaram os artifícios: então não é mais sobre o valor FOB, é sobre o valor pauta.

Arnaldo — Inicialmente eu acho que eles tinham esta intenção de tirar os subsí-



“Pacotes são mais um negócio do que uma forma de administrar”

dios do produtor.

Farina — Aí eles se lembraram que o mercado interno ia ser desabastecido, com a tendência de monopólio de cultura para exportação e devem ter dado uma marcha-ré, que não teve um prévio estudo. Se não fosse assim, não teriam mudado as coisas três vezes numa só semana.

Arnaldo — O Governo é como uma grande empresa. Está trabalhando para ele. Com um modelo destes está ganhando uma fábula. Naquela alta do petróleo, o que o Brasil pagou com alta . . .

Farina — Arnaldo, se tivesse uma finalidade compreensível a nível do produtor rural, eu acho que daria para aceitar. Por exemplo: se nós pagássemos um imposto de exportação com a finalidade de dar um aumento substancial nos preços mínimos para o feijão, para a batata, para os produtos de mercado interno, afinal, para abastecer a panela do povo, eu acho que o nosso produtor aceitaria, pois ele também participaria destas culturas e não só das de exportação.

Paulo — Eu acho que há um consenso geral aqui, que a maxidesvalorização foi um fim e como objetivo foi válido. Mas me parece, pelos comentários de todos, que a época e o alcance das medidas não foram bem estudadas. A época não foi adequada. Tanto é que há uma briga em quatro ministérios, há uma discórdia pois nem todos foram favoráveis.

Baggio — De fato outros países fizeram a maxi há mais tempo, pois ela era necessária. Na medida em que diz que a época e como foi feita não foi a melhor maneira, não foi a melhor maneira para um grupo. Ela foi a melhor maneira para quem teve vantagens nela. Aquele pacote das finanças e agora com este pacote se mostrou, pela segunda vez que nosso Governo, que nós brasileiros não temos poder financeiro nenhum. Então, realmente, para os produtores não foi a melhor maneira.

Arnaldo — Outra coisa que deve ser considerada é quando termina o pacote, quando termina a regulamentação do pacote. Todo dia aparece alguma coisa nova. Com isto nós estamos numa insegurança total, totalmente sem orientação. Tem Estado do Brasil que vai precisar começar a plantar trigo daqui a 30 dias e a definição da política dos fertilizantes não acontece. A gente fala com alguém das indústrias de fertilizantes e eles dizem que não podem abrir negócio enquanto o Governo não largar o pacote para fertilizantes. E daí, como é que fica o produtor nesta história toda?

Cotrijornal — E afinal, mais claramente, quem foram os beneficiados?

Ruben — Inclusive se ouvia, e à imprensa chegou a comentar, que a maxidesvalorização foi uma informação que saiu da órbita governamental, vazou, e havia uma disposição que o sujeito, inclusive, se depositasse dólares, em última instância gozaria de todos os benefícios. Quem sabe a gente pudesse até explicar um pouquinho o

os mecanismos disto aí. Deste grupo todo que se fala lá, em um milhão e meio, dois bilhões de dólares.

Cotrijornal — Falam em 6 bilhões de dólares, o que dá Cr\$ 250 bilhões.

Ruben — É em poucos dias estes dólares aumentaram lá no Banco Central. Quem tinha depositado um dólar, que valia então Cr\$ 32,56, passou a Cr\$ 42,32.

Serpa — Mas houve uma medida complementar, que foi o congelamento da utilização deste dinheiro. O que ocorre é o seguinte: pela resolução 63 o empresário nacional poderia tomar empréstimos em moeda estrangeira. É uma resolução que ainda permanece, que permite a tomada de empréstimos em dólares. É como eu disse no início: isto é do interesse do Governo brasileiro, na medida em que nós não temos recursos financeiros suficientes para a implementação do desenvolvimento interno. Agora, com a resolução 432, foi permitido que os tomadores de empréstimos em moeda estrangeira pudessem, num momento de disponibilidade, ao invés de promover a liquidação, depositar este dinheiro junto ao Banco Central.

Ruben — Isto já vinha de quanto tempo?

Serpa — Desde o tempo do Simonsen. Deve ser coisa de mais de um ano. Ao certo não sei, porque nós não recebemos as resoluções do Banco Central. É lógico que ocorrendo esta denúncia de vazamento de informação, esta história toda, o Governo Federal no momento em que editou este elenco de medidas, ao mesmo tempo congelou a utilização deste dinheiro. Os depósitos feitos junto ao Banco Central em decorrência dos benefícios ficaram congelados. Não podem ser utilizados.

Ruben — Todo este dinheiro congelado, está significando mais demanda de cruzeiros que não existe no mercado. Então, de certa forma, se está inflacionando o custo do dinheiro no mercado interno. E quem é que tem estes recursos aí? São os grupos nacionais, são os grupos estrangeiros, são empresas estatais. Uma coisa é certa: não tem nenhum agricultor que tenha um dólar lá depositado. E nem uma cooperativa brasileira.

Walter — Parece que o maior montante, o maior investidor foi a Petrobrás.

Serpa — Quem sabe seja. Honestamente eu não sei.

Paulo — Aí também, usando a palavra da moda, pode ser casuístico, apenas por mero acaso a grande direção da Petrobrás ter feito o depósito.

Baggio — Acho que não é apenas casual, pois o Simonsen, ministro do Planejamento antes do Delfim, dois dias depois sendo paraninfo no interior de São Paulo, falou que está demonstrado que o Governo não comanda a Petrobrás, citando este fato e dando resposta ao Delfim Netto. Mas o que acontece em termos de número, na medida em que houve a desvalorização, o que ocorreu? Se antes nós fossemos com-

prar uma mercadoria fora com 100 dólares, pagávamos Cr\$ 3.200,00. Agora nós estamos pagando Cr\$ 4.300,00. E aconteceu ao contrário com mercadorias lá fora. Se pagássemos Cr\$ 3.200,00 precisávamos 100 dólares e agora estamos precisando 75 dólares.

Farina — Se tu desvaloriza a moeda, dificulta a importação, sem outros artifícios que impeçam as importações; se proibis de que este artigo não pode importar, aquele artigo não pode importar, tu impossibilitas praticamente a importação pelo preço. Certo? O valor em cruzeiros que temos que dispender hoje para importar qualquer coisa é tão alto, que nós praticamente estamos fora do mercado comprador. Um exemplo típico: nós não vamos mais nem ao Uruguai nem a Argentina. Eles é que vêm aqui. Este é o exemplo mais típico que temos neste momento. Ao mesmo tempo deveria ser um estímulo muito grande a quem produz riquezas que possam ser passíveis de exportação, isto é, receita cambial para o Brasil.

Ruben — Mas por que foi usado o argumento para criar o imposto exportação?

Farina — Este é que é o complemento errado do processo.

Ruben — Quer dizer, quando se criou a maxi, e a soja, em números redondos, estava a 400 cruzeiros, ela passaria para 520 cruzeiros com a desvalorização de 30 por cento, mas na realidade, pelas primeiras medidas, a soja diminuiu no preço.

Farina — Antes de sair o anexo
Ruben — Quer dizer, se é válida a tese que hoje nós para 100 dólares que seriam antes Cr\$ 3.200,00, precisaríamos Cr\$ 4.300,00, por que então foi criado o imposto de exportação?

Farina — Esta é que é a grande pergunta.

Cotrijornal — E por que sua regulamentação está cheia de anexos, foi mudada no mesmo dia e mais uma vez alterada?

Farina — Porque não houve planejamento.

Arnaldo — Nós estamos mal de parceiro. Nosso grande parceiro é o Governo. Ele precisa mais de dinheiro para pagar as coisas dele.

Serpa — Os recursos do exterior que entravam no Brasil já ficavam uma grande parte deles estagnados no Banco Central por 180 dias. Vale dizer o quê? Capital de giro para o Governo Brasileiro. O congelamento agora, dos depósitos feitos junto ao Banco Central baseados na resolução número 432 que ajudou esta expectativa do cidadão, de que muita gente ganhou dinheiro porque depositou. Muito bem, mas congelou, certo? Realmente beneficiou . . .

Farina — Na realidade não beneficiou só quem tinha dólares no Banco Central. Beneficiou todos os que tinham dólares em qualquer lugar.

Ruben — Agora vocês imaginem a posição do produtor, felizmente já evoluído, que sabe que existe Bolsa, que inclusive passou a estabelecer um relacionamento entre a desvalorização do cruzeiro e o valor do produto, que de repente dá 30 por cento de desvalorização e a Cotrijuí sai da pedra, não comercializou soja por alguns dias.

Cotrijornal — Mas por que isto aconteceu? E o que aconteceu?

Ruben — Em primeiro lugar precisamos ver o que é pauta. Dá para explicar o que é pauta para o produtor?

Farina — É um valor convencional.
Walter — Ele é pré-fixado. Não interessa o valor de mercado. É uma pauta para pagar imposto.

Cotrijornal — Vamos explicar isto melhor.

Ruben — É um caso que provavelmente os nossos associados, principalmente aqueles que estão entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina sabem: periodicamente são revisados as pautas dos suínos, a pauta

do feijão-preto, do milho, a pauta da cebola. Quer dizer, o Governo atribuiu, determina, um valor para a mercadoria sobre a qual incide um imposto. No caso do imposto de exportação, o Governo determinou uma pauta sobre o farelo de soja, sobre o óleo bruto, sobre o óleo refinado de soja e sobre uma série de outros produtos como algodão, café, etc. Então, Walter, vamos explicar um pouquinho a primeira pauta como é que saiu. Logo que saiu o pacotão quanto é que dava a soja?

Walter — Na sexta-feira, dia 7, nós tínhamos pela soja o valor nominal, de Bolsa de Chicago naquele dia, de Cr\$ 426,50 por saco. Então na segunda-feira, deveria passar automaticamente para Cr\$ 540,00 e poucos. Mas a soja baixou para 357,89. Por causa do imposto. E vejam bem que foi fixada uma pauta na Resolução 592, que saiu no dia 7, de 30 por cento sobre 400 dólares por tonelada no óleo de soja.

Ruben — Seriam 120 dólares por tonelada.

Walter — No farelo era sobre 200 dólares, então 30 por cento sobre 200 dólares são 60 dólares.

Ruben — Na realidade, o preço do dia 7, era Cr\$ 426,00. Teoricamente, o preço da segunda-feira, que seria dia 10, seria Cr\$ 554,00 pelos 30 por cento que se somariam. E quanto é que deu, Walter?

Walter — Deu Cr\$ 357,89. Bem, daí anexo a resolução 592, datada de no mesmo dia 7, por incrível que pareça, eles deram outro valor de pauta, baixando o óleo de soja para 250 dólares, então passou para 75 dólares por tonelada e o farelo de soja na pauta de 85 dólares, o que dá 25,5 dólares por tonelada. E também fixaram a soja, que na 592 dizia aprovado pela Cacex (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil), mas não constava quando, dando 30 por cento sobre 60 por cento, o que quer dizer 18 por cento sobre o valor FOB. Como aí diminuiu a pauta, a soja passou para Cr\$ 435,17; então na realidade pagando Cr\$ 9,00 mais por saco.

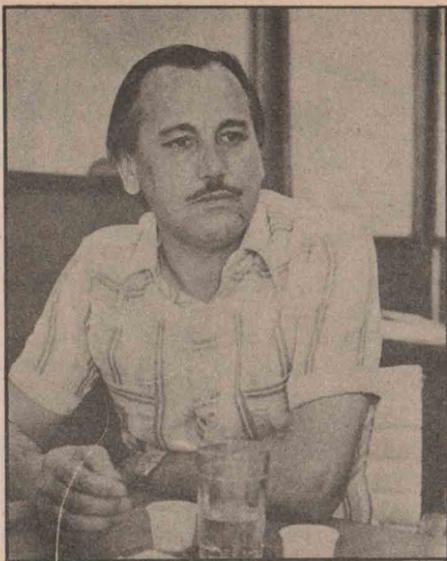
O que a Cotrijuí faz com os fertilizantes?

Farina — E com uma alta no custo violentíssima.

Ruben — Mas quando na realidade, no mesmo nível, deveria ter um aumento de Cr\$ 128,00.

Paulo — Só para esclarecer um pouco mais. Dos três pontos que nós estamos fundamentalmente discutindo, há dois que não podemos desvincular um do outro: a maxidesvalorização e o imposto de exportação, pois se complementam. Então, na realidade, o que o produtor ganhou com isso aí? Nada. Acho que até dizer o quanto perdeu a gente não sabe, pois não sabe quanto aumentou o custo de produção. Aumentou o preço da soja, elas por elas, em Cr\$ 9,00 o saco. A gente não sabe nem preços de fertilizantes!

Ruben — Eu acho que provavelmente exista um aspecto positivo no imposto, ainda mais hoje em que estamos preocupados num trabalho de diversificação em buscar uma receita maior, que ela deixa de ser por produto para ser por área. O que interessa é a unidade área, em ter uma produção que não tenha tanta dependência de mercado e tanta dependência de clima. Então, a diversificação atende estes dois aspectos. Se eu tenho mais de uma cultura na minha propriedade, eu sou menos suscetível às condições de clima e menos suscetível às condições de mercado. Eu acho que o imposto de exportação pode ter um as-



Arnaldo Oscar Drews

pecto positivo em relação àquelas culturas que têm praticamente atuação a nível de mercado interno. Se a soja aumentar Cr\$ 100,00, Cr\$ 120,00, o feijão, o milho e outros produtos de mercado interno aumentariam na mesma proporção? Agora, qual é o pecado desta história toda? Que nós produtores não temos influência nenhuma na administração disto aí. É esta luta que o agricultor tem que ter.

Paulo — Inclusive eles estão tomando medidas "ad referendum", isto é, sem consultar o Conselho Monetário Nacional.

Arnaldo — Não dá para concordar com isto que tu dizes, Ruben, porque o imposto foi instituído depois que a planta foi feita. Hoje a grande planta é a soja e então tirar 30 por cento, que seria justamente o lucro do produtor, não é certo.

Ruben — Eu não estou defendendo a taxação sobre a soja. Só estou vendo que...

Arnaldo — Ela seria positiva se o produtor soubesse antes de fazer o plantio das culturas.

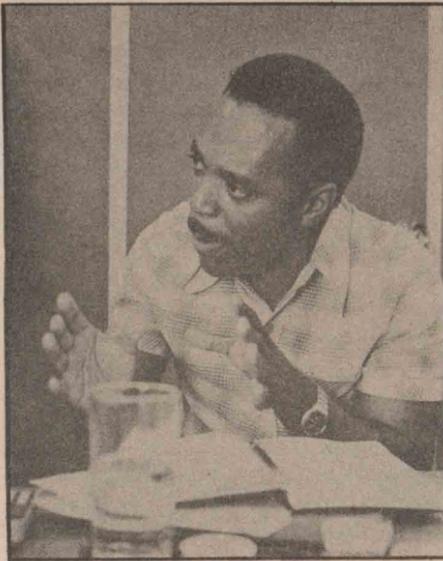
Walter — O negócio é a administração deste dinheiro que vai ser arrecadado.

Serpa — Se nós formos falar num "fundão", porque isto aí objetivamente tem o objetivo de criar um "fundão", não é isto? Criar um "fundão" com este imposto de exportação. E este "fundão" visa o quê? Fundamentalmente oferecer alternativas a nível do mercado consumidor de dinheiro interno, para alcançar estes recursos...

Ruben — O problema é que há uma diferença de tratamento para os produtos destinados ao mercado interno e os destinados ao mercado externo. Nós deveríamos ter uma similaridade de tratamento em relação a isto. Porque senão nós vamos continuar a viver ciclicamente com culturas destinadas ao mercado externo. Agora mesmo já se falava no ciclo da colza dentro do Estado do Rio Grande do Sul!

Walter — O que queria frisar é que com este imposto deixará de entrar dentro do Estado do Rio Grande do Sul, ao preço de hoje, de exportação, Cr\$ 6 bilhões e 400 milhões, pelas estimativas de exportação. Quando deram aquele crédito de emergência, pela frustração da soja, o valor foi de Cr\$ 2 bilhões. Agora vamos dar de volta para eles Cr\$ 6 bilhões. Está certo que cabe no Nordeste, que pode voltar de forma indireta para o Rio Grande do Sul. Isto aí é a grande preocupação. Se este imposto vai voltar, retornar ao produtor gaúcho na mesma proporção...

Ruben — Eu acho que no fundo absorver esta complexidade de medidas é difícil já para quem tem um certo grau de escolaridade, uma certa vivência, agora imagine-se no lugar do produtor. Nós temos hoje uma linguagem assim tão complicada, o tal do chamado "economês", que é uma coisa impossível. O que nós entendemos é o valor de troca. O que interessa saber é o seguinte: eu quando produzo uns x sacos



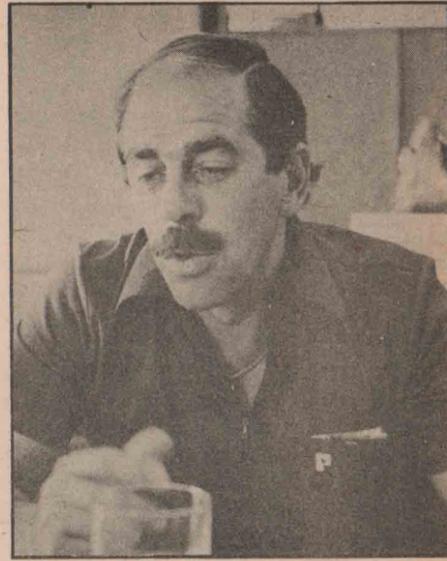
Paulo Roberto da Silva

de soja, uns x quilos de carne, uns x litros de leite, qual é o meu poder aquisitivo em relação a isto aí? O que significa em relação a inflação. Mesmo aqueles nossos produtores que hoje estão fazendo contabilidade agrícola — que é um grupo reduzido, até privilegiado sob certo aspecto pela oportunidade de entender certas coisas e participar destas coisas — como planeja sua vida? Afinal, o negócio é produzir para o mercado externo, para o mercado interno? No fundo todo produtor quer saber o que vai lhe dar mais receita. E não pode ser diferente. Deve existir um tratamento mais equânime em relação aquilo que é o interesse global, porque nós não vamos alimentar o povo à base de soja. Eu acho que em última instância nós produtores não podemos concordar é com a maneira como é conduzida a política econômica. Não só com nossa falta de participação, mas pela nossa dificuldade inclusive em entender estas coisas todas.

Serpa — Mas a instabilidade decorre exatamente da sucessão de surpresas, porque em verdade ainda não estão perfeitamente claros os reflexos desta série de medidas, deste pacotão. Sequer foi absorvido, assimilado, e já estamos todos nós na expectativa do que virá daqui a pouco. Isto é que cria o conflito, a instabilidade, a insegurança e toda sucessão de indagações.

Baggio — Você levanta bem a questão. A série de medidas surpresas, principalmente em relação à agropecuária. Em termos de negócio na faixa de produção da agropecuária, são poucos os produtores que divisam o máximo aumento possível do lucro, da receita. A maioria deles busca a estabilidade, não ser eliminado do processo. A segunda questão e parece que isto vai pesar é na medida em que as importações brasileiras são feitas principalmente pelo setor secundário, o das indústrias, e não pelo setor primário. Não é pelo agricultor, é pelos outros setores. E precisamos de mais recursos, mais produtos para pagar isto. Então acontece que na medida em que a agropecuária é quem paga estas importações, terá que haver alguma coisa ali para inclusive ajeitar a produção.

Ruben — Mas aí é aquilo que o Arnaldo colocou. Você veja bem a situação da Cotrijuí em relação a fertilizantes. O que faz a Cotrijuí? A Cotrijuí, inclusive, considerando diminuição de custo e aquilo que entendemos como o sentido do capital dentro da Cooperativa, que é o serviço que a Cooperativa presta — este é o sentido dele e a discussão que tem sido feita sobre capitalização — chegou o momento em que a Cotrijuí sentiu que para diminuir custos, os fertilizantes deveriam vir da indústria e ir direto para o produtor, evitando que a Cooperativa investisse em armazenagem, houvesse quebras, superposição de transporte e uma série de coisas desta ordem. Muito bem. A Cooperativa inclusive lançou fertilizantes no mercado. Durou quatro ou



Ruben Ilgenfritz da Silva

cinco dias. Nos reunimos aqui e sentimos que nós tínhamos dois riscos: ou realmente poucos produtores viriam até a Cooperativa porque a Cooperativa ficava quieta e não divulgava mais o assunto e alguns poucos produtores comprariam fertilizantes, ou a Cooperativa manteria o fertilizante no mercado e venderia o dobro do que ela teria, porque era evidente que o fertilizante iria subir.

Cotrijornal — E isto criou inclusive um clima de desconfiança entre os produtores, pois a Cooperativa abriu as inscrições e depois fechou tudo, até mesmo as inscrições já feitas. O pessoal até se perguntava se a intenção da Cooperativa não seria vender tudo a um preço mais alto.

Um drama: a inconstância das medidas

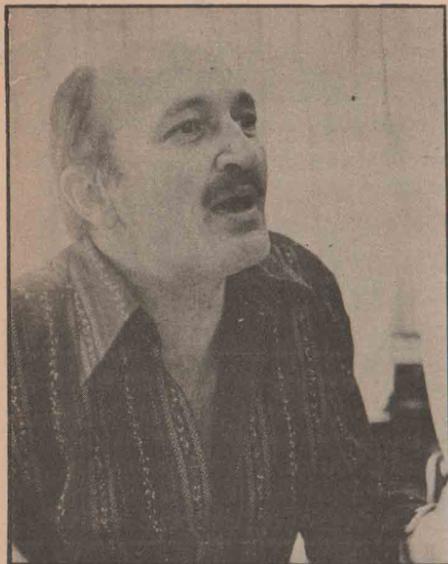
Ruben — A política do fertilizante até hoje não está definida, porque de um lado a indústria não entregou. E não entregou porque faltava um reajuste de preços em função dos novos custos da matéria-prima. Por outro lado havia notícia de que o Governo subsidiaria diretamente a indústria e daí o que nós vamos fazer? Se a Cooperativa compra fertilizante hoje, que inclusive houve um reajuste já autorizado de 33 por cento pelo CIP (Conselho Interministerial de Preços), sobre os valores anteriores, se ela fornecer fertilizantes ao agricultor e depois o Governo subsidiar a indústria, como é que ficam os produtores? Vão perder o subsídio? Então acontece que a safra vai se aproximando, o produtor já poderia estar com o fertilizante em casa, nós poderíamos estar diminuindo custos. O grande reflexo que tem a maxidesvalorização é em função da dependência que nós temos dos chamados insumos modernos.

Paulo — Só para colocar números e situar melhor o produtor. Na safra passada o preço médio para a soja da cooperativa foi de Cr\$ 330,00. Então, o produtor com um saco de soja comprava 41 quilos de adubo. Agora, se se confirmarem estes aumentos de 33, 34 por cento concedidos pelo CIP, para ele comprar os mesmos 41 quilos de adubo, vai precisar vender a soja a Cr\$ 615,00.

Walter — E quanto subiu o adubo no último ano?

Paulo — O preço médio na safra passada ficava entre Cr\$ 6 mil e Cr\$ 7 mil a tonelada. E hoje não se sabe. Mas deve ir a Cr\$ 16 mil. Dá mais que 100 por cento.

Walter — Bem, pelo que a gente sabe a desvalorização cambial total do ano de 1979 foi de 93 por cento. Se o fertilizante é importado, e se o mercado internacional



Clóvis Adriano Farina

é mais ou menos estável, o preço automaticamente deveria ter subido 93 por cento.

Baggio — Os cálculos feitos em contabilidade agrícola com 48 produtores em agosto, com base nos preços de agosto, o preço mínimo da soja subiu 110 por cento — passou de Cr\$ 150,00 na última safra para Cr\$ 315,00 na atual — e os custos de produção, em média, subiram 123 por cento. Tem outra coisa: na medida em que nós temos uma política agrícola principalmente de subsídios e não de preços, as modificações ocorrem nos preços do produto. Tomando por referência os custos de produção, estas modificações não são reais, porque elas não ocorrem quando o produto está na mão do produtor, mas principalmente quando está nas mãos dos intermediários. Me parece que aí está a grande escuridão do produtor e das cooperativas: o que vai acontecer com os subsídios? A gente está sentindo isto principalmente nas cooperativas do Paraná. Eu acharia que aqui se faz necessária uma mobilização imediata dos produtores para exigir esclarecimentos e posições imediatas em relação a isto. Se isto não acontecer, vai chegar a hora de se comprar insumos e quem vai botar preço, quem vai se mobilizar, será a indústria.

Ruben — Este é o nosso drama. Precisa ficar bem claro para o produtor entender. Como é que a cooperativa administra a aquisição e a distribuição de insumos? Em primeiro lugar ela não tem qualquer influência na formação de preço. Em segundo lugar ela vive numa inconstância de medidas de uma administração feita por casos, que a qualquer momento muda as coisas. Então vejamos: a Cotrijuf vai comprar fertilizantes para depois a indústria receber subsídio direto? E o que a Cotrijuf faz com aquele fertilizante que ela tem em casa, que já repassou para o produtor?

Baggio — Aí é que está. Na medida em que a Cooperativa — que é uma extensão do produtor — não é a indústria de fertilizante, não é a que está comandando, na medida em que a política agrícola vem de subsídios, de fato a agroindústria com insumos comanda o espetáculo da agropecuária, e deixa os demais, que estão trabalhando nela, completamente confusos.

Farina — Nós estamos olhando até agora sob um prisma de que nós não devemos mudar nada no nosso modelo agrícola. Devemos continuar gastando o mesmo fertilizante, o mesmo herbicida, o mesmo inseticida... quer dizer, tudo igual, não muda nada.

Baggio — Não. Acontece o seguinte: se as definições em termos de insumos que rem a continuidade do modelo econômico elas vão cercar o produtor para que isto aconteça. Na medida em que as definições próximas dos insumos agropecuários vão viabilizar outras culturas, ou criar condições para que ocorram modificações no modelo, se elas forem fruto da indústria — hoje, no meu entender, a indústria de insumos

realmente dita as normas neste nível — elas não vão mudar.

Farina — A indústria de insumos teve marketing para nos induzir a gastar uma série de produtos que nós passamos a admitir. Dizia o Ruben antes que, por incrível que pareça, esgotou o estoque de enxadas na Cotrijuf. Quando que nestes anos anteriores se capinava a soja? Se gastava uma banana de dinheiro em Sencor, em Treflan, o diabo, que era prá não ter o trabalho de capinar. Eu acho que uma boa parte deste impacto que trouxe o pacote e estes impostos, nós teremos que absorver por mudança dos nossos hábitos.

Walter — Tudo bem. Mas aí vem a parte do Serpa, do Banco do Brasil, que eu acho que nos próximos custeios deverá ser destinada uma boa verba de capina. Porque quem faz capina é pouca gente que tem recursos.

Farina — O Banco do Brasil também vai ter que mudar seus hábitos. Todos nós deveremos. nós adequar a nova realidade.

Baggio — Mas resta saber o seguinte: na medida em que nós precisamos mudar hábitos a nível de processo de produção, etc, estas inovações a serem introduzidas não deveriam estar na mão, acho eu, nem das cooperativas, deveriam ser lá na propriedade agrícola.

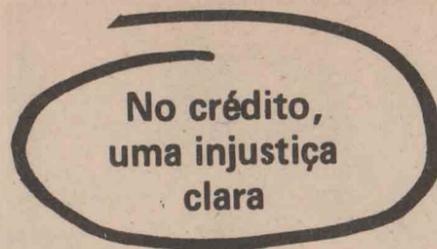
Arnaldo — Mas nesta área tem um outro fator fundamental: o que nós compramos de implementos inadequados que não foram experimentados, que estão sendo experimentados com o dinheiro do produtor e que depois de um ano você não acha mais peça e já o pessoal diz: "não, você tem que comprar outra, que esta é muito melhor". E realmente você vê que só a produção que cai por ser plantada por implementos mal feitos é um desastre. Qualquer um de nós, que vai na lavoura nossa, temos um montão de implementos que não se usa mais.

Serpa — Vem produtor nos procurar três, quatro vezes num mês, com três, quatro proposições de crédito diferentes. Então ele coloca muito bem quando fala em ociosidade de instrumental. Então efetivamente acontece um excessivo comprometimento em função de expectativas que se colocam a cada safra.

Farina — Nós estamos discutindo aqui num enfoque muito válido. Subiram os custos de produção, através dos nossos processos tradicionais de produção, e não subiu a receita final, porque veio o confisco mediante o imposto de exportação. O que cabe ao produtor agora? Reduzir os seus custos ou tentar aumentar a sua receita mediante a anulação do limite do imposto de exportação? Qual é das lutas a mais interessante?

Serpa — Em termos de benefícios sociais acho que não é retrocesso a reformulação dos hábitos. Apenas é preciso dissipar um pouco determinada balbúrdia. A propósito, pode inclusive ocorrer mais uma vez alguma decisão de cima prá baixo, porque, na realidade, um sintoma que já pressentimos: a solicitação de crédito para compra de fertilizante por antecipação para safra futura, o que depende da direção geral, está sofrendo um corte de 30 por cento. Por quê? Isso é sintomático. A estrutura do Banco não modificou muito. Isso não poderá ser um prenúncio de que possa haver, realmente uma redução? Um processo de desistímulo?

Ruben — Agora, se é um artificialismo em relação a isto, inclusive ele é até mesmo prejudicial a todo o nosso produtor. De repente, quando se corta, e isso aí se corta também de forma casuística, e se corta sem se contemplar uma realidade. Então, de um momento para outro, nós podemos ficar sem nada, sem recurso prá coisa nenhuma. E quando, em determinado momento, os recursos chegam a ser abundantes demais, chega a ter distorções pelo ex-

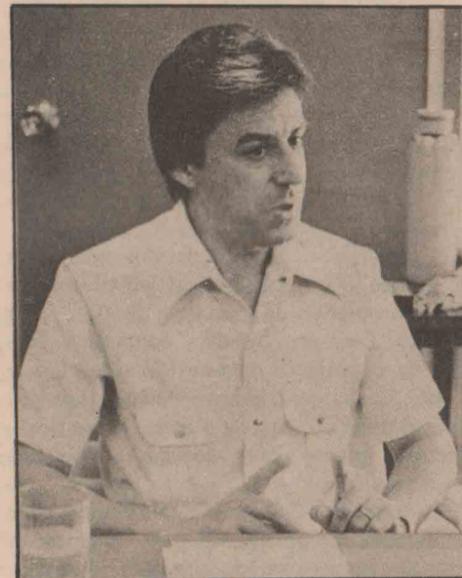


cesso. Agora, em compensação, não há contrapartida.

Baggio — Então está se dizendo que condições artificiais ou privilégios em torno do crédito, em torno dos processos ligados à produção, tanto na área de pecuária indústria, comércio, não dá condições de eficiência empresarial. Realmente, o nosso capitalismo é artificial, não é capitalismo. É artificializado através principalmente de privilégios. Então é muito mais vantajoso você estar dentro do grupo privilegiado do que você ser eficiente. Aí é que estão as dificuldades das ocorrências.

Ruben — Mas não há um procedimento assim de usar o crédito como uma força para mudar comportamento. Não há ainda uma política oficial. De repente o Conselho Monetário Nacional tem o poder de decidir se o Proagro é 100 por cento quando falta feijão. Quando não falta, não é. Esse é o quadro ainda que existe.

Serpa — O quadro, digamos assim, prático. Porque regulamentado, está. Você quer ver uma coisa? Você deseja comprar uma automotriz, então qual é o prazo que o Banco concede para o cidadão repor o capital correspondente a um empréstimo para uma automotriz?



Jorge Serpa

Paulo — Cinco anos.

Serpa — Nós estamos recebendo instruções dramáticas, severíssimas para que o capital retorne na exata conformidade com a capacidade de liquidez. Hoje mesmo recebemos um crédito deferido de automotriz. Prazo concedido: três anos. Em função do quadro de receita estabelecido.

Cotrijornal — Bom, nós entramos em crédito. As questões sobre a desvalorização do imposto já estão bem explicadas. Vamos ver agora a redução dos subsídios, onde o custo do dinheiro para o produtor cresceu incrivelmente. Como é que ficou isso?

Paulo — Só para dar um esclarecimento. O produtor hoje, em linhas gerais, é classificado em quatro categorias: mini-produtor, pequeno produtor, médio produtor, e grande produtor. Ele é classificado hoje em função da renda bruta que ele consegue obter durante o ano. Quer dizer, se soma tudo o que ele vendeu: soja, trigo, leite, suínos, e com esse somatório classifica nestas quatro partes. Principalmente o mini e o pequeno, com essas novas normas, pagam uma taxa de cinco por cento de juros mais um valor sobre a correção monetária. Este ano o valor foi de 47,19 por cento. Então, ele paga 19 por cento. Ele paga 5 de juro fi-

xo, mais 19 por cento. Dá prá custeio, 24 por cento.

Cotrijornal — Até quando se é pequeno?

Paulo — Bem, vamos começar da classificação. O produtor hoje é mini, se obtém até 100 — MVR (Maior Valor de Referência), que é um valor que o governo usa prá servir de base nos cálculos de financiamentos. O MVR vale hoje 1.962,20 cruzeiros. Portanto, o produtor é mini se obtém 100 MVR, que hoje dá Cr\$ 196.200,00 na receita anual. Ele é pequeno, quando tem de 100 a 400 MVR, quer dizer de Cr\$ 196.200,00 até Cr\$ 784.881,00. O médio é acima de 400 MVR e abaixo de 2.000 MVR, que dá de Cr\$ 784.881,00 até Cr\$. 3.924.400,00. E ele é grande quando obtém uma exploração agropecuária superior a 2.000 MVR, ou seja, superior a Cr\$. 3.924.400,00.

Ruben — E o médio e grande, quanto pagam?

Paulo — O médio e o grande pagam prá custeio, 33 por cento. Em termos de investimento, o mini e o pequeno pagam 29 por cento e o médio e o grande vão pagar 38 por cento.

Walter — A correção monetária é invariável?

Paulo — Ele sempre é do ano passado, sempre do ano anterior.

Walter — Quer dizer que nesse ano todo, sempre serão estas taxas aí.

Paulo — Perfeitamente. Presume-se. Enquanto não mudam as regras do jogo. Pelas instruções atuais, é isso. Nós temos um calculozinho que talvez esclareça. O mini produtor, se considerar só soja e trigo, se ele plantar 11,5 hectares de soja e 6,9 de trigo e se ele conseguir a produtividade que se tem conseguido aí como média, considerando um preço de mercado a Cr\$ 500,00 prá soja e Cr\$ 453,60 prá trigo (são valores estimados), sem considerar outras receitas, ele já deixa de ser mini. Passa a ser pequeno, mas aí ainda pega a mesma taxa. Agora, veja bem aí esse valor de pequeno prá médio. Se o cara planta 46 hectares de soja e 27 de trigo com as produtividades normais e preços normais, ele já não é mais pequeno, já é médio e aí sim ele fica diferenciado. Um grande número de agricultores pequenos, se diversificar a produção e tiver uma renda maior, vai cair na faixa do médio e conseqüentemente pagar 33 por cento pra custeio e 38 para investimento.

Serpa — Em termos de empréstimos para investimentos agrícolas, estes custos começam a incidir em todos os créditos que foram solicitados, encaminhados às instituições financeiras, a partir de 7 de dezembro, inclusive. Os de custeio a partir de 1º de fevereiro. Todos os negócios que foram encaminhados antes de 7 de dezembro submetem-se à situação anterior, desde que contratados até 31 de janeiro.

Cotrijornal — E até qual limite estas solicitações de financiamento podem ser atendidas?

Serpa — Os créditos de investimentos para o mini e o pequeno são atendidos em 100 por cento do total proposto. Já para os médios a proporção é de 90 por cento e para os grandes de 80 por cento, o que significa que eles precisarão completar o valor necessário com capital próprio.

Ruben — Com estes dados que foram apresentados aqui acho que é uma injustiça clara. Veja bem, se você pega um homem com Cr\$ 3.924.400,00 de receita e um homem com um pouco mais de Cr\$ 784 mil o custo do recurso para ele é o mesmo. Quer dizer, o parâmetro é muito grande. Além disso nós temos por exemplo o caso clássico nosso que é o repasse. É uma reivindicação antiga da Cooperativa que o repasse fosse feito por unidade de área, por área plantada, e não por valor. Porque sob certo aspecto nós vamos penalizar a produ-

tividade. Então quer dizer, o homem que chega no limite aqui, o dinheiro aumenta astronômicamente. Aumenta 9 por cento de uma faixa para a outra. Hoje qual é toda luta? É organizar a propriedade em torno da capacidade de trabalho. É o grande objetivo da cooperativa, da contabilidade agrícola, da assistência técnica, do crédito, é organizar o produtor em torno de sua capacidade de trabalho. Então, a tendência de um processo inflacionário, dentro inclusive da eficiência do produtor, há de ser penalizada. Na realidade estas faixas elas deveriam...

Serpa — ... elas já sofreram modificação em várias oportunidades. Houve um tempo em que o crédito era dimensionado não em função da produção e sim em função do montante de crédito utilizado.

Ruben — Mas o Serpa, na realidade a capacidade da mão-de-obra da família vai sempre redundar em função de área. Uma família que puder agregar a mecanização ao processo, implantar uma cultura que possa agregar a mecanização, ela vai ter uma área maior, certo? Acho que em relação a valores, embora esses valores de referência sofram periodicamente reajustes, acho que eles ficam muito defasados em função dessa realidade. Quer dizer, para Cr\$ 785 mil, em número redondos, e Cr\$ 3.924 mil, o custo de área é o mesmo.

Walter — Então, só há uma incoerência na limitação das faixas? Agora, no custo do dinheiro...

Farina — Alguém tem que por um limite em alguma coisa. Por área, é a mesma coisa: o cidadão com 50 hectares pagaria uma taxa e o que fosse 51 pagaria outra.

Ruben — Mas poderia ter uma série graduações entre essas faixas que poderiam definir inclusive o comportamento do agricultor. Pode chegar num momento em que o custo do dinheiro é tão significativo que vale a pena até você diminuir o tamanho da atividade pra baixar a receita. Enquanto que isso aqui é completamente aleatório. O sujeito, de uma safra pra outra, ele passa de mini pra médio.

Serpa — Como pode retornar.

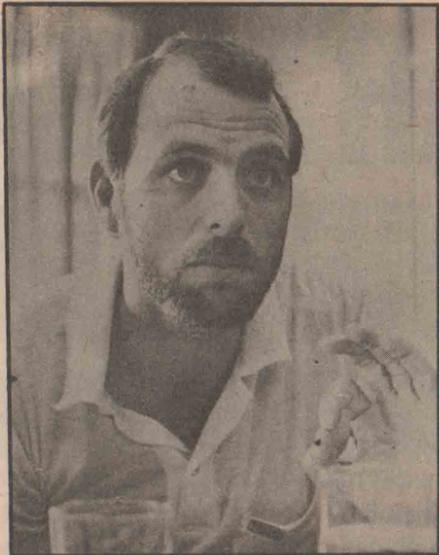
Tem ou não tem crédito para a pecuária?

Farina — Aqui existe um outro problema. O problema da receita e da renda. Nem sempre o que dá uma grande receita, dá uma grande renda.

Paulo — Esse é o maior problema: renda bruta. Renda bruta não quer dizer absolutamente nada. Eu posso ter uma alta renda bruta e os meus custos onde é que foram?

Serpa — Realmente é muito complexo entrar neste mérito e chegar a uma solução conciliatória. Porque isto aí já foi analisado inúmeras vezes. O que nós recebemos de modificações no ano de 1979 é impressionante. Abrindo um parentese, apenas para comentar um fato que ganhou ênfase na imprensa nos dias recentes: suspensão de crédito à atividade pecuária. Não chegou a esfriar e já havia sido editada uma nova instrução. Então, porque no dia 28 de dezembro, uma carta circular comunicava a suspensão do crédito à pecuária, determinando apenas a suspensão do acolhimento de propostas de solicitação de crédito, e no dia 10 de janeiro, era editada uma outra reestabelecendo e inclusive disciplinando as prioridades e alocando recursos? Nós não a recebemos ainda, mas ela vem aí.

Baggio — Toda esta instabilidade, todas estas modificações que são quase que diárias, é para todos os sistemas da econo-



Adelar Francisco Baggio
mia?

Serpa — Olha, de certa forma tem atingido muitos setores. Agora isto aí também revela o nosso grau de maturidade, certo? O Ruben já colocou aqui reiteradamente as decisões casuísticas na dependência do quê? Parece que tudo é decidido com precipitação. A respeito da identificação destes produtores, se ele é mini, pequeno, médio ou grande, fica em decorrência de que tipo de informação? Da informação que ele nos traz. Senta na frente de um funcionário e o funcionário ra-ta-ta-tata, rapidamente, porque a própria celeridade que é exigida das decisões e no andamento do crédito impõem um trabalho empírico. Nós trabalhamos empiricamente, porque ele não nos traz para subsidiar o estudo, o resultado das atividades dele. Qual é o produtor que vai lá no Banco com um quadro de receitas da safra anterior?

Ruben — Serpa eu te pergunto uma coisa. Há quantos anos tu estás em Ijuí?

Serpa — Três anos.

Ruben — Neste período, alguma vez um diretor de crédito veio aqui para discutir o que realmente ocorre no campo prático da produção?

Serpa — Talvez você tenha sido testemunha de um apelo que fiz veementemente ao ministro da Agricultura, Stábile, lá no aeroporto quando ele veio verificar os prejuízos do trigo, solicitando encarecidamente que viesse aqui o Alécio Vaz Primo, que é diretor do crédito rural do Banco do Brasil para fazer uma reunião com as agências da área, para tomar um conhecimento palpável da nossa realidade. Basta citar uma decisão: todos os empréstimos que tiveram vencimento em 31 de julho deste ano e que eventualmente se beneficiariam com prorrogação de prazo em face da frustração da colheita, para se beneficiar de dilatação de prazos dependiam do levantamento da realidade dos prejuízos, da comprovação de perdas e de se fazer um aditivo de prorrogação de prazo, o que foi sugerido? Que não se fizesse tais instrumentos e que se aguardasse até a colheita do trigo para verificar a nova realidade. E foi considerado prematuro e precipitado o nosso pedido, a nossa argumentação. Então pessoalmente foi colocado isto para o Ministro, que foi também diretor do Banco do Brasil, para o chefe do gabinete do ministro da Agricultura, que foi inspetor do Banco do Brasil. Muito bem: semana que vem ele está aí. O problema é que não chegou, e nós tivemos que realizar o toque de caixa quase 4.000 aditivos, com um custo operacional altíssimo para nós, para o sistema e para o produtor. E agora, possivelmente, teremos que fazer tudo no-



Walter Suliman Duarte

vamente.

Cotrijornal — Por que diferenciar as taxas de investimento e de custeio se isto nunca antes foi feito? É bom ou é ruim?

Walter — Se nós estamos dizendo que o produtor precisa programar melhor as suas compras de máquinas e coisas...

Serpa — Talvez isto aí também representasse uma forma de incentivar a aplicação de capital próprio. Mas que capital próprio?

Ruben — Todas as modificações que significam mais encargos para o produtor, que desde o mini até o grande está descapitalizado, é negativa. Por outro lado eu acho que o problema todo está na remuneração do capital. Quanto custa o dinheiro é um dos componentes. Eu quero saber realmente qual é a receita, qual é o líquido, o que é que me sobra. Agora o diferencial entre uma e outra faixa não se vê assim uma justificativa de ordem maior, por que você imagina a nível de colheitadeira, que hoje deve estar custando aí Cr\$ 1 milhão, você calcula o que significa 38 por cento de juro ao ano.

Serpa — Faça as contas: Cr\$ 380 mil, mais o seguro, mais 10 por cento...

Baggio — Aqui dá para levantar um problema sério, porque eu vejo meio violento o nosso futuro. Não sei se é uma visão pessimista. A soja até 77 era a melhor alternativa para o produtor, mas este ano, em termos de preço mínimo, era preciso produzir 25 sacos para poder pagar os custos de produção sem remunerar a mão-de-obra familiar. Pelo preço médio da cooperativa eram 17 sacos. Bom, na medida em que a soja criou uma série de problemas, em termos de êxodo rural, uma série de condições que nós estamos aí vivendo, me parece que agora retirado um valor, um imposto, aumentando o custo da produção retirando os subsídios, se não existir novas alternativas, realmente nós em maio, junho, estaremos com um problema muito sério. É que além disso nós ainda temos os preços dos combustíveis e tudo mais.

Ruben — Qual é o produtor que está preparado para absorver 100 por cento no aumento do custo, seja dos recursos de investimento, seja dos recursos de custeio? De um ano para outro, de uma safra para outra, de um dia para o outro?

Farina — Só um momento: então tu chegas a conclusão que sem subsídio a nossa agricultura é inviável.

Não é possível continuarmos assim!

Ruben — Nesta fase é totalmente inviável. O processo de diversificação está

apenas em fase de desenvolvimento, há necessidade de reinvestir nesta área e inclusive de ocupar outras áreas. Não há crédito fundiário.

Não há uma política fundiária definida. Inclusive as novas áreas que estão se abrindo para a agricultura não estão sendo ocupadas pelos agricultores tradicionais, pelo agricultor brasileiro. Elas estão sendo ocupadas pelo empresário capitalista, oriundo do setor secundário e terciário da economia, e pelo capital estrangeiro.

Walter — Nós falamos que o produtor está altamente dependente de máquina, está cheio de ferro velho na sua lavoura. Então eu acho que a alta dos juros talvez seja uma maneira do produtor se conscientizar...

Ruben — ... ou, talvez seja uma maneira de eliminar mais produtores da propriedade. Provavelmente ocorra isto, porque mais um grupo será afastado do processo produtivo. Ele tem deficiências gerenciais — e a culpa não é dele, é sua origem que leva a isto — o instrumento da extensão rural é meramente assistencialista, ele não é criativo, ele não contempla uma modificação de atitude, ele simplesmente transfere de forma maciça e massal dados que são colhidos nos campos de experimentação que, na sua maioria, estão fora da realidade. Isto só vai significar que o grupo de marginalização vai crescer, porque uma grande faixa de produtores não vai conseguir absorver estes custos. E não é possível nós continuarmos assim. E por quê? Porque um diretor de crédito não vem jamais na sua base discutir crédito. Porque o produtor não participa de poder de decisão nenhum. Porque os sindicatos são assistencialistas. Porque a cooperativa tem que atuar dentro de determinadas regras pois senão não é contemplada com determinados tratamentos. Os agentes financeiros são executores de tarefas, quando na realidade deveriam ser os formadores. Eu entendo que a política agrícola não é por decreto, ela vai se fazer com a atitude que nós tomarmos no dia a dia no campo e com a participação das diversas áreas que têm vinculação com o setor.

Serpa — Uma outra realidade tranquila é de que o produtor não assistido pelo crédito rural estava totalmente punido pelo sistema. Trabalhando com capital próprio, sem uma remuneração compatível com a inflação ele ficava alijado de uma eventual cobertura do Proagro e ainda não tinha uma remuneração. No dia seguinte ele estava totalmente descapitalizado, enquanto que aquele que estava embutido dentro do sistema, do apoio creditício oficial, este se mantinha sobrevivendo, mesmo perdendo tudo.

Ruben — Esta posição do produtor é uma posição de má-fé ou de sobrevivência? Este é que o ponto fundamental da questão. Inclusive o produtor está procurando uma forma de se manter. E por que está acontecendo isto? Porque as coisas vêm sempre cada vez mais de cima, o que significa até inclusive acima de alguns paralelos onde termina a terra brasileira.

Baggio — Em curto prazo, em termos de produtores, as soluções possíveis para a melhoria da vida do produtor não são muitas. Nós estamos acostumados a um comportamento, e o que deve ser discutido é uma mudança de comportamento, o que só ocorre, porém, a médio prazo. No meu entender este a médio prazo e a direção que isto deve ocorrer deve ser na linha da auto-suficiência da propriedade. E começando em duas coisas básicas: na energia e no consumo. A curto prazo a única solução que existe, em termos de produtor, é apertar o cinto.

Paulo — Eu discordo. Pode apertar o cinto, mas enquanto nós não subirmos lá para cima, para participarmos da decisão, nós continuaremos a apertar o cinto.

PROGAMAR PARA VENDER MELHOR

É um pouco difícil de acreditar, mas em cada cruzeiro que o gaúcho consume de hortigranjeiros, 51 centavos vão para fora do Estado, para pagar as importações dos grandes centros produtores do País, principalmente São Paulo.

Somente no ano de 1978, o nosso Estado importou um bilhão de cruzeiros em hortigranjeiros, através da Ceasa (Centrais de Abastecimento Sociedade Anônima). Realmente, se considerarmos que o

Rio Grande do Sul já foi o "celeiro do Brasil", estas informações devem preocupar.

Hoje, já parece que existe um esforço para que o setor de hortifrutigranjeiros mereça mais atenção também por parte das autoridades. Neste sentido, o Ministério da Agricultura criou em setembro de 1979 o Plano Nacional de Abastecimento de Hortifrutigranjeiros, que será coordenado pela Cobal (Companhia Brasileira de

Alimentação) que pretende baratear os preços dos principais produtos, como cenoura, alho, tomate, pimentão, batata e repolho, diminuindo a ação dos intermediários.

MERCADO DIFÍCIL

O mercado de hortigranjeiros é, na verdade, um mercado muito difícil. Sem garantia de safra, retorno compensatório e segurança na comercialização, vem registrando absurdas mudanças de preços. Um dia a moranga está valendo muito, outro dia ninguém compra e assim por diante.

Para seu Armindo Didoné, que mora em Arroio das Antas, no interior de Ijuí, "o principal problema é o mercado. A moranga agora não tem bom preço, deve estar valendo uns dois cruzeiros o quilo, lá na Ceasa. Há uns seis meses atrás, valia seis cruzeiros. Por causa disso vou ter que deixar uns 50 mil quilos guardados, prá vender mais tarde".

Com cinco hectares de sua propriedade reservados para hortigranjeiros, ele calcula que tem uma receita de uns 35 mil cruzeiros por mês e a despesa em torno de 10 mil cruzeiros. Seu Armindo planta principalmente moranga, alface, cenoura e beterraba e entrega produtos na Cotrijuí, desde que foi iniciado o Programa de Hortifrutigranjeiros, em 1978:

— Mas também vendo em outros lugares, porque aqui na cooperativa não conseguem comprar toda a minha produção. Se pudessem, prá mim seria bom.

O Lucídio Moreno, que é encarregado do Entrepósito de Hortifrutigranjeiro da Cotrijuí, explica:

— Realmente nós não temos condições de comprar toda a produção. É o caso da moranga. O que sobra, o que a gente não consegue colocar por aqui, vai para a Ceasa, em Porto Alegre, onde a cooperativa

mantém um box de compra e venda de produtos hortifrutigranjeiros.

A QUALIDADE É ESSENCIAL

Mas vender o produto na Ceasa não é assim tão simples, como bem diz o Nelci Pedro Baroni, gerente de comercialização de Hortigranjeiros da Cotrijuí:

— A qualidade do produto é essencial para garantir a venda. Ninguém compra um produto que não tenha um bom aspecto. No caso da moranga, a nossa ainda está um pouco verde e por isso não está tendo boa aceitação.

E o Baroni explica também que a concorrência é muito grande. Os produtores da grande Porto Alegre que plantam cenoura, rabanete, couve-flor, beterraba, repolho e até o milho verde, colhem o seu produto por exemplo, domingo e segunda-feira pela manhã estão no mercado.

— Eles viajam à noite e às cinco da manhã estão vendendo. O nosso produtor colhe a cenoura sexta ou sábado. O caminhão carrega sábado, viaja domingo e chega segunda. É claro que o produto já perdeu aspecto e aí não é fácil vender por bom preço.

Na Ceasa, a coisa funciona mais ou menos assim: se às cinco da manhã o produtor está pedindo Cr\$ 200,00, não vendendo até meio-dia ele baixa o preço para Cr\$ 100,00 ou até menos. O negócio é voltar prá casa, deixando no mercado tudo o que levou.

FALTA ESPECIALIZAÇÃO

Para o Moreno, "o maior problema nosso ainda é a qualidade do produto. Falta uma certa especialização ao nosso produtor. Os primeiros, os mais antigos que entregam produtos, estão participando do Programa há pouco mais de um ano".

Talvez falte especialização, mas a experiência existe, como acontece na família Herrmann, em Arroio das Antas. O velho Herrmann passou muitos anos de sua vida fazendo feira em Ijuí. Dia de feira e lá vinha ele na sua "jardineira" trazendo verduras e frutas para a freguesia da cidade. O filho, seu Vonibaldo, seguiu o exemplo do pai e ajudado pela mulher e pelos cinco filhos continuou trazendo todas as semanas o que colhia em sua horta para vender na feira-livre.

Hoje, o Erlei Herrmann, assim como o pai e o avô, também traz alface, repolho, moranga, pepino, pêsego e outras coisas. Só que não vem de "jardineira" e nem vende na feira. De camioneta ele entrega toda a produção de casa no Entrepósito da Cooperativa.

Dos 48,5 hectares de terra que a família possui, dois são destinados ao plantio de hortigranjeiros. Os canteiros de alface merecem um cuidado muito especial, porque eles pretendem produzir até o inverno.

"Até caírem as geadas nós queremos ter alface.



Duas vezes por semana o Didoné entrega a produção no Entrepósito

O maior inimigo destas pragas está nos melhores inseticidas.



Contém Toxaphene®

O inseticida eficaz, econômico e biodegradável.

O maior inimigo destas pragas é Toxaphene, um produto de origem vegetal que faz parte dos melhores inseticidas fabricados neste País.

Toxaphene possui moderada toxicidade, é biodegradável, sendo rapidamente metabolizado e excretado pelos organismos vivos, e degradado no solo, ar e água.

Em outras palavras: Toxaphene é mortal para as pragas e inofensivo para sua lavoura. Usado de acordo

com as recomendações (1 a 4 kg por hectare), Toxaphene é bem econômico: aumenta o intervalo entre as aplicações e reduz o custo de produção.

Toxaphene é versátil pois permite a sua aplicação em UBV, CE e pós, quer só, quer em misturas formuladas ou de tanque com outros pesticidas.

Toxaphene é o inimigo certo das principais pragas que atacam as lavouras de algodão, soja, feijão, trigo, arroz, amendoim, milho, etc.

Use Toxaphene e comprove.

Produzido pela **AGROQUISA S.A.**
Uma empresa Matarazzo.

Distribuído pela



HERCULES



O box da Cotrijuí, na Ceasa, facilita a compra e a venda

Hortigranjeiros

No ano passado nós conseguimos vender umas três vezes por semana e dava uma média de uns 10 mil por mês."

TUDO É CARO

O que o Erlei aponta como dificuldade principal é o custo muito alto pra manter a produção:

— Uma lata de meio quilo de semente de alface custava 480 cruzeiros e um remédio pra matar o cascu-dinho que aparece assim que a planta nasce, deve estar custando uns 500 cruzeiros um vidrinho de nada.

E, por incrível que pareça, o estêrco de galinha também está caro e difícil de encontrar. "É o melhor adubo para a alface e eu gastei três mil cruzeiros só este ano". O estêrco de galinha é comprado dos aviários e está custando mais ou menos mil cruzeiros por aviário. Quem compra, limpa o aviário e carrega por conta própria. Se é caro? O Erlei diz que não tem muito o que pensar "porque são tantos que querem e está tão escasso que o negócio é comprar logo".

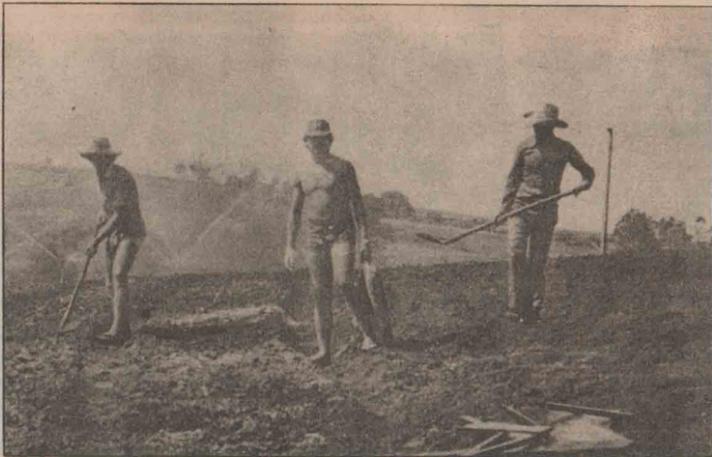
Mas a grande preocupação dos associados que estão investindo nos hortigranjeiros é saber se o que produzem será realmente comprado pela Cotrijuí. O agrônomo Hélio Ito Pohlmann, responsável pelo Setor de Hortigranjeiros da Cotrijuí, diz a respeito disso:

— Os produtores que estão inscritos no Programa da cooperativa, é lógico que têm garantida a colocação da sua mercadoria. Sempre eles serão os primeiros. Agora, para com aqueles que não tem a sua produção programada, a cooperativa não tem compromisso. Somente vai receber o produto se houver falta, se houver necessidade e facilidade de venda no mercado local e na Ceasa.

E o Hélio ainda alerta aos que desejarem iniciar esta atividade, "que primeiro entrem em contato com o Setor, a fim de saberem o que deverão produzir e como deverão produzir, para garantir a comercialização de suas safras".

CONCORRÊNCIA GRANDE

Frete, caixotes de madeira, Funrural, comis-



Os Herrmann preparam a terra para a alface

são do vendedor e uma porção de outros gastos, aumentam bastante o custo dos hortigranjeiros. Além disso, são produtos perecíveis que não duram muito. Alguns tem que ser consumidos quase que imediatamente após a colheita, como é o caso das folhas verdes: alface, couve, espinafre, etc...

Então é uma infinidade de coisas que influenciam na hora de vender o produto. E dependendo como a pessoa plantou, onde plantou, qual o resultado da sua lavoura, ela vai ter que cobrar mais ou menos para cobrir as despesas que teve. Por isso, existem regiões que têm custos menores de produção e outras regiões têm custos maiores.

Como vai contando o Baroni, "o tempero verde em Porto Alegre está sendo vendido a 15 cruzeiros a dúzia de maços (na Ceasa). Aqui estava se pagan-

do em torno de Cr\$ 26,00 e o nosso produtor ainda não estava satisfeito. E lá muitas vezes o tempero tem aparência mais bonita".

No caso do melão, explica ainda o Baroni, "conseguimos vender o melão daqui a Cr\$ 7,00 e Cr\$ 8,00 o quilo. Lá, normalmente os produtores recebem de Cr\$ 4,00 a Cr\$ 5,00. O nosso associado, no entanto, acha que é pouco e fala que não dá pra plantar. Mas os produtores de Porto Alegre acham que dá e estão produzindo mais e produtos melhores".

Com isso há uma concorrência realmente muito grande e a cooperativa, se pagar muito, vai vender a que preço e para quem? Se for caro, diz o Baroni, não vende, porque aí entra o produto de São Paulo e Porto Alegre mais barato também aqui, na nossa própria região.

Agora, ovos e galinha

Faz muito tempo que os associados andam reclamando que a cooperativa não recebe ovos coloniais. Uma porção de coisas estava dificultando esse recebimento, como falta de classificadores, um sistema de transporte e outros. Mas a insistência foi tanta que esses problemas acabaram sendo resolvidos.

Agora ficou decidido que a partir de primeiro de fevereiro os associados da Cotrijuí poderão entregar qualquer quantidade de ovos coloniais. Já existem as normas para o recebimento deste produto.

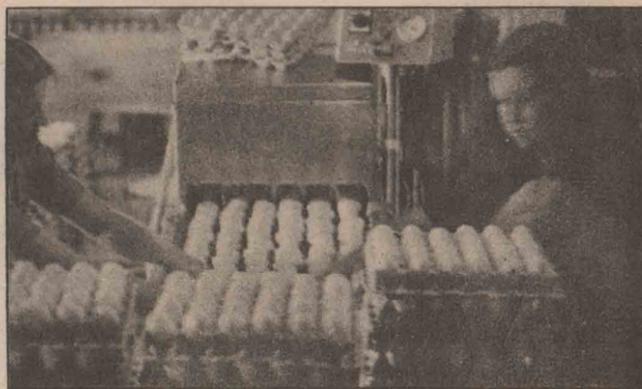
A entrega deverá ser feita nas unidades, somente nas terças e quintas-feiras. Na hora da entrega, o produto será classificado segundo o tamanho (grande e pequeno) e segundo a qualidade. Isso quer dizer que ovo de garnizé não será recebido e ovo podre também não. Para isso, cada unidade contará com dois aparelhos especiais: um para medir o tamanho e outro para testar a qualidade.

Os ovos que não forem vendidos nas unidades serão transferidos para o Entrepasto de Hortigranjeiros na sede.

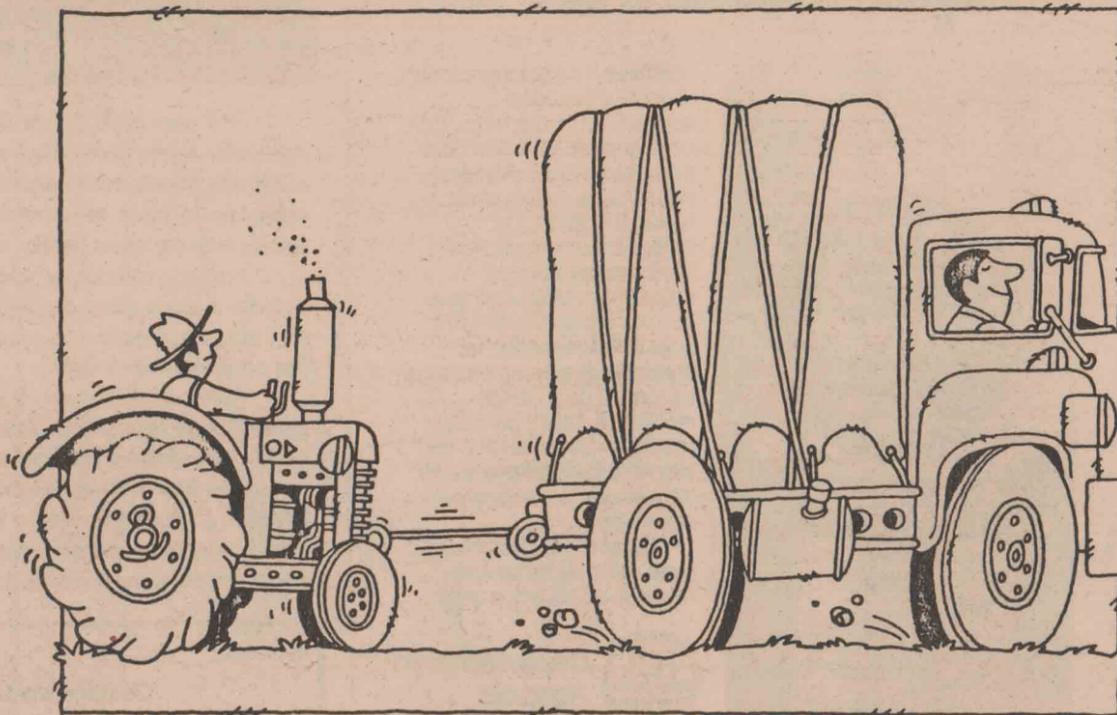
Os associados, quando entregarem a produção, deverão ter consigo o Bloco do Produtor Modelo 4.

Também neste mês de fevereiro será feita uma experiência com a comercialização de galinhas coloniais vivas. Pra começar, a Cotrijuí escolheu dois lugares: Formigueiro, em Augusto Pestana e Pinhal, em Ajuricaba.

Os associados destas localidades, interessados em fazer dinheiro com galinhas, deverão procurar maiores informações junto ao responsável pelo Posto da Cotrijuí.



Este agricultor não usou os óleos MD-300 e MD-400 no trator dele.



Tá vendo?
É nisso que dá não botar o óleo certo no trator: sem MD-300 ou MD-400 ele acaba encrascando quando a gente mais precisa dele. Já o caminhão está bem servido: o dono lubrifica direitinho com os óleos da Petrobrás. O MD-300 e o MD-400 têm detergente, dispersante, antidesgaste, anticorrosivo e antioxidante. Use no seu trator.

Mas o dono do caminhão usou.

• PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A.

AS PREOCUPAÇÕES COM O CRÉDITO

Na mesa redonda que começa na página 17 deste jornal, se comenta o fato de que os responsáveis pela formulação da política agrícola não conhecem a realidade da nossa agricultura, porque simplesmente o pessoal não sai dos gabinetes lá em Brasília pra conversar e saber das coisas onde as coisas estão acontecendo.

Parece que até meio desmentindo isto, veio a Ijuí na metade de janeiro, o seu José Cleber Leite de Castro, que é o diretor do Crédito Rural do Banco Central. Ele veio tomar conhecimento da realidade da situação dos financiamentos concedidos aos produtores. Junto com o seu Cleber veio o secretário da Agricultura, Balthazar de Bem e Canto, além de alguns assessores.

Primeiro ele foi até o Centro de Treinamento da Cotrijuí, onde ouviu algumas colocações da diretoria da Cooperativa sobre seus projetos agrícolas e necessidades de investimento. Ali foi salientado que o principal problema é a falta de

capital — de dinheiro — tanto para as cooperativas como para os produtores. Uma das dificuldades apresentadas, por exemplo, foi a falta de capital próprio para a Cooperativa prosseguir seu trabalho, o que é uma decorrência da falta de dinheiro sentida por todo produtor associado. Um caso típico é o comprometimento que tem a Cooperativa em distribuir adiantamentos sobre a safra de soja. Mas e de onde tirar este recurso? O Governo é que não libera recursos para este fim, como explicar Cleber, pois pela legislação é proibido que um financiamento seja concedido duas vezes para a mesma finalidade:

— O agricultor já recebe o financiamento de custeio. Dando mais uma verba, em forma de pré-comercialização, há uma duplicidade. O problema, então, é compatibilizar o aporte de recursos com as regras do crédito rural.

Depois da visita ao CTC, Cleber e Bem do Canto participaram de uma reunião realizada no auditório da Cotrijuí



No CTC, Cleber e Balthazar ouvem as colocações da diretoria da Cotrijuí

com representantes de várias cooperativas da região. Ali eles manifestaram as suas preocupações na área do crédito rural. A primeira pergunta foi em relação às novas taxas de juro que foram introduzidas em dezembro, através do pacote (veja na mesa-redonda que começa na página 12). Outra sobre a notícia que se tinha de que os créditos à pecuária, tanto de corte como de leite, teriam sido abolidos. Cleber tranquilizou todo mundo afirmando que o Governo Federal não suspendeu estes créditos. Toda esta polémica surgiu depois de uma declaração do presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Collin que mais tarde determinou que todos os pedidos de

crédito de pecuaristas fossem atendidos.

Uma outra preocupação levantada dizia a respeito ao não reajuste dos Valores Básicos de Custeio para as safras de verão (milho, soja, etc), que havia sido praticamente assegurado pelo Ministério da Agricultura depois da alta dos insumos de formação da lavoura. O presidente da Cotrijuí, Ruben Ilgenfritz da Silva, aproveitou para fazer uma colocação:

— Se o VBC não tem como ser corrigido — com a alegação de que é difícil estimar a demanda por recursos provada pelo aumento no custo de produção — pelo menos deveria acontecer uma liberação de 50 por cento da verba de colheita.

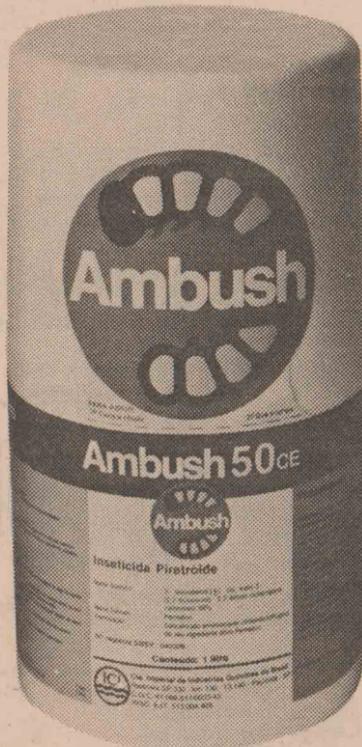
Milagres são para os santos. Contra as pragas da agricultura Ambush só faz o que deve.

Fazer milagres não é a especialidade da ICI. Mas fazer um inseticida que acabe com as pragas da agricultura é.

Por isso a ICI fez Ambush, o primeiro inseticida piretróide lançado no Brasil, usado e aprovado por agricultores. Mas Ambush também não faz milagres, só faz o que deve.

Sua rapidez e eficácia no controle da Lagarta Plusia e da maçã que infestaram algodão do Paraná, deixaram os cotonicultores boquiabertos. E mais espantados com a eficiência de Ambush ficaram os sojicultores do Rio Grande do Sul, quando viram uma grande infestação da lagarta falsa medideira ser totalmente extinguida, com rapidez e economia.

Sua baixa toxicidade aos homens, animais e aves, deixou fazendeiros e principalmente técnicos muito



satisfeitos. O seu longo poder residual e eficiência economizou muita mão-de-obra quando foi usado para combater o Bicho Mineiro nas lavouras cafeeiras da região de Marília. Os horticultores da região de Adamantina, além de controlarem rapidamente a Lagarta Plusia que destruiu suas lavouras, também controlaram a broca pequena do tomate com ótimos resultados. Mas a principal vantagem de Ambush é que ele não promete nada além daquilo que já comprovou saber fazer.

Não promete milagres, estes são para os santos. Ambush só faz o que deve.



Departamento Agrícola

Excursão

O assunto é leite



Nos dias 20 e 21 de dezembro, um grupo de associados de Ajuricaba esteve visitando a região de pecuária leiteira de Lajeado e Estrela, dando continuidade a um programa que a Cotrijuí desenvolveu durante todo o ano de 1979 para incrementar a produção de leite em nossa região.

Foram visitadas as cooperativas de Laticínio Languirú, de Estrela, a Santa Clara de Carlos Barbosa e a Agropecuária Petrópolis Ltda., e ainda algumas propriedades de pequenos, médios e grandes proprietários de leite.

Além de elementos do setor de Educação e Comunicação da Cotrijuí e de técnicos da Unidade de Ajuricaba, participaram da excursão os seguintes associados: Lino e Adélio Dallabrida, Vitor Tremieia, Floriano e Margarida Bréitembach, Orlando e Gilda Dolovich, Arnildo J. Kuff, Floriano e Clementina Sperotto, Norberto Oedmann, Valdi Monschmidt, Nelson Bandeira, Getulino Bandeira, Alfredo Kleibert, Harri Radke e Alfredo Mattioni.

Os defensivos são uma arma para combater os insetos. Mas só os insetos. Cuide de você ao aplicá-los na lavoura.

AS COOPERATIVAS NA ALEMANHA

Um grupo de dirigentes cooperativistas brasileiros realizou de 1º a 21 de dezembro do ano passado uma visita a diversas cooperativas alemãs a convite da Fundação Friederich Naumann. Arnaldo Oscar Drews, vice-presidente da Cotrijuí, foi um dos 29 participantes da viagem.

Lá eles conheceram de perto o sistema cooperativista alemão, visitando tanto cooperativas de produção, como mistas (de crédito, insumos e produção) e de crédito. O cooperativismo na Alemanha é muito bem estruturado e existe há mais de 100 anos, contando hoje com 11.959 cooperativas singulares (mais do que o dobro do Brasil), além de 4.600 bancos cooperativos, que mantêm 19.400 agências espalhadas pelo país. O Banco Central Cooperativo é o terceiro Banco da Alemanha.

Nas Cooperativas singulares quando o número de associados é superior a 4.000 pessoas é obrigatório, por lei, que seja adotado um sistema de representação através de delegados. É algo semelhante ao processo de "estrutura do poder", com eleição de representantes, que a Cotrijuí está começando a implantar. Estes representantes escolhem a diretoria.

Toda Cooperativa singular, como o vice-presidente pode observar, é obrigada a se filiar a uma Central

de Cooperativas. Estas têm uma característica diferente das Centrais Brasileiras, pois admitem também pessoas como associados, enquanto aqui só são admitidas cooperativas. As cooperativas de produção atuam nas mais diversas áreas, mas dificilmente recebendo todos os produtos normalmente produzidos por seus associados, já que a diversificação é muito acentuada. Então o produtor entrega a terceiros ou a outras cooperativas. Um exemplo típico como lembra Armando, é o que acontece no Mato Grosso do Sul, onde a Cotrijuí não opera com algodão e café produzido por alguns associados.

Só para ver a importância do cooperativismo na Alemanha, basta lembrar que 90 por cento da produção agrícola do País está nas mãos de cooperativas.

A situação é mais uma vez diferente no que diz respeito, por exemplo, à assistência técnica. Ela é prestada na Alemanha através do serviço de desenvolvimento agrícola. O que a cooperativa faz é contribuir com recursos para a manutenção de escolas agrícolas onde os agricultores e seus filhos fazem cursos de especialização durante o inverno, pagando parte dos custos. O que existe também são cooperativas especializadas em assistência técnica. Elas vendem este serviço às cooperativas, aos agricultores e ao próprio Governo.

Dia de campo

Em fins de dezembro os técnicos da unidade de Ijuí estiveram na Linha 6 Leste, visitando a propriedade do seu Helmut Guth, que participa do Programa de Integração Lavoura-Pecuária desenvolvido pela Cotrijuí desde 1978 e que conta com 17 associados inscritos. O Programa abrange os municípios de Ijuí, Ajuricaba e Augusto Pestana.

O objetivo deste Programa é aumentar a produtividade do leite com base na alimentação de forrageiras, principalmente perenes.

Trabalhando em 35 hectares o seu Guth tem plantado como forrageiras perenes: 1,2 hectares de alfafa; 2,5 hectares de capim pânico consorciado com siratro; um hectare de capim setária consorciado também com siratro; 1,4 hectares de trevo branco consorciado com bermuda e 1,5 hectare de bermuda. Plantou ainda 3,5 hectares de milho e 3 hectares de milho para silagem. O silo recém construído é do tipo trincheira, subterrâneo, revestido com tijolos e com capacidade para 50 toneladas.

Novos mercados

RIO BRILHANTE

A Cotrijuí inaugurou no dia 15 de dezembro mais um supermercado, desta vez na cidade de Rio Brilhante, estado do Mato Grosso do Sul. A comunidade daquela localidade participou dos atos de inauguração, bem como grande número de associados.

Desta maneira a cooperativa procura atender as necessidades do seu corpo associativo, colocando mais perto e a preços mais acessíveis os gêneros de primeira necessidade.

MIRAGUAI

Em Miraguai o 21º mercado da Cotrijuí foi inaugurado no dia 21 de dezembro. Há muito os associados deste município vinham reivindicando uma loja e um mercado a fim de poderem adquirir com mais facilidades os produtos alimentícios e vestuário.

A possibilidade de comprar mais perto o que a cooperativa oferecia antes nos mercados mais distantes, contribuiu para melhorar as condições de vida do pessoal do interior.



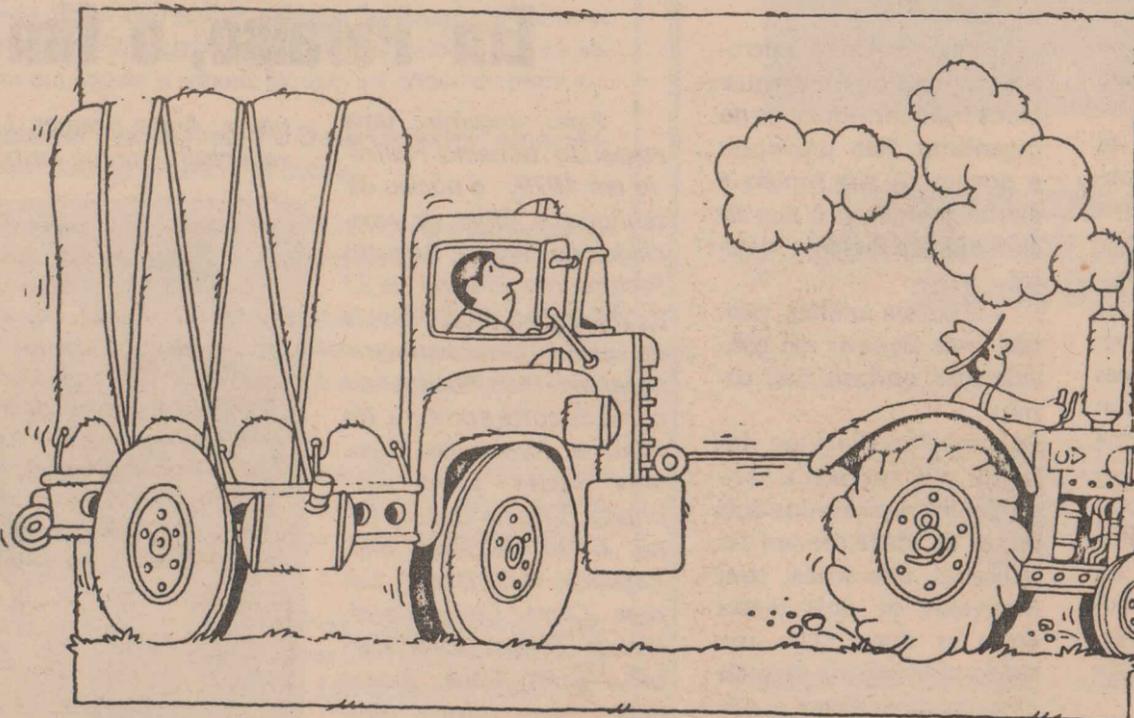
O supermercado de Rio Brilhante

Representantes

Os representantes eleitos de toda Região Pioneira voltaram a se reunir no final de dezembro. Neste encontro eles discutiram bastante como será a próxima eleição, em princípio marcada para depois da Assembleia Geral da Cooperativa em maio deste ano. Nem todos tiveram tempo de percorrer os núcleos do interior para discutir com os demais associados questões como o número de representantes, tempo de duração de mandato, etc. É que a planta da soja tomou o tempo de muita gente. Eles também tomaram conhecimento do trabalho que vem sendo feito pela Cooperativa para encontrar novas alternativas de capitalização.

A próxima reunião está marcada para o dia 15 de fevereiro, na Afucotri de Ijuí, quando vão aprofundar a discussão sobre capitalização e também a "Estrutura do Poder", procurando uma maior participação dos associados nas decisões da Cooperativa.

E este aqui não usou os óleos MD-300 e MD-400 no caminhão dele.



O dono do trator aí do lado leu aquele anúncio da outra página e passou a usar o MD-300 ou o MD-400.

Mas o dono do caminhão vai ver que não sabe ler: deixou de usar os óleos da Petrobrás e encrencou no meio do caminho.

O MD-300 e o MD-400 são os óleos ideais para motores Diesel, sendo que o MD-300 também pode ser usado em motores a gasolina. Use no seu caminhão.

Mas o dono do trator usou.

PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A.

AS CRIANÇAS JÁ FORAM VACINADAS?

De repente começou a sair em tudo que é notícia de jornal e de rádio que algumas crianças estavam morrendo no Paraná e em Santa Catarina, onde um surto de poliomielite começou a preocupar as autoridades responsáveis pela saúde da população. E o que é a poliomielite? É a conhecida paralisia infantil, doença provocada por um vírus, que quando não mata a criança a deixa aleijada para sempre. E tanto a poliomielite, como uma série de outras doenças transmissíveis, podem perfeitamente ser evitadas com uma vacinação que, inclusive, para algumas doenças, é obrigatória.

A humanidade sempre foi atingida por um grande número de doenças que são transmissíveis. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, doenças transmissíveis são aquelas causadas por um agente infeccioso (o que geralmente é chamado de micróbio e que inclui, entre outras categorias de seres vivos, os vírus e as bactérias), ou pelas substâncias tóxicas produzidas por agentes infecciosos.

Os agentes infecciosos encontram-se em toda a parte: no chão, nos animais, nas plantas e no próprio ser humano.

A pessoa pode, por exemplo, ter os micróbios da difteria (crupe) na garganta, sem ter a doença. Os lugares onde são encontrados os agentes infecciosos são chamados de reservatórios. Desse reservatório o agente infeccioso se transmite (daí o nome de doença transmissível) à pessoa. Esta transmissão pode ser por contágio. Nesse caso, a pessoa contrai a doença por contato direto com outra pessoa ou animal.

O contágio pode se dar também através de objetos contaminados (que contém o agente infeccioso) ou das gotinhas de muco e saliva eliminadas por uma pessoa que é reservatório de infecção. Doenças que se transmitem assim são: sarampo, coqueluche e difteria, por exemplo.

Mas os agentes causadores das doenças transmissíveis podem chegar ao organismo humano de outras maneiras, pela água, pelos alimentos, através de insetos e outras tantas.

A VACINA

A primeira vacina descoberta foi contra a va-

riola (bexiga) que chegou a ficar uma doença famosa por causa disso. Acontece que existe uma varíola das vacas e um médico inglês observou que as pessoas que faziam a ordenha em vacas atacadas pela bexiga, não pegavam a varíola humana. Este médico tirou líquido das feridas destas vacas contaminadas e colocou em arranhões feitos na pele de pessoas saudáveis, que assim se livraram da doença. O nome vacina vem justamente de vaca.

Quando o organismo é capaz de resistir a uma doença, diz-se que ele tem imunidade a esta doença. A imunidade pode ser natural, existindo desde o nascimento. Por exemplo, o bebê de uma mãe vacinada contra o tétano, está protegido contra essa doença até os dois meses de vida, mais ou menos. A imunidade também pode ser adquirida, quando a pessoa já teve a doença uma vez ou, o que é muito melhor, quando a pessoa é vacinada.

Pela vacina, micróbios mortos ou "enfraquecidos" são introduzidos no organismo. Não provocam a doença. A sua função é alertar o organismo que assim prepara as suas defesas.

Existem muitas vacinas, mas algumas são consideradas obrigatórias, como:

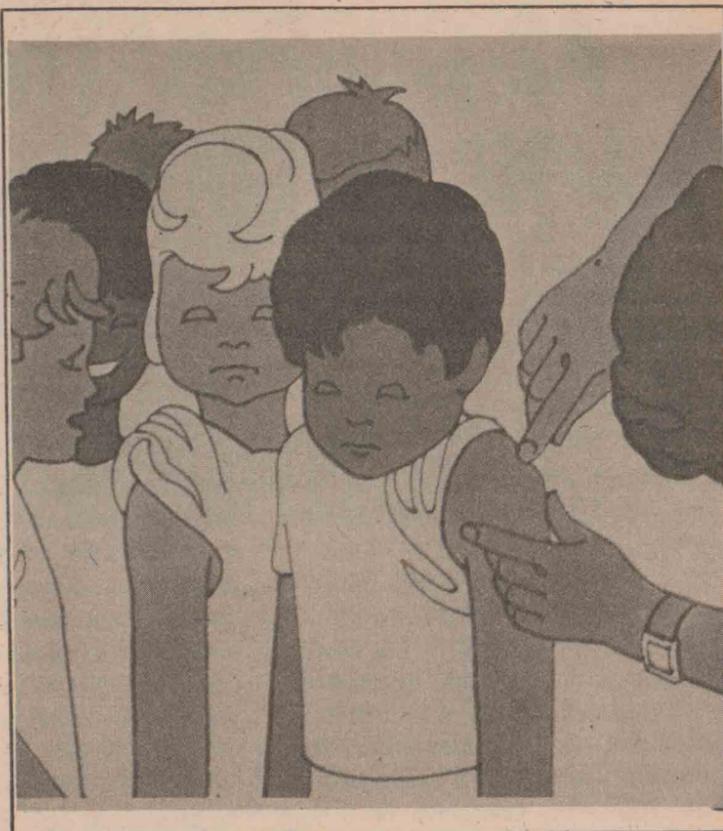
Poliomielite (Paralisia Infantil) — é aplicada a vacina Sabin. A partir dos dois meses de idade, devem ser aplicadas três doses, com intervalos de dois meses entre as doses. Um ano após a aplicação da terceira dose, pode-se fazer o primeiro reforço e o segundo reforço de um a dois anos depois do primeiro.

Difteria, Coqueluche e Tétano — é a vacina Tríplice, como nós todos conhecemos. O período de aplicação é o mesmo da Sabin e normalmente já são aplicadas juntas. Enquanto a Sabin é aplicada por via oral, com contagotas, a Tríplice é uma injeção. Após os 6 anos de idade, não deve ser aplicada a Tríplice, porque pode causar complicações neurológicas.

Sarampo — deve ser iniciada aos seis meses de idade com uma dose da vacina. Seis meses após esta aplicação deve ser feita uma segunda dose de vacina. Se a criança não fizer a vacina antes dos 9 meses de idade, deverá fazer então apenas uma única dose.

Tétano — as crianças de mais de seis anos e adultos que não receberam a vacina Tríplice, deverão ser vacinados com três doses de antitetânica a intervalos não inferiores a 30 dias.

As gestantes que não



receberam vacina tríplice na infância ou vacina antitetânica depois, deverão receber três doses de vacina antitetânica a intervalos de um mês, a partir do quinto mês de gestação.

O reforço da antitetânica deve ser feito a cada 10 anos, a partir da última dose recebida. Em caso de ferimentos contaminados, deve-se fazer uma dose de reforço, se já passou 5 anos após a última antitetânica ou Tríplice.

Tuberculose (BCG) — Existem dois tipos: BCG via oral para recém-nascidos, que atualmente quase não está mais sendo aplicada, e a BCG intradérmica, (aplicada com injeção, por isto o nome) aplicada após 6

anos de idade. Inclusive o certificado da vacina é obrigatório para a matrícula na 1a. série do 1º Grau. É obrigatória, mesmo nas crianças que anteriormente já foram vacinadas com a oral. Fica servindo a segunda dose como reforço.

Rubéola — a vacina contra a Rubéola está sendo indicada para meninas de 7 a 10 anos incompletos. Durante a gravidez, ou quando houver possibilidade de gravidez nos próximos 4 meses, a mulher não deve ser vacinada. Hoje, nas clínicas particulares, já se pode encontrar uma vacina chamada MMR (contra o sarampo, a caxumba e a rubéola).

Em Paraíso, o fim do curso

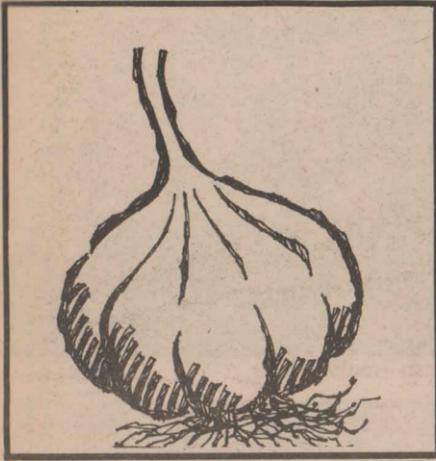
Para encerrar uma etapa do trabalho realizado em 1979, o núcleo de senhoras e filhas de associados de Paraíso, Augusto Pestana, reuniu-se no dia 27 de dezembro na residência de Iolanda Jantsch para receber os certificados do curso de corte e costura. Na foto, as formandas: Claudete Soares, Liane Arenhardt, Clasina Drews, Lenir Carré, Dizolina Mail Lagunde, Walli Drews, Lorena Carré, Clélia Carré, Wanda Drews, Voni Kerber, Alzira Klaus, Janete Pellat, Marli Ullrich, Geni Marli de Lima, Elisete Klamt, Lilé Maria Kron-

bauer, Auria Kremer, Loiva Jantsch, Marilise Jantsch,

Liane Jantsch, Jamile L. Peyrot e Irle Marize Klamt.



LAVOURA NO MÊS



ALHO:

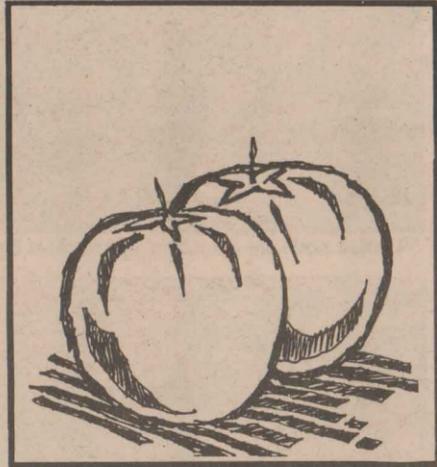
Durante o período de verão o alho está nos depósitos, aguardando o próximo plantio. Esta época, por ser bastante quente, exige que se tome alguns cuidados para diminuir a perda de peso e o vigor da planta, quando na fase inicial da lavoura.

Os cuidados são: deixar o produto bem ventilado, em temperatura suave e estaleirado em molhos.

O controle de traças no produto armazenado é importante, pois estes insetos prejudicam os bulbos podendo provocar a eliminação de grandes quantidades por ocasião do plantio.

Quando ocorrer a infiltração por traças, nota-se a "borboletas" voando so-

bre o produto. Nesse caso são necessários tratamentos específicos para o que deve ser consultado o Departamento Técnico.



TOMATE:

Passados os efeitos das geadas de setembro, os tomates da região estão em franca produção, com produtos de bom aspecto e facilidade de comercialização.

Com os períodos secos que poderão ocorrer, a infestação de lagartas e brocas pode aumentar. Nesse caso, deverão ser usados produtos com baixo poder residual e curto período de carência.

As recomendações sobre tratamentos com fungicidas e irrigação continuam as mesmas do mês anterior, pois as condições ambientais são muito semelhantes.

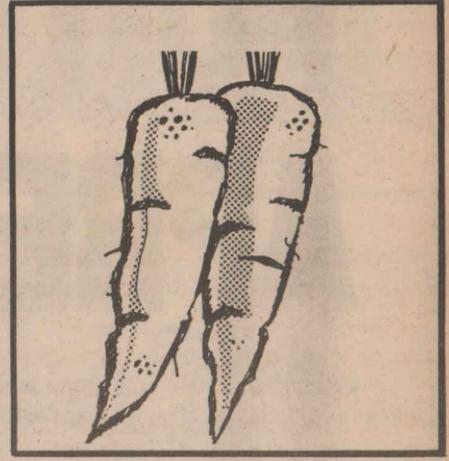


HORTALIÇAS DIVERSAS

A continuação das altas temperaturas torna mais difícil o desenvolvimento inicial das hortaliças. Os canteiros devem ser protegidos do sol direto.

As sementeiras de rabanete, beterraba, alface, cenoura, tomate, repolho e outras folhosas (rúcula, salsa, etc...) são possíveis neste período, pois virão a produzir no outono quando normalmente ocorre escassez destes produtos. Como os produtores costumam fazer os plantios maiores em março e abril, a produção geral é mais tardia.

A irrigação deve ser mantida, observando-se a boa umidade do solo para que a planta possa absorver os nutrientes com a rapidez necessária ao seu desenvolvimento.



CENOURA:

O cultivo da cenoura nos períodos quentes é possível, desde que se utilize irrigação, variedades adequadas e os tratamentos culturais que habitualmente são desenvolvidos. As variedades para verão pertencem ao grupo Kuroda e vem apresentando resultados muito bons em nossa região, com produtividade, qualidade e aspectos favoráveis para comercialização. O mercado continua bom para quem fizer sementeiras neste período.

Para quem semear neste período, a cenoura realmente dá um pouco mais de trabalho, mas o resultado financeiro compensa, considerando que a colheita se dará numa época de muita escassez do produto. É bom lembrar que a cenoura é o tipo do produto sempre muito procurado.

Recados

Os associados interessados no plantio de alho para a próxima safra, deverão fazer reserva de semente imediatamente.

O Departamento Técnico está informando que a entrega da semente será a partir do fim deste mês e durante o mês de fevereiro.

Os produtores de leite que desejarem manter um volume de produção equilibrado durante todo o ano (inverno e verão), deverão reservar alguns animais para serem inseminados a partir de maio.

O Departamento Técnico estabeleceu um novo preço para o atendimento veterinário na propriedade, a partir do mês de janeiro: Cr\$ 350,00.

Todo o associado que tiver área própria para reflorestamento, deverá procurar o Departamento Técnico da sua Unidade a fim de receber orientação adequada sobre as mudas e o plantio. Quem tiver interesse em produzir mudas, deverá iniciar agora a sementeira para que a muda esteja pronta em agosto e setembro, que é a época de plantio.

Fevereiro é o mês de coletar sementes de erva-mate e o Departamento Técnico está dando a orientação necessária a quem desejar produzir as mudas.

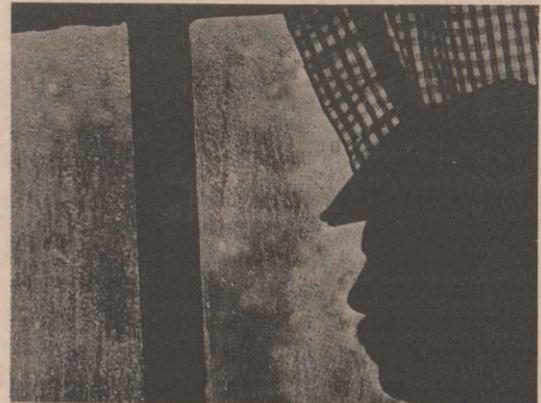
O Departamento Técnico também avisa que a Cotrijuí está recebendo sementes de qualquer espécie de árvores nativas. A entrega pode ser feita nas unidades.

A oferta de semente de tremoço por parte dos associados ainda é muito pequena em relação aos inúmeros pedidos recebidos pela Cooperativa. Assim, quem estiver interessado em vender este produto deve entrar em contato com o encarregado da área na Unidade de seu município.

Aos sábados já não existe mais atendimento na parte do escritório na Unidade de Dom Pedrito. Supermercado e loja, porém, continuam abertos no horário normal. Esta alteração já foi feita em todas demais unidades da Cooperativa, pois realmente o movimento de associados é inexpressivo neste dia.

A partir deste mês de fevereiro a Cotrijuí, através do setor de Hortigranjeiros, estará recebendo ovos coloniais em todas as unidades. Os associados interessados em entregar o produto, deverão se informar das normas de recebimento adotadas pela cooperativa.

A aplicação de defensivos exige técnica e cuidados especiais. Observe as recomendações dos agrônomos e técnicos agrícolas antes de cada aplicação.



É na hora de muita chuva que você tem mais uma razão para usar Dual.

Já pensou, com toda esta chuva e com o pouco tempo que você dispõe, se ainda tivesse que passar novamente no seu chão de soja e incorporar duas vezes o herbicida? É nessa hora que você dá graças a Deus por existir a opção Dual.



Quando abrir o sol, você já pode entrar na lavoura, plantando e aplicando Dual em seguida. Você ganha tempo e elimina duas operações. Dual, a opção que faltou ao agricultor brasileiro durante os últimos 10 anos.

Dual, o herbicida para soja tão moderno que dispensa incorporação.



CIBA-GEIGY

Colza:

MUITO POR APRENDER

Determinar o momento exato para iniciar a colheita da colza, foi uma das dificuldades apontadas por agricultores e técnicos que participaram da reunião de avaliação da safra de 1979, realizada dia 19 de dezembro na sede da Cotrijuíf.

Parece que nem sempre a maturação da planta ocorre de maneira uniforme e isso torna difícil saber quando começar a colheita, porque enquanto uma parte da lavoura está "no ponto", outra ainda está verde.

Também participaram do encontro o secretário da agricultura do Estado, Balthazar de Bem e Canto, técnicos da Embrapa, Fecotrigo, Instituto de Pesquisa Agrônômica, Instituto Privado de Fomento à Soja, empresas particulares interessadas no assunto, além da direção e técnicos da Cotrijuíf e outras cooperativas da região.

Para alguns produtores, a geada tardia de 19 de setembro, que atingiu a cultura na fase da formação do grão, foi responsável por uma perda de mais ou menos 400 quilos por hectare. Portanto, técnicos e produtores concluíram que a geada pode prejudicar, principalmente se ocorre no período entre a floração e frutificação da colza.

De um modo geral, os rendimentos oscilaram entre 400 a 1.000 quilos por hectare, sendo que um agricultor conseguiu colher 1.500 quilos.

E VEIO A DEBULHA

O seu Camilo Ilmo Klein, que mora em Ijuizinho, interior de Augusto Pestana, plantou 50 quilos de semente de colza em 5 hectares e colheu 5.170 quilos. Ele considerou o resultado econômico bom, "apesar da debulha":

— Deve ter debulhado mais de 300 quilos por hectare. A debulha se deu no dia 22 de outubro, quando soprou um vento seco e forte. No dia 18 eu tinha vindo olhar a lavoura e ainda estava verde.

Pelo que tinha visto estava indo devagar. Calculei que levaria ainda uns dez dias pra colher, mas me enganei. Na realidade, naquela segunda-feira que ventou, já dava prá colher. Quando me dei conta era tarde, choveu e não deu mais tempo.

A colza que seu Camilo plantou começou a florescer em agosto. "Eu plantei cedo, dia 17 de maio", diz ele, "e no dia que plantei choveu. Por isso ela germinou junto e floresceu junto. Isso deu prá observar: se ela germina junto, madura junto também".

Quase todos os agricultores sentiram o problema da debulha na hora da colheita, como foi possível observar na reunião de avaliação. Para os técnicos da Cotrijuíf, que fazem há cinco anos experiências com a nova oleaginosa, isso acontece principalmente quando o plantio é muito profundo, proporcionando nascimento em etapas e daí a maturação também é desigual.

PLANTIO SUPERFICIAL

Dizem os técnicos que a profundidade de semeadura deve ser no máximo um centímetro, portanto, bem superficial. Foi sugerido ainda a utilização de um rolo compactador após o plantio. Talvez assim seja possível auxiliar a uniformização da germinação.

O seu Camilo colheu a colza no dia 27 de outubro e "não houve problema de colheita, a não ser uma perda grande. Colhi com 12 por cento de umidade".

A perda na colheita é um outro problema dessa planta. Ocorre na plataforma de corte da automotriz pela ação do moinete. No Chile, é retirado o moinete das automotrizes para evitar as perdas. No Canadá, Alemanha e também no Chile é utilizado o processo de cortar, enleirar e depois trilhar, o que reduz muito as perdas ocorridas quando a lavoura é colhida na fase de maturação completa. Na Argenti-



A colza pode ser uma boa opção. Mas é preciso estudá-la mais



Seu Camilo, o de chapéu, mostra a colza no meio da soja

na recomenda-se a utilização de dessecantes para uniformizar e acelerar a maturação. Mas, segundo a colocação dos nossos técnicos, a aplicação de dessecantes teria que ser de avião, para reduzir as perdas decorrentes da entrada de máquinas na lavoura.

O Camilo Klein, que também participou da reunião e ouviu os depoimentos de técnicos e agricultores, dá a sua opinião:

— Considerando que a planta é alta (atinge quase dois metros de altura), o caracol bate muito e a planta vai debulhando. De verdade ela debulha fácil. Acho que por isso deve ser colhida de noite ou de manhã, bem cedinho, quando as vagens estão úmidas.

A COLZA PODE SER UM INÇO

Na área onde o seu Camilo plantava trigo, deu o "mal do pé" e a colza foi uma opção, como cultura de inverno.

"Plantei pra experimentar. Todo mundo estava interessado em saber e al-

guém tinha que ser o primeiro". Mas o grande problema da colza, para o Camilo Klein, foi o inço que ficou:

— Na minha lavoura é um inço, considerando a grande quantidade que debulhou. Fiz bem como os técnicos mandaram, esperei 30 dias antes de mexer na terra e veja a minha lavoura de soja. Tem mais colza quase que soja. Essa lavoura já foi trabalhada 5 vezes.

Segundo o agrônomo Clóvis Roratto de Jesus, que atende na unidade de Augusto Pestana, o problema talvez seja o seguinte:

— Devido a grande debulha que aconteceu, que foi de 30 a 40 por cento, houve uma grande camada de grãos no solo. Mesmo que o produtor tenha deixado o tempo recomendado para que a semente germinasse, todas não nasceram nesse período. Talvez o agricultor, ao iniciar o preparo da lavoura, tenha incorporado ao solo uma quantidade razoável de sementes não germinadas, que passaram a germinar na lavoura de soja, como inço.

Mais gente envolvida

Desde 1974 que a Cotrijuíf desenvolve um trabalho programado visando estudar a colza, selecionar sementes, enfim saber como esta oleaginosa se comporta em nossa região. Mas para isso são necessários muitos recursos.

A respeito do cuidado com as sementes, o agrônomo Luiz Volney Mattos Viau, assessor do Departamento Técnico da Cotrijuíf, explica:

— As sementes que temos são rigorosamente selecionadas. Quer dizer, as sementes que nós temos, nós conhecemos. Todos os anos nós fazíamos a análise das sementes na Alemanha porque não tínhamos até então uma metodologia para isso.

Agora já temos e poderemos fazer aqui mesmo estas análises.

Como se sabe, a maior preocupação com sementes não é exagero, porque algumas variedades podem conter teores elevados de ácido erúsico e glucosinolatos (duas substâncias tóxicas prejudiciais aos homens e animais).

Mas, para poder dar continuidade a este trabalho de pesquisa com a colza, foi criado dia 8, em Porto Alegre, o Comitê da Colza, envolvendo a Secretaria da Agricultura, o Instituto Privado de Fomento à Soja, a Fecotrigo, a Embrapa, a Emater, a Olvebra, o Sindicato das Indústrias de Óleo, a Fapergs (Fundação de Amparo a

Pesquisa no Rio Grande do Sul) e a Cotrijuíf.

O objetivo do Comitê será programar e coordenar os trabalhos de pesquisas da cultura da colza nos próximos anos. A linha de atuação vai ser basicamente na área da pesquisa, na área da extensão rural e principalmente no controle da semente.

Nessa primeira reunião foi escolhido como diretor do Comitê, o secretário da agricultura do Estado, Balthazar de Bem e Canto; e como secretário, o presidente da Cotrijuíf, Ruben Ilgenfritz da Silva. Ficou ainda formada uma comissão técnica, integrada por Nídio Barni, da Se-

cretaria da Agricultura; Carmine Rosito, agrônomo da Fecotrigo; Cláudio Magalhães, do Instituto Privado de Fomento à Soja; e Volney Viau, agrônomo da Cotrijuíf. Segundo colocou o Volney, "a criação de um Comitê para tratar da introdução da cultura da colza sempre foi uma aspiração da Cotrijuíf. A tentativa já foi feita no ano passado, quando se pretendeu reunir o pessoal interessado e envolver mais gente".

Uma das grandes preocupações do Comitê será também evitar que a colza se transforme em mais uma monocultura na região, o que é totalmente indesejável em termos sociais e econômicos.



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

A história de Ramada

Data, 05 de dezembro de 1979

Escola M. General Osório — de Rincão dos Dalsasso — Ramada — Ajuricaba.

Ao fazermos um trabalho com nossa professora e ocuparmos para pesquisa o COTRI-JORNAL, sentimos a grande importância desse jornal. E pensamos em colaborar com ele, para que cada vez mais progrida, dando-nos assim, sempre melhores informações.

Por isso mandamos ao COTRISOL um trabalho sobre RAMADA.

RAMADA E SEUS PRIMEIROS MORADORES

Luiz Bona, José Speroni, Adolfo Montagner, Fidel Bandeira, Antônio Stefani, Felipe Lauer, Martim Klainans, Ferdinando Woiano Reinaldo Strada.

Dedicavam-se a:

Cultura de: mandioca, milho, abóbora, feijão, arroz, trigo, linhaça, amendoim.

Criavam: porcos, ovelhas, gados e outros animais domésticos.

Meios de Transportes:

Carretões puxados a bois e jumentos, com o qual transportavam os produtos.

O cavalo ensilhado — Era muito usado naquela época para passeio.

Meio de Comunicação:

Mensageiros, levando recados, e o rádio pouco usado, pois era para as pessoas que tinham melhores condições econômicas.

Seus divertimentos e Passa-tempos:

Passeavam na casa dos vizinhos, iam em carreiras, faziam surpresas, cantavam, dançavam bebiam vinho, às vezes iam a missa. As crianças brincavam de roda, de casinhas com bonecas de pano, caçavam passarinhos.

Os jovens, dançavam em festas e surpresas, iam em carreiras acompanhados pelos pais.

Os italianos tinham preferência em:

Reunir-se para cantar a Alidiota — Lavardinela e Maculim de Fiore, as mais cantadas.

Fatos alegres da época:

Quando conseguiram construir uma igreja na localidade, foi motivo de grande alegria, pois antes faziam longas caminhadas para assistir a uma missa.

Outro motivo de alegria na família era a festa de casamento.

Festejavam durante três dias.

Fatos tristes:

1º — Combate de Ramada — Em 1930 — Prestes e Borgistas, causando muitos mortos e feridos.

2º — Estouro de Um Estopim — Causando ferimentos em Martim Klainans e João Josqui.

Sendo que Martim perdeu a visão e João um braço. Isso aconteceu quando carregavam um estopim para dar um tiro, anunciando que tinha festa na igreja da localidade.

Ramada com o passar dos anos desenvolveu-se, tendo também as suas dificuldades, mas com tudo isso chegou a ser vila Ramada e 3º Distrito, destacando-se em alguns setores.

É um ponto cooperativo, funciona um mercado COTRIJUI, dando aos moradores ótimos atendimentos.

Há a escola de área D. Pedro I para dar atendimento de 1º Grau completo às crianças da localidade e localidades vizinhas, tendo como diretor o Sr. professor Ciro José Böhn. Inclusive

há o funcionamento de jardim de infância.

Tem uma capela evangélica, onde há cultos de evangelizações, reunião de jovens e educação infantil.

Uma capela ainda em construção onde reúnem-se pessoas católicas, com seus devidos objetivos, tais como, orientação e catequese, missa e reunião de jovens.

Consta em seu centro dois bares. Um denominado LAUER de propriedade de Luiz Lauer e outro de propriedade de Vitório Rasador.

Um açougue de Valdir Covani, um moinho de propriedade de Olinto Rodrigues, um posto, uma oficina mecânica, uma marcinaria, uma olaria e uma ferraria.

Contém instalações de luz elétrica, telefone, abastecimento de água nas casas.

Tudo isso para beneficiar os seus moradores, que dedicam-se a vários trabalhos, tendo como principal atividade a agricultura com o cultivo do trigo e a soja.

Também a pecuária leiteira está desenvolvendo-se.

O meio de transporte usado para transportar os produtos é o caminhão.

O meio de transportes utilizado pelas pessoas são os ônibus da empresa STADLER de Ajuricaba. Com linhas de Ijuí e Palmeira das Missões passando por Santo Augusto.

As pessoas que residem em Ramada, contam com uma quadra de esportes e um campo de futebol para suas horas de lazer.

Nossa localidade está em desenvolvimento e se desenvolverá se houver a cooperação de todos.

Trabalho feito pelos alunos da 4a. série da escola M. General Osório de Rincão Dalsassos.

Pesquisas feitas com pessoas antigas da localidade.

Nome dos alunos:

Moacir E. Dalsasso, Rosangela Boenm, Zanir M. Montagner, Celina Santonina, Geraldo Montagner, Claudiomiro de Camargo, Vitório J. Montagner, Antônio P. da Silva, Margarida Knechtel.

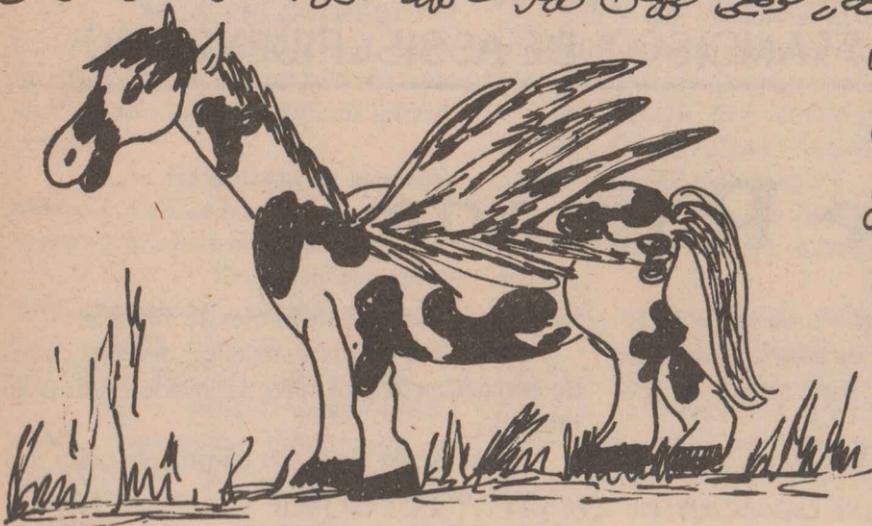
SUGESTÕES DE BRINCADEIRAS PARA AS FÉRIAS

É gostoso poder brincar livremente em lugares amplos, num gramado verdinho, embaixo de uma sombra . . .
Com os amigos, ainda mais nas férias. É bom, é alegre e sadio. Muitas vezes ficamos sem saber o que fazer.
O COTRISOL traz para vocês, algumas sugestões de como aproveitar este tempo brincando.

"Isso é o meu nariz"

Escolhe-se um coordenador. Este volta-se para os outros e aponta para sua orelha, dizendo: "Isso é o meu nariz!" Os outros jogadores devem fazer o contrário, apontando para o nariz, dizendo: - "Isso é minha orelha!"

Cada vez que o coordenador aponta para uma parte do corpo dando-lhe outro nome. Os jogadores invertem o processo. Os que errarem, serão excluídos.



PASSARINHO VOA?

Os jogadores sentam-se com as mãos sobre os joelhos:

Um dos jogadores de pé, em frente de todos, grita: "Passarinho voa?" alçando ao mesmo tempo os braços num movimento. Todos jogares devem fazer o mesmo, sempre que ele mencionar qualquer coisa que voe. Mas quando ele der o nome de um ser que não voa, todo aquele que imitar seu gesto, deverá pagar uma prenda ou multa.

O CORREIO

As crianças, em círculo, escolhem um nome de cidade. Uma criança fica no centro. Esta grita: "Vou mandar uma carta para... (e diz o nome de duas ou três cidades. As que escolheram estas cidades, devem trocar imediatamente seus lugares.

Porém a criança que está no centro tentará ocupar uma das cadeiras vagas. A que não conseguir lugar no círculo, fará a chamada de outras cidades, até que possa tomar o lugar de outro companheiro.

Para tornar o jogo mais divertido, a criança que está em pé, pode gritar: "Vai uma carta para todas as cidades." Todos são obrigados a mudar de lugar.



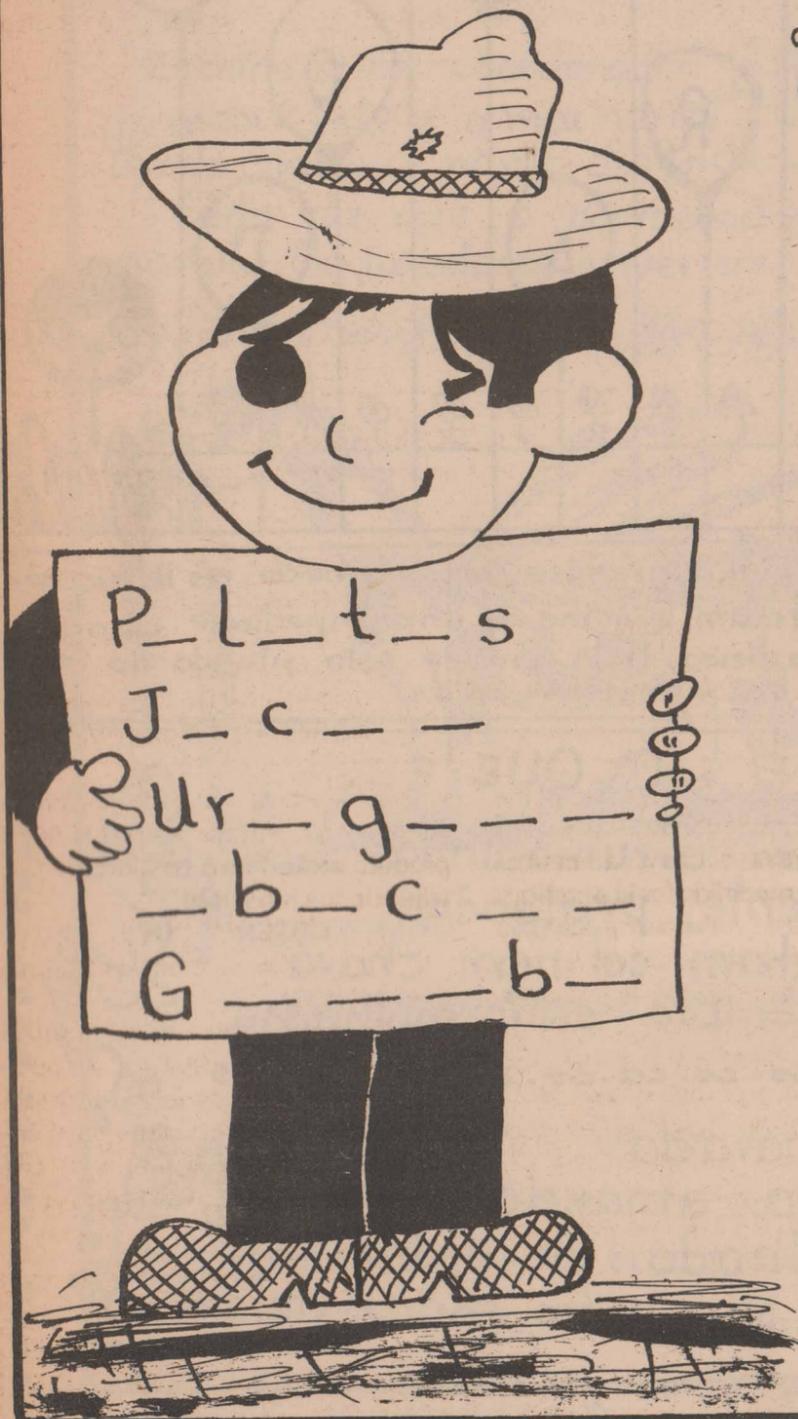
Eu vou mandar uma carta para Ajuricaba e Santo Augusto

- E** - Qual é a meia que não se pode vestir?
N - Qual é a porta que fala?
I - O que é o que é, quanto maior, menos se vê?
G - Tenho folhas, não sou árvore,
M - Uso capa e não sou gente?
A
S Mande sugestões de outros jogos e as respostas dos enigmas.

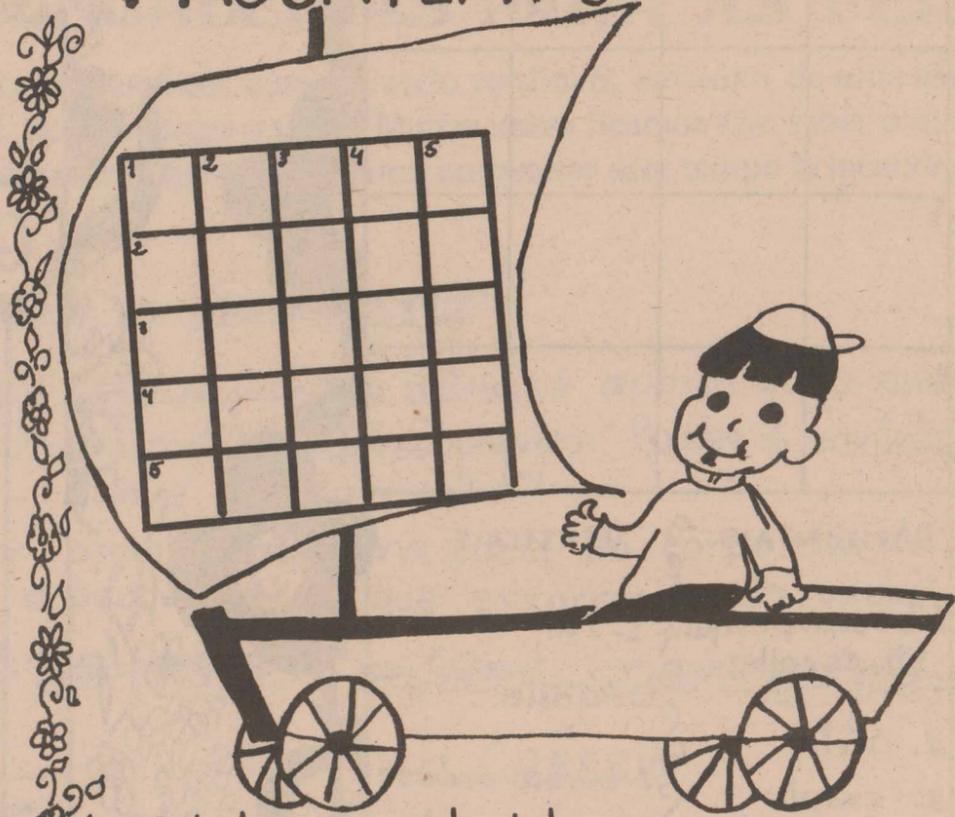
RIOS DE NOSSO ESTADO

Pedrinho fez um cartaz com os nomes de alguns rios, deixando porém, de colocar as vogais.

Tenta completar o cartaz de Pedrinho.



PASSATEMPO



1. Cabelos do rosto do homem.
2. Dar atividade; por em ação;
3. Destroços
4. Expulsar; excluir.
5. Ave da família do papagaio

ADIVINHEM!

1. Pode um homem casar com a irmã de sua viúva?
2. Quanto é o terço e meio de 100?
3. Juntos, pai e filho têm 62 anos. Há 4 anos, o pai era 8 vezes mais velho do que o filho. Que idade têm eles?
3. Quantos lados tem uma bola?



Você é um bom observador? Então procure as 7 diferenças das duas ilustrações ao lado. Bom passatempo!